

Diário de Notícias

www.dn.pt / Terça-feira 6.9.2022 / Diário / Ano 158.º / N.º 56 021 / €1,50 / Diretora Rosália Amorim / Diretor adjunto Leonídio Paulo Ferreira / Subdiretora Joana Petiz

COSTA ANUNCIA 2400 MILHÕES OPOSIÇÃO DIZ QUE É "CURTO", VEM "TARDE" E TEM "RATOEIRA"

Governo revelou um conjunto de oito medidas para ajudar os portugueses a fazer face à inflação. Primeiro-ministro garante que as iniciativas surgem no tempo certo e não põem em causa os objetivos orçamentais. PSD alerta para "ilusão" e esquerda fala em "truque" e "fraude" nos apoios aos pensionistas.

PÁGS. 4-5

Vítor Ramalho

"Promiscuidade entre política e negócios dá sempre mau resultado"

PÁGS. 6-7

Liz Truss

Nova líder britânica sem tempo para lua-de-mel com o eleitorado

PÁG. 18

Crimes de guerra e terrorismo

14 vítimas do Daesh testemunharam contra iraquianos detidos em Portugal

PÁGS. 10-11

Brasil

O país onde juizes e políticos se confundem

PÁGS. 16-17

100 ANOS DE ADRIANO MOREIRA

UM SÉCULO
PORTUGUÊS
NA VERTIGEM
DO MUNDO
Ensaio de Viriato
Soromenho-
-Marques

UM HOMEM
JÁ NA HISTÓRIA,
MAS QUE AINDA
FAZ HISTÓRIA
Opinião de Marcelo
Rebello de Sousa

DESTACÁVEL
DE 8 PÁGINAS
PARA GUARDAR

ORLANDO ALMEIDA / GLOBAL IMAGENS





EDITORIAL

Direção do Diário de Notícias

Um grande português

No mais recente artigo publicado no DN, e intitulado “A terra e o mar”, Adriano Moreira analisava a força de conceitos como europeísmo e ocidentalismo à luz do interesse nacional português. A dada altura, com a perspicácia habitual, o colunista deixava clara a sua convicção: “O que tudo apenas parece demonstrar que a Europa, além de não ter uma força autónoma, não tem ainda sequer sentido político, que tal sentido, por muito debilitado que se encontre, apenas o tem o Ocidente em que se integra, e que provavelmente é na linha do ocidentalismo que podem encontrar-se os parceiros políticos necessários. Isto significa Atlântico e quem nele domine, com as amarras que existem noutros lugares do mundo.”

Pode-se ou não concordar com a visão do mundo que é expressa por Adriano Moreira – seja o atlantismo abrangente e aglutinador, unindo Norte e Sul, seja a crença na benignidade do sistema das Nações Unidas, via para a paz e o desenvolvimento –, mas é inegável que a sustenta décadas e décadas de ação política, de leituras e de reflexão. Ele, que hoje celebra 100 anos, faz parte de um restrito grupo de centenários ou quase centenários que mantêm vida intelectual e que faz questão de transmitir às novas gerações o conhecimento do que viveram e as ilações que tiram de tantos acontecimentos que presenciaram e que, acumulados por vezes, são de difícil compreensão para nós, que só os vivemos em parte e muitas vezes dependemos dos livros para os entender. Nesse restrito grupo incluem-se figuras como o francês Edgar Morin (nascido em 1921) ou o americano Henry Kissinger (nascido em 1923). Ambos nos ofereceram recentemente a sua visão da guerra na Ucrânia e do choque entre a NATO e a Rússia, e não por acaso em alguns pontos foram além de um certo consenso que há no Ocidente.

Quando se completa 100 anos, foi-se muita coisa na vida, certamente. E isso é bem verdade para Adriano Moreira, advogado que chegou a ser preso por defender um militar que desafiou Salazar, ministro das Colónias no momento em que estas se começavam a revoltar, líder partidário no Portugal democrático. Mas Adriano

Moreira foi sobretudo um professor, o professor Adriano Moreira. Um professor porque fez carreira académica (tornou-se mesmo o rosto do ISCSP, hoje ISCSP), um professor porque nos continua a ensinar através das suas palestras e também dos seus artigos e livros, um professor porque essa é uma profissão que se coaduna com aquela que tem sido uma constante na sua vida: o humanismo. No fundo, um educador.

Sobre Adriano Moreira, em discurso de homenagem que hoje publicamos, disse o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa: “Foi sempre ímpar no pensamento, na oratória, na conquista das almas, na natural adesão dos alunos, discípulos, seguidores, na intuição do essencial, na conjugação de valores com realidade, no equilíbrio entre o enigma que reforça o mito e a empatia que suscita a emoção, na confirmação da certeza que tinha e tem do seu ascendente com uma sábia humildade, misto de uma sincera modéstia do seu ser com uma subtil e fina capacidade de enlevar pessoas e chamá-las à identificação afetiva.”

Este é – tem de ser – um editorial especial, de celebração por uma longa e multifacetada vida ao serviço do país e de apreço por uma dedicada colaboração nas páginas do DN. Um destacável de oito páginas é dedicado a Adriano Moreira e num ensaio assinado por Viriato Soromenho-Marques há uma passagem que sintetiza aquilo que distingue o nosso centenário: “Poucas personalidades têm a fortuna de projetar a sua idade biográfica na escala dos séculos, que é o tempo próprio apenas de povos e civilizações. Ainda menos são aquelas que pelo seu pensamento e intervenção na realidade se transformam numa fonte incontornável para o debate onde se consolida a memória comum e se forma a movente consciência coletiva. No caso português, essa personalidade parece-me coincidir com a figura complexa e multifacetada de Adriano Moreira, que hoje completa um século de existência.”

Estamos a falar de um português de excelência, de um grande português. Parabéns, professor Adriano Moreira, por este centésimo aniversário.

Colunista do DN

Em geral centrados na política externa de Portugal ou nos grandes temas das relações internacionais, os artigos de opinião de Adriano Moreira são publicados aos sábados no DN. O mais recente data de 23 de julho, antes de o nosso colunista ter feito uma interrupção para férias, mas no arquivo do jornal consta um texto opinativo datado de 1964. Aqui reproduzimos ambos esses artigos de Adriano Moreira, separados por quase seis décadas.



3 de dezembro de 1964



A terra e o mar

Na busca da linha dos interesses comuns, o europeísmo avulta entre as correntes que se formaram dominantes nos últimos centenas de anos. Deu origem a formulações que, com fundamento ou sem ele, dividiram profundamente as opiniões: foi a alternativa entre a concepção retangular do país, que seria europeísta, e a concepção ultramarina, que seria a herdeira da tradição. Novidade: apenas, a primeira, e por isso essa é a que requer maior análise e reflexão.

Sem esquecer que muitos dos europeístas repudiaram admitir que a sua concepção fosse o posta a uma expressão ultramarina permanente do país. Compatível ou não com a tradição ultramarina, o certo é que faltou sempre a essa corrente a definição da Europa que lhes servisse de modelo a propor de polo de atração. Ou, visto do outro lado, faltou-lhes sempre a definição das Europas que repudiaram. Não parece uma interpretação abusiva admitir que o modelo mais em vista, ao falar-se do europeísmo necessário, é o do Mercado Comum. Ora, este não representa senão uma pequena parte da região que chamamos Europa. Não compreende nem se confunde com a Europa dos neutros, onde se incluem pelo menos a Suécia, a Finlândia, a Suíça e a Áustria; nem com a Europa dos satélites, que não precisa, para o ser, da contiguidade geográfica; nem com a Europa dos povos, que exporta gente para a Europa dos ricos e desta recebe salários, enquanto a Europa dos ricos exporta capitais e produtos e recebe lucros, dividindo-os.

A este irreconciliável pluralismo tem de somar-se o facto essencial de que a Europa dos ricos, ao tomar forma, implicou o processamento da autonomia e personalização das regiões dentro de cada um dos países interessados. Tal processamento tem em vista a eventual definição de uma função, para cada uma das regiões, diretamente em relação ao grande espaço económico organiza-

do. Por isso não há doutrina europeísta que não tenha de incluir uma discussão sobre a identificação, não só dos países, mas também das regiões que podem servir de testemunha para o modelo proposto. O que tudo apenas parece demonstrar é que a Europa, além de não ter uma força autónoma, não tem ainda sequer sentido político, que tal sentido, por muito debilitado que se encontre, apenas o tem o Ocidente em que se integra, e que provavelmente é na linha do ocidentalismo que podem encontrar-se os parceiros políticos necessários. Isto significa Atlântico e quem nele domine, com as amarras que existem noutros lugares do mundo. De qualquer modo, este é um dos problemas básicos que reclamam definição e opção para o entendimento e uso do fator internacional da conjuntura, tendo sempre em vista que não há substituição ou intercâmbio para o poder. Seja qual for a resposta, é evidente que não há violência verbal que mude os factos, que altere os interesses, que convença o governo. A quase tradição de dizer umas palavras duras na reunião das grandes potências pode servir o emocionalismo interno, mas não adianta um passo as solidariedades necessárias. O exemplo da NATO é conclu-

“A interdependência é planetária. Estamos no mundo, sem alternativa. No Ocidente, por fatalidade e responsabilidade históricas.”

23 de julho de 2022



Global Media Group 6.9.2022

Diretora Rosália Amorim **Diretor adjunto** Leonídio Paulo Ferreira **Subdiretora** Joana Petiz **Secretário-geral** Afonso Camões **Diretor de arte** Rui Leitão **Diretor adjunto de arte** Vítor Higgs **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira e Artur Cassiano (adjunto) **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Céu Neves e Fernanda Cândio **Editores** Ana Sofia Fonseca, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil, João Pedro Henriques e Nuno Sousa Fernandes **Redatores** Ana Meireles, Carlos Nogueira, César Avó, David Pereira, Isaura Almeida, Paula Sá, Susete Francisco, Susete Henriques, Susana Salvador e Valentina Marcelino **Fecho de edição** Elsa Rocha (editora) **Arte** Eva Almeida (coordenadora), Fernando Almeida, Maria Helena Mendes, Lília Gomes, Rafael Costa e João Coelho **Digitalização** Nuno Espada **Dinheiro Vivo** Joana Petiz (diretora) **Evasões** Pedro Ivo Carvalho (diretor) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (diretora) **Conselho de Redação** Ana Mafalda Inácio, Carlos Nogueira, Paula Sá, Susete Francisco e Rui Frias **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de agosto de 2022: 6.619 exemplares.

VISAPRESS® Direitos de Autor Protegidos





Interview



MICROMOBILIDADE SEGURA E REGULADA

O **Global Media Group** e a **EDP**, em parceria com a **Brisa**, a **Fidelidade**, o **Lidl**, a **Câmara Municipal de Cascais** e a **Câmara Municipal de Lisboa**, apresentam o **Portugal Mobi Summit**, uma das iniciativas de referência no debate dos temas de mobilidade sustentável.

Na preparação da Grande Cimeira, conversámos com **Rui Soares Ribeiro**, presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, sobre a regulação e a fiscalização aplicadas à micromobilidade, numa altura em que as ruas têm cada vez mais meios de transporte suave e democrático.

Saiba mais em portugalms.com

VEJA AQUI
portugalms.com



Rui Soares Ribeiro
Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

ENTREVISTA MICROMOBILIDADE - REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO





FAMÍLIAS

Costa anuncia 2400 milhões. Oposição diz que é "curto", vem "tarde" e tem "ratoeira"

APOIOS Governo anunciou um conjunto de oito medidas para ajudar os portugueses a fazer face à inflação. Costa garante que surgem no tempo certo e não põem em causa os objetivos orçamentais. Oposição alerta para "ilusão" e "truque" nos apoios aos pensionistas.

TEXTO SUSETE FRANCISCO E RUI MIGUEL GODINHO

Um pagamento de 125 euros a cada cidadão não pensionista que ganhe abaixo de 2700 euros; meia pensão adicional paga em outubro aos pensionistas; redução do IVA da eletricidade de 13% para 6%; um teto ao aumento das rendas de 2%; congelamento dos passes dos transportes. António Costa anunciou ontem um pacote de 2400 milhões de euros em medidas destinadas a mitigar o aumento do custo de vida dos portugueses, face ao aumento continuado da inflação. São oito eixos de apoio, que ficaram muito longe de convencer a oposição: "tardio", "uma ilusão", "aquém", um "orçamento retificativo", uma "migalha", uma "fraude", "muito curto", "muito aquém da receita fiscal extraordinária" foram as reações que atravessaram as várias bancadas parlamentares.

Foi o próprio António Costa que, no final do Conselho de Ministros Extraordinário, e depois de ter ido a Belém comunicar o conjunto das medidas ao Presidente da República – que as promulgou ainda decorria a conferência de imprensa no Palácio da Ajuda –, anunciou o plano de apoio, rejeitando repetidamente que as medidas já cheguem tarde. "Era importante termos a certeza que podíamos dar

este passo", para "não ganharmos hoje e perdermos amanhã", justificou o primeiro-ministro. Costa insistiu também que as medidas anunciadas – e as que falta anunciar, dedicadas às empresas – não vão pôr em causa nem a meta do défice, nem da redução da dívida, que serão "tranquilamente" asseguradas.

Para António Costa as novas medidas vão entrar em vigor numa altura em que já existem garantias de segurança nas contas públicas. Duas das principais medidas enunciadas, a atribuição de um pagamento extraordinário no valor de 125 euros a cada cidadão não pensionista com rendimento até 2.700 euros brutos mensais, e de 50 euros por cada descendente até aos 24 anos, bem como o pagamento de meia pensão aos pensionistas, só serão efetivadas em outubro. O mesmo sucederá com a baixa do IVA da eletricidade (que não abrange toda a fatura, mas apenas a parte que é cobrada a 13%). E medidas de caráter mais prolongado, como o travão às rendas ou o congelamento dos passes sociais, terão efeito no início do próximo ano.

Medidas que classificou como "muito bem calibradas" de forma a "não alimentar a própria inflação", nem fazer perigar os objetivos or-

“O Presidente da República achou que era um conjunto de medidas urgentes. Foi coerente [com o que já tinha pedido]. Se não concordasse, teria vetado os diplomas.”

António Costa
Primeiro-ministro

“As medidas vêm tarde, muito tarde. Depois de meses e meses com os portugueses a sofrer quando outros países já tinham tomado medidas semelhantes. A grande novidade é, afinal, uma ilusão.”

António Leitão Amaro
Vice-presidente do PSD

“Saudar o alcance e extensão dos apoios (...). Somando aos fundos já mobilizados para combater a crise inflacionista, estas medidas têm um carácter absolutamente histórico.”

João Torres
Secretário-geral adjunto do PS

çamentais. “Estamos a adotar um apoio extraordinário que foi calculado tendo em conta a capacidade do Estado, fruto da evolução da economia e, sobretudo, do emprego ao longo deste ano. Adotamos estas medidas sem afetar todas as outras medidas previstas no Orçamento”, garantiu o primeiro-ministro. Costa sublinhou que já foram mobilizados “1600 milhões de euros desde o início do ano” para ajudar as famílias a fazer face à inflação e que, com o novo pacote, o total de apoios às famílias chega agora aos 4000 milhões de euros. Hoje, as medidas anunciadas serão explicadas em maior detalhe no ministério das Finanças, com a presença de vários ministros.

“Ilusão” e “truque”. Oposição alerta pensionistas

O pacote de medidas anunciado por António Costa foi qualificado pela generalidade da oposição como muito “aquém” do que seria necessário, mas um ponto em particular suscitou alertas de vários quadrantes. Caso do PSD, com o vice-presidente António Leitão Amaro a acusar o Executivo socialista de estar a criar uma “ilusão” em relação ao aumento do rendimento dos pensionistas. Costa anunciou o pagamento, no próximo mês de outubro, de um valor correspondente a meia pensão, e um aumento das pensões, no próximo ano, de 4,43% até aos 886 euros; 4,07% para pensões entre os 886 e 2.659 euros; e de 3,53% para as restantes (as sujeitas a atualização). Uma “habilidade”, nas palavras do dirigente social-democrata: “Os pensionistas ganham zero com esta proposta face ao que estava na lei”. Para o PSD, o Governo chegou “muito tarde” na resposta ao aumento do custo de vida e está a colocar primeiro não as famílias, mas a receita extraordinária que está a obter com o aumento dos preços: “Temos um Governo que age tarde, que faz hoje o que podia ter feito há muitos meses e muito depois do que o PSD propôs desde maio. Mostra com isso que está a colocar primeiro a arrecadação de impostos”.

À esquerda também se repetiram os avisos quanto aos valores do aumento das pensões para o próximo ano. “É uma fraude e um embuste”, apontou o deputado comunista Bruno Dias – “O que está a ser anunciado é uma medida que está a travar uma atualização de pensões no próximo ano”. Também o Bloco de Esquerda falou num “truque” e numa “ratoeira”. “Não é um aumento, é uma antecipação do aumento do próximo ano”, avisou a deputada bloquista Mariana Mortágua.

Pelo Chega, as medidas anunciadas pelo Governo não são mais que “migalhas” face às dificuldades dos portugueses: “um plano vazio, tardio e que não tem nenhuma repercussão na vida real das pessoas”. Já pela Iniciativa Liberal, o líder parlamentar, Rodrigo Saraiva, acusou António Costa de “enganar” as pessoas já que “o IVA de 23% [na eletricidade] vai-se manter”, e é a taxa máxima que representa “a maior parte do consumo que os portugueses pagam”. Para Rui Tavares, do Livre, o pacote de medidas “chega demasiado tarde” e “é demasiado pouco”, enquanto Inês Sousa Real, do PAN, defendeu que se trata de “medidas de curto prazo” sem o alcance necessário.

No tom totalmente oposto, João Torres, secretário-geral adjunto dos socialistas, considerou que os apoios anunciados “têm um carácter absolutamente histórico”.

susete.francisco@dn.pt
rui.godinho@dn.pt

Conheça as medidas aprovadas pelo governo

APOIOS Famílias e pensionistas recebem suplemento extraordinário, IVA da luz baixa para 6% e aumento das rendas vai ter teto máximo.

TEXTO **SALOMÉ PINTO, SARA RIBEIRO, JOSÉ VARELA RODRIGUES**

Cheque de 125 euros até salários de 2700€

O governo vai atribuir em outubro “um pagamento extraordinário de 125 euros “a cada cidadão não pensionista com rendimento até 2700 euros brutos mensais”, a 14 meses, e por cada descendente dependente, até aos 24 anos, mais 50 euros independentemente do rendimento da família, anunciou ontem primeiro-ministro, António Costa, no final da reunião extraordinária do Conselho de Ministros. A título de exemplo, o chefe do governo explicou que “um casal com dois filhos e em que ambos tenham um rendimento individual até 2700 euros, receberá em outubro um pagamento de 350 euros”. António Costa afirmou que o cheque de 125 euros para todos os cidadãos não pensionistas com rendimentos até 2700 euros mensais, o equivalente a quase quatro salários mínimos, será pago de forma automática e de uma só vez. Este apoio aplica-se “a todos os contribuintes em IRS, àqueles que estão isentos de IRS”, por terem rendimentos baixos, e “a todos os beneficiários das prestações sociais ou também beneficiários do subsídio para o cuidador informal”. O pagamento será feito via Finanças ou Segurança Social, contudo, o primeiro-ministro assegurou que esta medida será integralmente suportada pelo Orçamento do Estado. O apoio é, no fundo, um reforço e um alargamento da medida adotada na primavera e no verão e que atribuiu, em duas tranches de 60 euros, um cheque de 120 euros aos beneficiários das prestações sociais mínimas e da tarifa social. Agora este valor aumenta cinco euros para 125 e é estendida às famílias da classe média.

Bónus de meia pensão para reformados

A maior parte dos reformados vão receber, também em outubro, um suplemento extraordinário equivalente a meia pensão. Mas, em contrapartida, o governo vai propor ao Parlamento limitar a atualização automática das pensões em janeiro de 2023. Costa explicou que o bónus de meia pensão vai chegar quase à totalidade dos pensionistas. “A lei só exclui da atualização as pensões acima de 12 IAS (Indexante dos Apoios Sociais, ou seja, pen-

sionistas que recebem mais de 5318 euros), pelo que “99,9% dos pensionistas vão receber meia pensão. Com este aumento, o governo, em vez de aplicar a fórmula de cálculo habitual da atualização automática para 2023 que, por via do crescimento do PIB e da inflação, poderia dar aumentos entre 7,1% e 8%, vai propor à Assembleia da República “o seguinte aumento: de 4,43% para pensões até 886 euros, de 4,07% para pensões entre 886 e 2659 euros; e de 3,53% para as outras pensões sujeitas a atualização”, revelou António Costa. Contudo, o primeiro-ministro atesta que “o suplemento pago em outubro somado aos aumentos que vão ser propostos garantem aumentos entre 7,10% e 8% em 2023”, ou seja, “ninguém perderá rendimentos em função desta medida.

IVA da luz passa para 6%. Gás fica de fora

O governo quer reduzir a taxa de IVA sobre a eletricidade de 13% para 6%. Recorde-se que atualmente a taxa de IVA da luz é de 23% e a de 13% só se aplica a determinados níveis de escalões de consumo. A redução do IVA do gás não foi incluída no pacote de medidas para ajudar as famílias apresentado esta segunda-feira. Desde 1 de dezembro de 2020 que se passou a aplicar a taxa intermédia (13%) de forma progressiva até aos primeiros 100 kWh consumidos por mês, mas não para todos os clientes. A taxa de IVA de 13% é aplicada apenas aos consumidores com potências contratadas até 6,9 kVA e às famílias numerosas – com cinco ou mais elementos – com consumo de eletricidade que não exceda 150 kWh. Nos restantes consumos, os mais altos, mantém-se a taxa normal da IVA de 23%. Na altura, o governo avançou que a medida iria abranger cerca de 5,2 milhões de contratos (86% dos clientes da baixa tensão). A proposta para a redução do IVA da eletricidade vai ser agora encaminhada para a Assembleia da República. O objetivo é que “seja discutida com carácter de urgência no Parlamento, ainda este mês, para que possa entrar em vigor ainda a 1 de outubro”, sublinhou António Costa. Face à atual crise energética, a diretiva comunitária relativa a esse imposto foi

alterada em abril dispensando os Estados-membros de solicitar o aval ao Comité do IVA. Para ser implementada basta, assim, a aprovação no Parlamento. Sobre o gás, António Costa lembrou apenas que o governo já tinha anunciado que iria alterar a atual legislação de modo a permitir que os consumidores que estão no mercado liberalizado possam regressar ao mercado regulado onde as tarifas são mais baixas. Uma medida que vai entrar em vigor a partir de 1 de outubro e que segundo o primeiro-ministro equivale a uma poupança média da fatura de 10%.

Aumento de rendas limitado a 2%

Assumindo que os efeitos da inflação permitiriam subidas de até 5,43% (5,43 euros por cada 100) dos valores das rendas, o governo decidiu limitar essa atualização a não mais que 2% para todas as rendas das casas e das lojas. O objetivo é “evitar que um ano de inflação excecional e atípica como é 2022 se consolide com efeitos permanentes”, diz o primeiro-ministro. Este travão às rendas será acompanhado de uma vertente fiscal dirigida a mitigar o impacto da medida junto dos senhorios, que serão compensados através de reduções em sede de IRS e IRC.

Combustíveis com apoios até final do ano

Na área dos combustíveis, as medidas de suspensão do aumento da taxa de carbono, devolução da receita adicional do IVA e redução do ISP, vão ser prolongadas até ao final do ano. “Ou seja, a preços desta semana, em cada depósito de 50 litros, os consumidores pagarão menos 16 euros de gasolina ou menos 14 euros de gasóleo do que pagariam se este conjunto de medidas não fosse renovado”, disse António Costa.

Transportes públicos sem aumentos

Os preços dos passes dos transportes públicos e os bilhetes da CP serão congelados em 2023. O efeito da medida junto das empresas de transportes será amortecida com a “devida compensação” à CP e às autoridades de transporte, de acordo com o primeiro-ministro.

Vítor Ramalho

“Promiscuidade entre política e negócios dá sempre mau resultado”

HISTÓRIA A lançar um livro de memórias, o antigo governante de “dupla pertença” angolana e portuguesa fala sobre o que ficou para trás e os desafios futuros. Homem de consensos, vê em Angola “condições ótimas para dar a volta”. Desde que se negocie os “designios nacionais”.

ENTREVISTA **JOÃO PEDRO HENRIQUES**



GERARDO SANTOS/GLOBAL IMAGENS

Editado pela Guerra e Paz, o antigo dirigente e governante socialista Vítor Ramalho, secretário-geral da UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa) há mais de 10 anos, lança o livro de memórias *As Minhas Causas*. O lançamento será dia 8, na UCCLA, com apresentações de Leonor Beleza – colega de Ramalho no governo do bloco central – e do jornalista Nicolau Santos, atual presidente da RTP, seu conterrâneo angolano.

Angola, onde Ramalho nasceu em 1948, é um dos temas centrais, bem como as experiências que teve como

secretário de Estado (1983-1985 e 1997-2000) e amigo muito próximo de Mário Soares. Considerando errado demonizar-se a experiência dos anos 80 de coligação governativa entre PS e PSD, Ramalho advoga, para Portugal como para Angola, seus países de “dupla pertença”, a necessidade de entendimentos ao centro para levar a cabo reformas estruturais.

Porque escreveu este livro agora?

Foi mera casualidade. Já o vinha a trabalhar há meses e coincidiu com a Feira do Livro de Lisboa [25 de agosto a 11 de setembro]. Na minha vida, tive a oportunidade de me en-

volver num conjunto de iniciativas que merecem divulgação. A circunstância de ter nascido em Angola e ter dupla pertença, grande do ponto de vista afetivo, reforçou-me esta veia, bem como o facto de há anos dirigir a UCCLA.

Mas é um livro de memórias final ou o preâmbulo de uma autobiografia mais vasta em preparação?

É sobretudo um livro que faz um relato de factos de que tive conhecimento direto ou nos quais tive intervenção e da realidade que pude viver enquanto governante, na Secretaria de Estado do Trabalho (1983-1985). Foi um governo patriótico, que ini-

ciou atividades quando o país estava na bancarrota e dois anos depois Portugal estava em condições de se integrar na UE, o que dá bem conta desse esforço hercúleo. Hoje esse governo é muito marginalizado, fustigado, como se o bloco central fosse uma herança que transportássemos duramente às costas.

Mas não são os únicos temas...

O livro não se esgota no bloco central. Abordo temas que têm a ver com o “Orçamento limiano” [o OE que em 2000 Guterres conseguiu aprovar com o apoio de um deputado do CDS de Ponte de Lima, Daniel Campelo, em troca de benesses para o concelho] e o que ele significou, do limiano ao “pântano”. Era nessa altura secretário de Estado Adjunto da Economia [de Pina Moura] e foi uma situação anómala, que eu compreendo que tivesse existido no quadro orçamental da altura, mas nunca aceitei e me levou a não aceitar continuar no governo. Também falo do Congresso Portugal Que Futuro?, que balizou a mudança de primeiro-ministro [de Cavaco para Guterres, em 1995]. E das reuniões das Aulas Magnas que juntaram toda a esquerda.

Sendo do bloco central, também não é alguém que se tenha oposto à necessidade do entendimento de esquerda que António Costa liderou em 2015, a ‘geringonça’?

Nas Aulas Magnas o que estava em causa, unindo toda a esquerda, era dizer que as políticas que o governo [de Passos] estava a levar a cabo iam além do que a *troika* pedia e eram por isso desnecessárias. Defendemos que era fundamental fazer alterações de política. Não havia qualquer ideia de coligações que terminassem em ‘geringonças’. Isso nunca foi falado, nem com o PCP nem com o BE. Na formação da ‘geringonça’, o que solicitei, citando a boa tradição alemã e até o que o PS tinha feito em 1983, foi que se devia previamente auscultar os militantes do PS, para saber se concordavam. Se isso tivesse sido feito, e não tenho dúvidas do apoio, o entendimento sairia reforçado.

O balanço geral que faz da ‘geringonça’ é positivo?

Há um conjunto de reformas que precisam de ser feitas e que poderiam ter sido feitas se o PS tivesse olhado para a reação que teve na altura o líder do PSD, Rui Rio. A postura de Rio era no sentido da aceitação de um eventual entendimento com o PS que conduziria a reformas estruturais.

Reformas estruturais profundas e duradouras só são possíveis por entendimento de PS e PSD, os partidos que alternam no poder?

Não é por alternarem no poder. É porque o PCP é um partido contra a UE. O PS tem um histórico de diálogo com todas as forças partidárias e deve continuar a ter, sem exceção. Todas as matérias ligadas às funções soberanas do Estado devem ser reestruturadas. Mas o que está a suceder no mundo é que só estamos a

“Acho que não é forçoso que a cooperação e colaboração entre os partidos maioritários, UNITA e MPLA, careça de um governo de coligação. Há domínios de sobra em designios nacionais onde se podem entender.”

analisar a espuma dos dias. E quando nos deparamos com a invasão da Ucrânia, verificamos que a UE conduziu as coisas sem sentido até ao ponto em que a dependência energética face à Rússia seja quase total, o que é inaceitável. Uma das pessoas que contribuíram para isso é socialista, o antigo chanceler alemão Schröder [que depois da política foi defender os interesses da maior energética russa, a Gazprom]. A promiscuidade entre política e negócios dá sempre mau resultado. Há que repor princípios e valores e reforçar a componente ideológica da política. E do PS.

O Vítor Ramalho nasceu em Angola, veio nos anos 60 para estudar e não voltou, mas é uma terra que faz parte da sua vida. O que vê neste rescaldo das eleições...

O livro foi todo escrito antes...

Mas vê esperança?

A minha relação com Angola é a minha relação com o povo angolano. Nunca fiz negócios com Angola – não porque ache que não se deva fazer, pelo contrário, mas eu não nasci para isso. Portanto, esta dupla pertença vem de ter vindo com 18 anos para Portugal, em 1965, estudar Direito. O relacionamento que já tinha e aqui reforcei foi com grandes amigos angolanos, entre eles alguns que são ou foram dirigentes dos partidos – de todos. E todos os dias, mesmo todos, falo com eles, tenho contacto direto, vivi com eles episódios que tinham que ver com o desejo de que Angola fosse um país progressista e com progresso, que satisfizesse as necessidades do seu povo. Infelizmente isso não está a acontecer por várias causas. A primeira tem a ver com a guerra, por interpostos agentes, que a ex-União Soviética e os EUA desenvolveram em África.

Isso acabou há 20 anos.

Certo. Mas terminou com um país

devastado e a partir daí a possibilidade de reconstrução foi uma hipótese desconsagrada, como dizem os angolanos. Desconsagrada porque a estratégia desenvolvida, que devia assentar na reconciliação nacional – parte assentou, e isso é mérito de José Eduardo dos Santos, com muitos homens da UNITA integrados em postos-chave –, não ocorreu na conceção económica. O desenvolvimento de Angola tem de assentar sobretudo na autossustentabilidade do país, que tem condições invulgaes.

Agrícolas, agropecuárias... não é só petróleo e diamantes.

Sim, a dinamização daquele país e a satisfação das necessidades daquele povo têm de assentar na autossustentabilidade, na diversificação consequente da economia, assente na agropecuária e na agroindústria, no que respeita à satisfação das necessidades primárias das pessoas. E isso não se fez, apesar da retórica de todos os dirigentes. Por outro lado, a guerra e os negócios que dela resultaram, sobretudo na coligação entre compra de armamento e exploração petrolífera, fez aumentar a corrupção de forma inaceitável para qualquer cidadão com razoabilidade mínima.

A corrupção do poder.

Exatamente. Isso minou a sociedade e hoje é transversal. Uma socie-



AS MINHAS CAUSAS
Vítor Ramalho
Guerra e Paz Editores
166 páginas
PVP: 14,4 euros

dade com estas características não pode deixar de combater a corrupção. Tem de assentar no reforço de uma conceção administrativa que sirva os cidadãos e simultaneamente com diversificação da economia. Combater a corrupção é fundamental. O atual presidente, que surge com a afirmação clara deste princípio, a meu ver ficou a meio. As pessoas começaram a ter perceção de que era necessário ir mais longe e dar resposta às condições agravadas pela pandemia e pela invasão da Ucrânia, que gerou inflação galopante. A fome instalou-se, o desemprego cresceu. O PIB de 2015 a 2021 foi decrescente e as perspetivas nos próximos anos não são muito significativas para dar resposta às exigências do futuro, portanto há que repensar tudo isto. Os resultados das eleições são uma boa ocasião para isso.

Acredita nestes resultados?

Não faço juízos de valor, por desnecessidade. Acho que não é forçoso

que a cooperação e colaboração entre partidos maioritários, UNITA e MPLA, careça sequer de um governo de coligação. Há domínios de sobre em desígnios nacionais onde se podem entender. Desde logo a revisão constitucional, para aferir o próprio processo eleitoral, resolver problemas das instituições e da participação nelas. E ter em atenção algo importantíssimo: a UNITA ganhou as províncias de Luanda, Zaire e Cabinda. Ganhar Luanda e os nove municípios significa ganhar numa região com população quase idêntica à de Portugal, é um país. Tem de resolver esse problemas, porque Angola não tem eleições democráticas para os municípios e, não havendo, como é que se equaciona o problema do mando nessas regiões onde a UNITA ganhou? Proximamente ir-se-á discutir o Orçamento, e essas são as tradicionais províncias de petróleo; vai-se levantar a questão da afetação de orçamentos na lógica administrativa ou de distribuição para a administração regional de forma diferente. Outra matéria para discutir e chegar a consenso. O que significa que Angola tem, como nunca teve, condições ótimas para dar a volta.

Desde que seja uma governação negociada.

Não digo governação, desde que haja negociação sobre desígnios na-

cionais que a própria UNITA reclama e a que o MPLA tem dito não se opor. Isso dá pano para mangas.

Um grande acordo de regime, sob o desígnio estratégico do país.

Sim. As pessoas, quando votam, votam conscientes do que é preciso. Se não é feito, as pessoas emendam. E Angola votou chamando a atenção para que é necessário mudar. Não é mudar o governo, é mudar as políticas.

Portanto, não vê no não reconhecimento de resultados pela UNITA ecos de 1992 e do recomeço da guerra civil?

Nem pensar. Nessa altura havia condições para que a guerra continuasse, como continuou mais 12 anos. Agora não. África não o deseja, nenhum país envolvente de Angola o deseja, a comunidade internacional... Os próprios investidores têm dois partidos para dialogar, independentemente de quem estiver no governo.

Estes será o seu último livro?

Não tenho ideias de publicar mais nenhum. Publiquei este pela força da experiência que passei na vida.

É um homem de entendimentos, de pontes... Sente-se um diplomata frustrado?

Eu não sou católico nem sequer crente, mas o Universo foi criado com muita perfeição. Eu deliro todas as noites a ver a NatGeo, a aprender

com os animais. Como é que, no meio de milhares de focas, a cria conhece a mãe pelo chamamento?

E como transpõe isso para a sociedade?

Estamos a destruir esta harmonia. Somos os únicos seres conhecidos até à data com inteligência. É correto usá-la para a morte? Aceitar que um país, por ter poder militar brutal, invada outro e o leve à destruição? Acho que há sempre situações possíveis no diálogo que evitem a morte e gerem melhores condições de vida. O congresso Portugal, Que Futuro? teve que ver com esse propósito de contribuir para a paz em Angola. Outras iniciativas que tomei, na desminagem, por exemplo, descrevo tudo isso no livro. Mas também no plano interno. Lembro-me como hoje de receber uma chamada do Sr. José Manuel de Mello, a 6 de maio de 1996, estava eu no gabinete do engenheiro Guterres, dando-me conta de que a Lisnave estava falida. Não aceitei isso e fui imediatamente diligenciar com o ministro Pina Moura, ele interveio junto do primeiro-ministro e durante ano e meio coube-me partir pedra com os sindicatos e a administração. E hoje a Lisnave tem maiores resultados do que teve no seu período mais áureo e distribui dividendos pelos trabalhadores.

joao.p.henriques@dn.pt



OS “NÃO ALINHADOS”

Com Ana Drago, Cecília Meireles, Pedro Santana Lopes e Susana Peralta

Pedro Santana Lopes volta ao comentário político e junta-se aos “Não Alinhados” da TSF.

De 2ª a 5ª às 18h35 e 22h30 e sempre em tsf.pt





Opinião
Pedro Cruz

Não nos podem processar a todos

Nos dias anteriores à queda do Muro de Berlim, do lado oriental, o povo da RDA começou a sair à rua. Primeiro, umas poucas centenas de pessoas, com medo. Depois, alguns milhares, que, timidamente, arriscaram a vida para estar na rua. Em poucos dias, as centenas eram milhares e os milhares eram já milhões. O noticiário do canal público da RDA não transmitia os protestos e as manifestações, silenciosas, mas elas estavam a existir. E acabaram por se revelar decisivas. Mais tarde, já derrubado o muro, um dos manifestantes diria que, sim, tinha sido um risco, mas quando “as massas” – na linguagem marxista – são em tão grande número, não é possível “matá-los a todos”. Foi também assim, além das ordens pouco claras e da cumplicidade dos agentes da fronteira, que a Alemanha acabaria por se reunificar. E que o mundo sofreria uma das maiores transformações do século XX.

Em 1993, em Portugal, uma “geração rasca” lutava contra o aumento das propinas. Entre outros protestos e manifestações mais ou menos ortodoxas, quatro estudantes do ensino superior, diante da então ministra da Educação, Manuela Ferreira Leite, baixaram as calças e mostraram oito nádegas. Naqueles quatro rabos estava escrita uma mensagem simples: “Não pago.” Nada lhes aconteceu de especial, a mensagem passou, fosse pela originalidade do protesto, pelo choque com que a sociedade recebeu a forma escolhida para expressar uma vontade, fosse pela razão que, então, assistia aos estudantes. A revolta estudantil já tinha história na estória do princípio da queda do Estado Novo. Muitos milhares – incluindo o primeiro-ministro de 1993, Cavaco Silva – participaram nas manifestações e plenários de então. Mais uma vez, mesmo com a PIDE, o regime não podia prender todos os milhares e milhares de estudantes que desafiavam o poder. Deteve alguns, julgou outros. Mas “as massas” transformaram o impossível em possível.

Por estes dias, em 2022, pelo menos no Reino Unido e em Itália, há já pequenos movimentos de cidadãos, apartidários e sem agenda política, que desafiam livremente outros cidadãos a não pagar as contas de energia e gás.

Não se trata sequer de uma tomada de posição por discordância com os diferentes governos. Trata-se, apenas e só, de deixar de pagar uma fatura que se tornou incomportável, exorbitante, imoral, injusta, e que, no limite, leva a que se tenham de fazer opções: ou se pagam as contas da luz e do gás, ou se cumpre com os empréstimos ou o arrendamento da casa, ou se come.

A inflação, a economia de guerra, o aumento dos bens alimentares para números estratosféricos, a subida das prestações do crédito à habitação, os preços das rendas, da gasolina, da energia, do gás... a manutenção dos salários de todos quantos não trabalham na função pública, o desequilíbrio familiar entre as receitas, que são as mesmas ou menores, e as despesas, que sobem sem parar e que, dizem os manuais de economia, nunca mais voltarão a encolher, criam o caldo perfeito para que “as massas” comecem a reagir. Primeiro, como em Berlim, serão umas centenas. Depois, uns milhares. Por mim, espero que sejam milhões a dizer que não pagam. Que não é possível trabalhar seis meses em cada 12 para o Estado. Que já basta de impostos altos e serviços apenas medíocres. Que o Estado tem de ser, não o subsidiador, atirando dinheiro para cima dos problemas, mas um regulador a sério, e que, como lhe compete, fixe preços máximos para determinados bens e serviços essenciais.

Que farão a EDP, a GALP e outras “operadoras” do mercado da eletricidade e do gás se um país inteiro deixar de pagar? E que respostas terá o Estado e o governo se um país inteiro deixar de pagar? Corta a energia? Processa um povo inteiro? Leva a tribunal milhões de cidadãos que, pura e simplesmente, têm de fazer opções para sobreviver?

A história diz-nos que não é possível “prender-los a todos”. Também não é possível “processá-los” a todos. Nem julgá-los a todos. Bem sabemos, diz o povo, que mais depressa vai preso um pilha-galinhas do que um criminoso que usa colarinho branco. Mas, se formos todos, mesmo todos, o que é que “eles” nos podem fazer?

Jornalista.



Opinião
Afonso Camões

O Dia do Fico já foi

Conta o mestre Germano Silva que o Campo das Malvas, no Porto, era um descampado para lá da muralha fernandina onde se enterravam os malfeitores. Um dos últimos era um jovem cordoeiro que assasinara a navalhadas um rival no namoro, e sua condenação à forca até deu para o povo cantar: “Ai Jesus, que vou para as malvas caminhando pelas urtigas, já vão rapazes para a forca por causa das raparigas.” Nascia aí o dito “mandar para malvas”, que em Lisboa encontrou equivalente idiomático no “vai bugiar” – expressões que, todavia, nunca chegaram ao linguajar do português com acento brasileiro.

Pois bem, a 7 de setembro de 1822, faz amanhã 200 anos, o mesmo D. Pedro cujo coração emprestamos por uns dias a Brasília mandou Portugal às malvas e anunciou que não voltaria mais para Lisboa. Na margem do Ipiranga, o grito de “independência ou morte” tinha esse mesmo significado: mandar Portugal às malvas. Nascia ali uma nova nação, o Brasil, cujas comemorações do dia da independência ocorrem em plena campanha presidencial, as mais renhidas eleições de que há memória num país de gigantescos contrastes, onde a violência e a desigualdade encabeçam as classificações mundiais.

Lula ou Bolsonaro personalizam o embate entre a esquerda e a extrema-direita no país mais povoado da América Latina. Ali, o voto é obrigatório, e a escolha dos quase 150 milhões de brasileiros é entre dois candidatos que já conhecem bem. A primeira volta decide-se a 2 de outubro, numa campanha marcada por grande tensão entre os seguidores de um e de outro, a ponto de ambos os candidatos se apresentarem de colete à prova de bala



No país onde os candidatos presidenciais vão de colete à prova de bala para alguns dos eventos públicos da campanha eleitoral, o povo já não festeja o “Dia do Fico”.

alguns dos seus principais eventos públicos. Perante uma economia depauperada, depois de uma década que juntou recessão e crescimento anémico aos efeitos devastadores da pandemia, as previsões são pessimistas, num tempo em que, apesar de o Brasil ser um dos mais ricos países do mundo em recursos alimentares, quase 20 milhões de brasileiros passam fome.

Lula tem a seu favor a erosão de Bolsonaro pela crise económica e pelos 600 mil mortos que a pandemia deixou no Brasil. Mas Lula tem contra si o receio de boa parte da elite brasileira e dos meios de comunicação. Há 20 anos, quando foi eleito pela primeira vez, o antigo operário e dirigente sindical metalúrgico foi a melhor oportunidade do Brasil para se tornar um país do presente, resgatando à miséria muitos milhões de brasileiros. Lula era a novidade, que fazia brilhar o seu país entre os emergentes. Hoje, aos 76 anos, dois mandatos presidenciais depois (e uma pena de prisão após um processo judicial controverso, que acabou anulado), Lula tem pouco futuro para anunciar. O seu principal objetivo tem sido reunir uma coligação suficiente para diluir a rejeição que ainda desperta e juntar as forças para converter a presidência populista de Bolsonaro num pesadelo passageiro. Afastar Bolsonaro do poder, ou seja, mandá-lo às malvas.

Éneste clima de campanha, que, aliás, carece do entusiasmo, energia e esperança de outros tempos, que o Brasil comemora amanhã a sua independência de dois séculos, da mesma forma que ainda hoje recorda aquele que ficou para a história brasileira como o “Dia do Fico”, para assinalar o célebre pronunciamento de 9 de janeiro, quando o príncipe regente D. Pedro, em desobediência às Cortes portuguesas que lhe exigiam o regresso a Lisboa, declarou perante as elites independentistas: “Estou pronto! Digam ao povo que fico.” Triste ironia brasileira, o povo não tem ficado. O Brasil vive o maior êxodo da sua história: quase cinco milhões emigraram nos últimos anos e um estudo recente do Instituto Datafolha revelava que, se pudessem, 70 milhões de brasileiros maiores de 16 anos deixariam o país à procura de melhor sorte. Oxalá não seja preciso.

Jornalista.

PCP quer debater aumento do custo de vida

PARLAMENTO Comunistas vão solicitar à Comissão Permanente a chamada do Executivo ao plenário para debater o tema. Anunciaram ainda que a deputada Diana Ferreira suspende mandato por entrar na fase final da gravidez.

TEXTO **RUI MIGUEL GODINHO**

O grupo parlamentar do PCP vai propor à Comissão Permanente (que funciona independentemente do período efetivo de funcionamento da Assembleia), que reúne amanhã, que convoque um debate com a presença do governo. A intenção dos comunistas é debater o aumento do custo de vida e o lucro dos grandes grupos económicos.

A proposta, subscrita pela líder parlamentar Paula Santos, foi enviada ontem ao presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva, e surgiu no dia em que o governo anunciou um pacote de medidas de apoio às famílias [ler mais nas páginas 4 e 5] com o objetivo de responder aos efeitos da inflação, que se têm vindo a acentuar nos últimos meses.

Perante o aumento do custo de vida e o “agravamento das desigualdades”, os comunistas já defenderam uma taxa sobre lucros extraordinários das empresas que o governo possa usar para mitigar os efeitos da inflação, algo que alguns países, como a Alemanha, já anunciaram que planeiam fazer.

Caso se realize, o debate acontecerá já depois do anúncio das medidas em questão, ainda sem data confirmada.

Diana Ferreira suspende mandato

Também ontem o PCP anunciou que a deputada Diana Ferreira (eleita pelo círculo eleitoral do Porto) vai suspender o mandato. A decisão foi anunciada em co-

municado enviado pelo grupo parlamentar, que acrescenta que a decisão se prende “com questões de saúde associadas à fase final da gravidez”. É esperado que depois de terminada esta fase a deputada retome o seu lugar na bancada co-

munista. Diana Ferreira é deputada há 11 anos, tendo sido eleita sempre pelo círculo eleitoral do Porto.

Durante o período em que estiver afastada de funções, Diana Ferreira será substituída no hemi-

ciclo por Alfredo Maia, “jornalista, com uma destacada intervenção na atividade profissional e na ação sindical”. Nas últimas autárquicas foi eleito membro da Assembleia Municipal da Maia pela CDU e nas legislativas de janeiro

era o número três da lista da coligação pelo círculo eleitoral do Porto. Estreia-se em andanças parlamentares, depois de já ter tido funções de gestão no Sindicato dos Jornalistas.

rui.godinho@dn.pt



Diana Ferreira
Deputada do PCP



Alfredo Maia
Jornalista

**EUROMILHÕES**
A criar excêntricos de um dia para o outro



HÁ COISAS QUE SÓ PODES FAZER COM O EUROMILHÕES

Construir um estádio na aldeia para os jogos com os amigos





DISPONÍVEL TAMBÉM NA APP E EM **JOGOSSANTACASA.PT**



Crimes de guerra e terrorismo

14 vítimas do Daesh testemunharam contra iraquianos detidos em Portugal

ACUSAÇÃO A PJ esteve mais de um ano a reunir provas e testemunhas que foram vítimas do terror dos dois irmãos em Mossul. Segundo a acusação do MP, no Iraque cometeram violentos crimes em nome do Estado Islâmico. Pela primeira vez em Portugal, as autoridades usaram informação da UNITAD, a equipa da ONU que investiga os crimes de guerra do Daesh, e da Operation Gallant Phoenix, coligação militar internacional liderada pelos EUA. Yasir e Ammar contaram com a ajuda de funcionárias do SEF e de ONG de apoio aos refugiados.

TEXTO VALENTINA MARCELINO

Histórias de verdadeiro terror, espancamentos até perda de sentidos, ameaças permanentes, tortura cometidas em nome do Estado Islâmico pelos irmãos Ammar e Yasir Ameen em Mossul, no Iraque, foram descritos por 14 das vítimas e estão gravadas para “memória futura”. Estes testemunhos exaustivos registados pela Unidade Nacional de Contraterrorismo da PJ são o principal pilar da acusação contra ambos, deduzida pelo Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), pela prática de crimes de adesão a organização terrorista e de crimes de guerra contra as pessoas.

Neste inquérito, aberto em setembro de 2017, cerca de seis meses depois de Ammar e Yasir terem chegado a Portugal e pedido asilo, foi investigada a sua atividade enquanto membros do autoproclamado Estado Islâmico nos departamentos Al Hisbah (Polícia Religiosa) e Al Amniyah (Serviços de Inteligência) durante a ocupação do Iraque por essa organização terrorista, designadamente entre 2014 e 2016.

Durante o período em que decorria esta investigação, e já com as autoridades informadas sobre a sua

presumível perigosidade, Yasir – que foi alegadamente um comandante da Al Amniyah – trabalhou num restaurante em Lisboa, visitado, primeiro, pelo ex-ministro da Administração Interna Eduardo Cabrita, depois pelo primeiro-ministro, António Costa, e pelo ex-Presidente da República Jorge Sampaio (que conversaram e fizeram-

De acordo com a acusação, mesmo detidos em prisão de alta segurança conseguiram saber o nome de algumas das vítimas que testemunharam contra si e, em Mossul, os seus irmãos foram a suas casas ameaçá-las e pressionar para retirarem as queixas.

-se fotografar junto a Yasir) e, por fim, pelo próprio Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, com um grupo de embaixadores estrangeiros, incluindo o dos EUA. O erro de segurança – as equipas de segurança pessoal desconheciam estar na presença de um suspeito terrorista – nunca foi assumido oficialmente, mas no Sistema de Segurança Interna impuseram-se novas regras para a partilha de informação na Unidade de Coordenação Antiterrorista.

Foi ainda durante a investigação que, a 16 de setembro de 2019, o então ministro da Administração Interna Eduardo Cabrita lhe concede autorização de residência permanente em Portugal.

Enquanto isso, ao contrário do discreto e “manipulador” Yasir (fruto do treino das secretas do Daesh?), o irmão Ammar, que, segundo regista a acusação, exerceu “funções de destaque na Al Hisbah” (polícia religiosa responsável pela fiscalização agressiva e aplicação das políticas e procedimentos religiosos do Estado Islâmico), perdia a paciência com a demora na concessão de asilo. Caracterizado como “pessoa de trato difícil, extremamente exigente, reivindicativo e constantemente insatisfeito [...]

perspicaz e inteligente, arrogante, altivo, pouco respeitador, com instabilidade emocional e com propensão para a violência”, numa deslocação ao SEF para saber do seu processo terá ameaçado funcionários. “Cheguei ao meu limite, eu suicido-me, mas não morro sozinho. Estou a falar a sério”; “Portugal é um país de merda que não presta para nada”, terá dito, ao mesmo tempo que elogiou o Iraque. Ao sair das instalações, segundo a acusação do DCIAP, ainda acrescentou: “Por hoje vou-me embora, mas volto. Mato-me aqui. Os jornalistas vão ter o que filmar. Não estou a brincar. Cheguei ao limite.”

Tal comportamento terá contribuído para que visse o seu pedido de asilo recusado a 26 de abril de 2019 [ver cronologia] por representar “perigo ou fundada ameaça para a segurança interna ou externa ou para a ordem pública”. Apesar disso, ainda permaneceu mais 860 dias em Portugal até ser detido, a 2 de setembro de 2021, pela PJ quando se preparava para fugir, esgotados os recursos jurídicos e os apoios que conseguira conquistar de três mulheres: uma do SEF e outras duas de organizações não governamentais (ONG) que ajudam na integração de refugiados.

Com ordem de expulsão decretada, foi colocado no Centro de Instalação Temporária do SEF, “por motivos de segurança nacional”. Recorreu da decisão e, passados 60 dias, foi libertado por se ter esgotado o prazo máximo de detenção. Vê depois inferidos todos os seus pedidos aos tribunais para anular a decisão de recusa de asilo, até que no final de 2020 casa com Ana Figueiredo, que tinha conhecido em 2017 num convívio de refugiados na Mouraria, ligada a várias ONG, sendo voluntária na Caritas e associada da Amnistia Internacional Portugal e da Quercus, com conhecimentos e contactos relevantes no âmbito de matérias de imigração e refugiados.

Ana é o primeiro elo de uma rede de apoio feminino que Ammar consegue atrair em sua defesa. É amiga de Marta Leandro, vice-presidente da Quercus e também da Amnistia Internacional Portugal, que faz a ligação com Catarina Carreira, funcionária do SEF. Esta trata pessoalmente do processo de Ammar Ameen e consegue a renovação da sua autorização provisória de residência mais seis meses, até 2 de setembro de 2021 – precisamente a data da operação da PJ, que acabou por se antecipar por suspeita de que o iraquiano se pre-





Yasir (no canto esquerdo) conversou e tirou fotografias com o PM e Jorge Sampaio.

parava para sair do país.

No Iraque, os irmãos Ameen deixaram um rasto de violência, cujo inspirador principal era o seu irmão mais velho, Fouad, que foi membro da Al Qaeda no Iraque, sendo conhecido como um homem das execuções. “Fouad Ameen é reconhecido, presentemente, pelo Estado iraquiano como membro do ISIL e é procurado pelas autoridades judiciais por crime de terrorismo”, escreve o DCIAP.

Para reunir todos os testemunhos, a PJ contou com a “estreita cooperação” da UNITAD – Investigative Team to Promote Accountability for Crimes Committed by Da’esh/ISIL (Equipa de Investigação das Nações Unidas mandatada pelo Conselho de Segurança da ONU para Promover a Responsabilidade pelos Crimes Cometidos pelo Estado Islâmico/Daesh), que disponibilizou, através da polícia iraquiana, provas e testemunhas da ação dos irmãos Ameen.

Outra colaboração preciosa, e também inédita para uma investigação em Portugal, veio da Operation Gallant Phoenix (OGP), coligação militar internacional liderada pelos EUA, sediada numa base militar na Jordânia, cujo foco inicial foi a monitorização dos fluxos de Fo-

reign Terrorist Fighters (FTF). “Um dos objetivos da OGP é agora providenciar aos diversos países que fazem parte deste projeto a possibilidade de obter dados (registos fotográficos, documentos, ficheiros ou suportes informáticos, perfis ADN, entre outros) que foram recolhidos em cenários de conflito [...] e que podem constituir elementos de prova fundamentais para as diversas investigações que se encontram a decorrer a nível internacional, permitindo assim conduzir a detenções e acusações formais por terrorismo”, explica o documento do DCIAP. Pelo menos um dos vídeos originais do Estado Islâmico que incrimina Yasir como membro do Daesh terá sido obtido por esta via.

Em Portugal, os irmãos Ameen não cometeram crimes de terrorismo e não ficou claro até agora quais eram as suas intenções. Mas, de acordo com a acusação, mesmo detidos em prisão de alta segurança, conseguiram saber o nome de algumas das vítimas que testemunharam contra si e, em Mossul, os seus irmãos foram a suas casas ameaçá-las e pressionar para retirarem as queixas. Só depois as autoridades pediram ao juiz que impedisse que fizessem contactos telefónicos.

valentina.marcelino@dn.pt

CRONOLOGIA

A acusação histórica por crimes de guerra contra os dois irmãos iraquianos que viveram em Portugal como refugiados revela também fragilidades de segurança no sistema de acolhimento e de controlo em território nacional. Marcelo, Costa e Sampaio estiveram num restaurante onde trabalhava Yasir, já a ser investigado pela PJ. Amman foi considerado uma ameaça à segurança nacional, mas só foi detido 860 dias depois.

2017

29 de março – Os irmãos Ammar e Yasir Ameen chegam a Portugal depois de terem estado cerca de um ano num campo de refugiados na Grécia. As declarações que prestam às autoridades portuguesas são diferentes da história que contaram às gregas, mas tal não é impeditivo da sua aceitação.

30 de março – São-lhes concedidas autorizações de residência provisórias.

Julho – O SEF informa a Unidade de Coordenação Antiterrorista (UCAT) que os irmãos eram suspeitos de terem pertencido ao Estado Islâmico. Yasser e Ammar Ameen tinham sido reconhecidos por outros refugiados, que os denunciaram ao SEF. A informação que partilharam na UCAT era bastante completa, com as respetivas moradas na zona de Lisboa, números de telemóvel, endereços de e-mail, páginas no Facebook.

26 de setembro – A PJ abre um inquérito por suspeita de Ammar e Yasir pertencerem ao Daesh com base em troca de informação partilhada em sede de cooperação internacional e de uma organização iraquiana com uma página no Facebook que identificava combatentes do Estado Islâmico.

25 de outubro – Um relatório do Serviço de Informações de Segurança (SIS) identifica os irmãos como prováveis relacionados com uma ameaça de atentado na Alemanha.

28 de novembro – O ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, visitou o restaurante Mezze, em Lisboa, onde Yasir trabalhava.

2018

16 de janeiro – Incomodado por não ter uma consulta de dentista rapidamente, Ammar terá dito a uma assistente social da Câmara de Oeiras, concelho onde estava colocado: “Eu hei de ir ao Centro Português de Refugiados (CPR) e vou destruir todo o gabinete.”

30 de janeiro – O primeiro-ministro, António Costa, visitou o restaurante Mezze, acompanhado pelo Presidente Jorge Sampaio, e evidencia o importante trabalho daquele espaço na formação e integração de refugiados do Médio Oriente. Troca palavras com vários empregados, entre eles Yasir.

7 de junho – O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, também visita o restaurante e vai acompanhado por um extenso grupo de embaixadores da União Europeia e pelo embaixador dos EUA, acreditados em Portugal. Em declarações aos jornalistas, quando veio a público que Yasir ali se encontrava, Marcelo Rebelo de Sousa assumiu que nem ele nem a sua equipa de segurança pessoal sabiam quem era aquele empregado.

Setembro – Chega ao fim o período de apoio do Programa de Refugiados e do prazo estipulado para que os irmãos obtivessem a sua autonomia social e financeira em relação ao Estado português. Residiam gratuitamente numa casa alugada pelo CPR.

Recusaram-se a sair. Ammar desafiou os funcionários da autarquia e os assistentes sociais.

25 de outubro – O SIS entregou na UCAT um extenso relatório sobre os dois irmãos, indicando que trabalhavam no Mezze. Considera Ammar “um risco para a segurança interna” e Yasir bem integrado.

Outubro – Ammar começou a trabalhar numa empresa multinacional, onde desempenhava funções em língua inglesa.

2019

19 de março – Ammar desloca-se ao SEF para saber do seu processo de pedido de asilo e quando lhe é dito que não estava concluído grita e ameaça inspetores e outros funcionários. “Cheguei ao meu limite, eu suicido-me, mas não morro sozinho. Estou a falar a sério”; “Portugal é um país de merda que não presta para nada”, terá dito, ao mesmo tempo que elogiou o Iraque. Ao sair das instalações ainda acrescentou: “Por hoje vou-me embora, mas volto. Mato-me aqui. Os jornalistas vão ter o que filmar. Não estou a brincar. Cheguei ao limite.”

26 de abril – O pedido de asilo de Ammar Ameen foi recusado, por representar “perigo ou fundada ameaça para a segurança interna ou externa ou para a ordem pública”.

20 de maio – Emitido um mandato de detenção para expulsão de Ammar, é “colocado em Centro de Instalação Temporária, por motivos de

segurança nacional”.

22 de junho – Jorge Sampaio voltou a visitar o Mezze, desta vez acompanhado pela presidente da Assembleia-Geral da ONU, Maria Fernanda Espinosa.

24 de julho – Ammar Ameen foi libertado por se ter esgotado o prazo máximo de 60 dias de detenção, depois de ter recorrido do indeferimento do seu pedido de asilo.

16 de setembro – O ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, concede a Yasir Ameen Autorização de Residência Permanente em Portugal.

2020

27 julho – O Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra indefere o recurso de Ammar contra a recusa de asilo. Este recorre de novo.

26 de novembro – O Tribunal Central Administrativo Sul mantém a sentença. Recorre de novo.

11 de março – O Supremo Tribunal Administrativo confirma a sentença.

29 de dezembro – Ammar casa-se com Ana Cristina Figueiredo, que tinha conhecido já em 2017 num convívio de refugiados na Mouraria, ligada a várias Organizações Não Governamentais (ONG), sendo voluntária na Caritas e associada da Amnistia Internacional Portugal e da Quercus, com conhecimentos e contactos relevantes no âmbito de matérias de imigração e refugiados.

2021

5 de março – Ammar e Ana Cristina Figueiredo encontram-se com a funcionária do SEF Catarina Carreira, para que esta lhe entregue um formulário para requerer a renovação provisória de Autorização de Residência, que foi levado pessoalmente. Foi renovada até 2 de setembro desse ano.

2 de setembro – Yasir e Amman são detidos pela PJ, indiciados por crimes contra a humanidade, adesão e apoio à organização terrorista ISIS/Daesh.

2022

5 de setembro – É anunciada a acusação contra os dois irmãos pela prática de crimes de adesão a organização terrorista e de crimes de guerra contra as pessoas. É mandada extrair certidão para investigar uma funcionária do SEF.

Municípios da Grande Lisboa reutilizam água

Os municípios da Grande Lisboa estão a diminuir as regas e a reutilizar a água usada nos espaços públicos para reduzir o consumo face à seca no território, mas não tencionam cortar no abastecimento às populações.

Contactadas pela agência Lusa, as câmaras da Amadora, Azambuja, Cascais, Mafra, Odivelas, Oeiras, Loures, Vila Franca de Xira e Sintra explicaram que têm sensibilizado a população para consumir menos água, procuram reutilizar a água em fontes, lavagens e regas e diminuíram a sua utilização em serviços camarários, destacando-se a rega de espaços verdes: realizadas em menos locais, mais intervaladas e com regas à noite (evitando a evaporação provocada pelo sol).

Cascais e Sintra, por exemplo, têm ainda nos seus planos centrais de dessalinização para o consumo de água de uso doméstico, assim como Mafra, que candidatou o seu projeto ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), mas que não foi selecionado até ao momento.

Desde 2019 que os municípios da Área Metropolitana de Lisboa (AML) subscrevem o Plano Metropolitano para as Alterações Climáticas, um conjunto de documentos que identifica impactos climáticos e vulnerabilidades na AML e propõe uma adaptação e uma resposta conjunta dos concelhos a problemas ambientais.

A albufeira de Castelo de Bode, a principal fornecedora de água em Lisboa, apresentava em julho uma quota de 68,1%, um valor inferior à média para essa altura do ano, que ronda os 80%. Ainda, existem 49 albufeiras com água a menos de 40% da capacidade e quatro abaixo de 20%.

Com o país em situação de seca severa e extrema, choveu praticamente metade do que seria normal desde outubro de 2021, segundo o IPMA.

DN/LUSA



Opinião Fernanda Cândia

Comboios e isenção de direitos humanos

Na semana passada um tribunal português atribuiu uma indemnização recorde – um milhão e 600 mil euros – a Joana Reais que, aos 22 anos, em 2008, caiu ao tentar entrar num comboio da CP em Santa Apolónia e, em resultado, perdeu uma perna. A decisão, do Tribunal Administrativo de Lisboa, é passível de recurso pelo que Joana terá de esperar mais uns anos pelo fim daquilo a que chama “este capítulo da minha vida que não consigo encerrar”.

Até lá, como desde o dia do acidente, Joana continuará sem receber um cêntimo da CP.

Apesar de esta empresa ter garantido ao DN haver muitas situações em que indemniza as vítimas por acordo, o certo é que em vários casos, relativos a ferimentos graves e a mortes, que chegaram aos tribunais, e nos quais a empresa foi considerada (como sucedeu no de Joana) a única responsável, a sua posição é sempre a de culpar as vítimas e arrastar os processos na justiça.

Foi assim por exemplo no processo de uma jovem setubalense de 18 anos que a 30 de dezembro de 2009, ao tentar desembarcar, com a bagagem, na estação de Tunes, foi surpreendida pelo arranque do comboio e caiu à linha, sendo atropelada e ficando sem parte da perna direita. Apesar de a empresa atribuir toda a culpa à jovem, o Tribunal Judicial de Faro deu como provado, em sentença de 5 de dezembro de 2016, que o comboio se tinha posto em marcha com as portas abertas e sem qualquer sinal sonoro de aviso, quando não só a vítima como várias outras pessoas se preparavam ainda para desembarcar. Condenou assim a empresa e maquinista (este numa percentagem de 7%), a pagar um pouco mais de 186 mil euros a título de danos patrimoniais e não patrimoniais e todos os danos patrimoniais futuros, incluindo todas as despesas médicas atinentes à lesão.

Igual postura de responsabilização exclusiva da vítima foi adotada

pela CP quanto ao acidente sofrido por uma mulher que em agosto de 2007 caiu ao tentar entrar, na Estação do Oriente, num comboio que arrancara de portas abertas, acabando por ser atropelada e sofrendo esmagamento de um pé. O caso chegou ao Supremo Tribunal Administrativo em 2019, sendo por este devolvido à primeira instância (não se conhece o desenvolvimento).

E a mesmíssima atitude tem a CP no caso de Alcenira Oliveira, cidadã brasileira que a 4 de dezembro de 2013, estando de férias em Portugal, sofreu um acidente muito semelhante ao da jovem de Setúbal: caiu quando, ao desembarcar com a bagagem de um comboio na estação de Sete Rios, este se pôs em movimento.

Alcenira, hoje com 58 anos, ficou sem as duas pernas e tem como meio de subsistência uma muito baixa pensão por invalidez, de cerca de 170 euros mensais, outorgada pelo Estado brasileiro.

O revisor do comboio foi condenado em maio, no Tribunal Criminal de Lisboa, por ofensas à integridade física por negligência grave (considerou-se provado que dera sinal de partida ao maquinista sem verificar se ainda estava alguém a subir ou descer), mas o pedido de indemnização que Alcenira fez à CP corre em separado e nem tem ainda audiência marcada. Angustiado pela situação da sua constituinte, o advogado decidiu requerer à Comissão de Proteção às Vítimas de Crime uma antecipação da indemnização, mas não houve até agora resposta.

O desespero de Alcenira não seria tão grande se o regulamento europeu de 2007 sobre direitos e obrigações dos passageiros de transporte ferroviário, que está em vigor desde 2009, estivesse a ser totalmente aplicado em Portugal.

É que este obriga a que, “em caso de ferimento ou morte ocorrido no âmbito de viagem ferroviária” a empresa responsável efetue “pagamentos adiantados” que permitam à vítima, ou a quem, se esta morreu, seja herdeiro, “fazer

face a necessidades económicas imediatas, numa base proporcional ao dano sofrido.” Em caso de morte, o adiantamento não pode ser inferior a 21 mil euros.

O pagamento, não reembolsável exceto se se provar que a responsabilidade pelo acidente foi do passageiro, não significa, frisa-se, “reconhecimento da responsabilidade”, e poderá “ser deduzido dos montantes pagos posteriormente [de uma eventual indemnização]”.

A mesma norma surge no novo regulamento aprovado pelo Conselho da União Europeia em 2021, que entrará em vigor em 2023, e que, considerando terem existido “consideráveis progressos”, vê como necessário “melhorar a defesa dos direitos dos passageiros dos serviços ferroviários”, dado serem “a parte mais fraca no contrato de transporte”.

Assim, este novo regulamento volta como o anterior a frisar “a conveniência de libertar as víti-

mas de acidentes e as pessoas que delas dependem de preocupações financeiras de curto prazo no período imediatamente a seguir a um acidente”, insistindo na obrigação de “pagamentos adiantados”.

Porém Portugal achou que não, não é nada conveniente. Fazendo uso da prerrogativa, permitida pelo regulamento, de que os países pedissem “isenções” em relação a determinadas regras, pediu-a precisamente em relação aos pagamentos adiantados.

Como a isenção podia ser solicitada sem limite temporal para os serviços urbanos, suburbanos e regionais e até dezembro de 2024 para os serviços domésticos de longo curso, foi essa a opção dos sucessivos governos: adiar o mais possível esta garantia, deixando os acidentados e suas famílias na situação, precisamente, que o regulamento visava evitar.

Com a agravante de instituir uma desigualdade injustificável entre passageiros: como a isenção não se aplica aos que viajam em serviços ferroviários internacionais, se ocorrer, em território nacional, um acidente entre um comboio regional e outro internacional, os passageiros do primeiro não terão direito a “pagamento adiantado”, os do segundo sim.

Vá lá que o novo regulamento vem limitar o prazo das isenções em determinadas matérias, sendo a da responsabilidade das empresas para com os passageiros uma delas. Sublinha também que, no caso dos serviços regionais, porque “estão mais integrados no resto do sistema ferroviário da União e as viagens em causa são mais longas”, as isenções devem ser “ainda mais reduzidas”.

Há pois alguma esperança de que a iniquidade escolhida pelos governos nacionais, em absoluto desprezo pelos direitos humanos e em defesa da tesouraria das empresas ferroviárias, esteja prestes a terminar.

Jornalista

“Está há 13 anos em vigor um regulamento europeu que obriga ao pagamento de um adiantamento às vítimas de acidentes ferroviários; até já vai entrar em vigor outro nos mesmos moldes. Mas cá a norma só se aplica a comboios internacionais. Todos os outros ficam de fora: Portugal pediu “isenção”. As vítimas que tenham paciência.”

O famoso questionário Proust respondido pelo Directora de Marketing e Vendas da Sonae Capital Hotelaria **Isabel Tavares**

“O que me faz desligar de tudo são o cinema e jogar playstation”

A sua virtude preferida?
Bondade.

A qualidade que mais aprecia num homem?
Sentido de humor.

A qualidade que mais aprecia numa mulher?
Companheirismo.

O que aprecia mais nos seus amigos?
Bom fundo.

O seu principal defeito?
Orgulho.

A sua ocupação preferida?
O que me faz desligar de tudo: cinema e jogar playstation.

Qual é a sua ideia de “felicidade perfeita”?
Viajar pelo mundo.

Um desgosto?
Não ter ido à Selecção Nacional de Andebol Feminino.

O que é que gostaria de ser?
Um exemplo de motivação, para o meu filho, para os meus amigos, para a minha equipa.

Em que país gostaria de viver?
Desde há 5 anos, em Portugal.

A cor preferida?
Lilás.

A flor de que gosta?
Tulipa.

O pássaro que prefere?
Andorinha.

O autor preferido em prosa?
Jane Austen. Sou uma romântica incurável.

Poetas preferidos?
Florbela Espanca.

O seu herói da ficção?
Sherlock Holmes.

Heroínas favoritas na ficção?
Maléfica. Não devemos julgar pelas aparências.

Os heróis da vida real?
Todos os que se disponibilizam a ajudar os outros.

As heroínas históricas?
Carolina Beatriz Ângelo, a primeira mulher portuguesa a exercer o direito de voto.

Os pintores preferidos?
Monet e Gustav Klimt.

Compositores preferidos?
Bach.

Os seus nomes preferidos?
Duarte.

O que detesta acima de tudo?
Injustiças.

A personagem histórica que mais despreza?
Hitler e todo o regime nazi.

O feito militar que mais admira?
25 de Abril. Uma revolução pacífica, simbolizada por cravos.

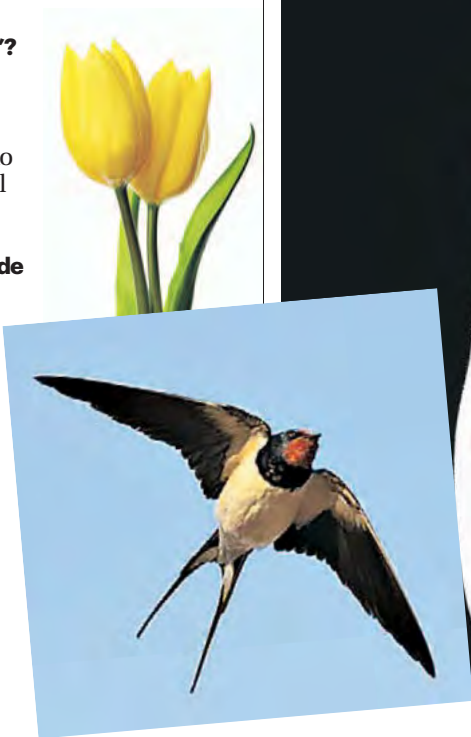
O dom da natureza que gostaria de ter?
Acho os dons perigosos, mas talvez viajar no tempo (apenas como espectadora).

Como gostaria de morrer?
Em paz, numa praia tropical.

Estado de espírito atual?
Esperançosa.

Os erros que lhe inspiram maior indulgência?
Errar. O facto de errarmos não diz nada sobre nós. O que verdadeiramente importa é a forma como reagimos perante o erro.

A sua divisa?
Tenho várias. A minha fé... nas pessoas. O meu mandamento... não faças aos outros o que não gostas que te façam a ti. Os meus valores... justiça e respeito. O meu lema... valorizar quem gosta de nós, ignorar quem não gosta. A minha estratégia... ter sempre um plano B. O meu guia... a minha intuição.



FMI defende maior flexibilidade orçamental na UE para países com menos risco

UNIÃO EUROPEIA Fundo Monetário Internacional considera que a UE tem de permanecer flexível para conseguir enfrentar choques, ao mesmo tempo que garante contas públicas sãs.

TEXTO CARLA ALVES RIBEIRO



Vitor Gaspar, o ex-ministro das Finanças português, do tempo da troika, que agora é diretor do FMI.

As metas para os saldos orçamentais e dívidas públicas dos Estados-membros da União Europeia (UE) devem depender do grau de risco de cada país, defendeu ontem o Fundo Monetário Internacional (FMI), numa proposta de reforma da arquitetura orçamental da UE. Embora mantendo os 3% e 60% do PIB como valores de referência para as contas públicas (previstos no Pacto de Estabilidade e Crescimento), “a velocidade e ambição dos ajustamentos orçamentais devem estar ligados ao grau de risco”, defendeu ontem o FMI, cujo departamento de assuntos orçamentais é liderado pelo português e ex-ministro das Finanças, Vítor Gaspar.

O risco seria avaliado através de uma metodologia de análise da sustentabilidade da dívida, a ser desenvolvida por um novo organismo europeu, o Conselho Orçamental Europeu (EFC, European Fiscal Council), uma entidade independente.

“Os países com maiores riscos orçamentais teriam de convergir para um saldo orçamental equilibrado ou positivo nos próximos três a cinco anos. Os países com riscos orçamentais mais baixos e uma dívida inferior a 60% do PIB teriam maior flexibilidade, mas também precisam de considerar riscos nos seus planos”, lê-se na comunicação do FMI acerca da proposta, assinada por Vítor Gaspar, Alfred Kammer (diretor do departamento europeu) e Ceyla Pazarbasioglu (diretora de Estratégia).

O objetivo seria preparar melhor os países para enfrentar futuros choques externos, como aqueles que a União Europeia enfrentou com a crise das dívidas soberanas e, mais recentemente, com a pandemia de covid-19. Aliás, o Fundo considera que a UE tem uma janela de oportunidade em 2023, ano em que ainda estará em vigor a chamada “cláusula de escape”, criada com a pandemia, em 2020, e prolongada até 2023. Esta cláusula suspende a aplicação das regras

do PEC, permitindo aos países terem défices acima da meta dos 3%.

“No meio da incerteza económica extraordinária e desafios orçamentais que se avizinham, a reforma da arquitetura orçamental da União Europeia não pode esperar. A extensão da cláusula geral de escape para 2023 providencia uma janela de oportunidade para fazer

A União Europeia deve avançar com reformas já no próximo ano, aproveitando o prolongamento da suspensão das regras do PEC em 2023, considera o FMI.

isto mesmo; mais adiamentos forçariam os países a voltarem para as regras antigas com todos os seus problemas. A oportunidade não deve ser desperdiçada”, defende o Fundo.

Conselhos de finanças mais fortes

A proposta do FMI para a reforma da moldura orçamental europeia inclui também a definição de tetos plurianuais para a despesa pública e um maior controlo da política orçamental dos governos por parte de entidades independentes (como o Conselho das Finanças Públicas, em Portugal). Estas entidades nacionais de avaliação e acompanhamento das contas públicas teriam representação no novo Conselho Orçamental Europeu (EFC). A Comissão Europeia manteria o seu papel de supervisão, e o EFC seria o núcleo de uma rede de conselhos nacionais, “ajudando a promover boas práticas e providenciando uma voz independente, tanto em relação aos riscos da dívida, como quanto à execução da moldura [orçamental]”, explica o FMI.

Fundamental, sublinha a organização, será os governos aumentarem a qualidade da informação e das estatísticas sobre as contas públicas.

Fundo para choques

Para o Fundo Monetário Internacional, as atuais regras que norteiam as contas públicas da UE “não preveniram défices e rácios de dívida que têm ameaçado a estabilidade da união monetária no passado e que continuam a criar vulnerabilidades hoje em dia”. Faltam, defende o FMI, ferramentas de estabilização macroeconómica. Por isso, a proposta é a criação de um fundo que permita ajudar Estados-membros em dificuldades, aproveitando a experiência do NextGenerationEU (fundo de 750 mil milhões de euros criado para financiar os planos de recuperação económica dos Estados-membros na sequência da pandemia).

O novo instrumento seria financiado pela emissão conjunta de dívida pública e “poderia ser desenhado como um fundo para os dias de chuva, que constrói ativos nos tempos bons e faz transferências para apoiar países em tempos maus”, propõe o FMI. Poderia também servir para financiar “ciclos de despesa específicos”, adianta, e dá como exemplo o SURE, que foi criado para enfrentar o elevado desemprego criado pela covid-19, financiando a retenção de trabalhadores nas empresas. Paralelamente, o novo fundo poderia ser uma via para o fornecimento comum de bens públicos, minimizando os riscos de falhas nos mercados — “uma tarefa que se tornou mais urgente dada a transição verde e as preocupações de segurança comuns”, sublinha o FMI, destacando a neces-

OPEP+ vai cortar produção de petróleo

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo e os seus aliados (OPEP+) decidiram ontem reduzir a produção em 100 mil barris diários (0,1% da procura mundial) a partir do mês de outubro, face a possíveis impactos gerados pela desaceleração da economia mundial.

Os representantes da OPEP e os seus 10 aliados concordaram em “regressar às quotas de agosto”, o que representa uma redução diária de 100 mil barris face ao ano passado, anunciou em comunicado.

O principal país produtor, a Arábia Saudita, já tinha sugerido no mês passado a possibilidade de cortes na produção, como resposta ao que considera uma queda exagerada dos preços do petróleo.

“É a mensagem simbólica que o grupo quer enviar aos mercados, mais do que outra coisa qualquer”, disse Craig Erlam, analista da Oanda, à agência Reuters. A organização teme que uma desaceleração da economia a nível global possa reduzir a procura por esta matéria-prima.

O grupo dos países produtores de petróleo, que se reuniu por videoconferência, deixou em aberto a possibilidade de voltar a discutir este tema ainda antes da próxima reunião, agendada para o dia 5 de outubro, face à evolução do mercado. A OPEP+ tem vindo a resistir aos apelos do Ocidente, nomeadamente do presidente norte-americano, Joe Biden, para aumentar a produção, de modo a conter a subida dos preços e da inflação.

Os preços do petróleo estão em queda há três meses, após o pico de março. Ao princípio da tarde de ontem, o preço do barril de *brent* do mar do Norte (que serve de referência para a Europa) estava a subir mais de 3%, para 96,40 dólares (cerca de 96,82 euros), enquanto o valor do WTI aumentava, na mesma ordem, para os 89,90 dólares (90,3 euros).

DV/LUSA

Obras do Metro levam a mudanças no terminal do Campo Grande

LISBOA Prolongamento das Linhas Amarela e Verde e a construção de dois novos viadutos obrigam à alteração do local de várias paragens. Intervenções devem durar cerca de 13 meses.

TEXTO ANA MEIRELES

As paragens dos transportes coletivos rodoviários que utilizam a interface do Campo Grande, em Lisboa, vão sofrer alterações temporárias já a partir de sexta-feira, dia 9, devido a obras, informou ontem o Metropolitano de Lisboa. A empresa justifica as alterações com obras para o prolongamento das Linhas Amarela e Verde do Metro de Lisboa, que envolvem a construção de dois novos viadutos na zona do Campo Grande.

Esta reorganização, de acordo com o Metropolitano de Lisboa, terá implicações nos serviços de transporte J. J. Santo António, Rodoviária de Lisboa, Henrique Leonardo Mota, Isidoro Duarte, Ribatejana, Boa Viagem, Mafrense, Barraqueiro Oeste e Rodoviária do Oeste/Tejo.

“A partir do próximo dia 9 de setembro entrará em funcionamento um novo terminal rodoviário (terminal 2), que vai alojar quatro paragens que atualmente se encontram no terminal existente (terminal 1). Em consequência desta alteração, as paragens do terminal 1 serão também reorganizadas. Prevê-se que estas alterações estejam em vigor durante os próximos 13 meses”,

indicou a empresa.

“Salienta-se o facto de que o terminal 2 só irá contemplar carreiras inter-regionais (fora da Área Metropolitana de Lisboa), que têm uma frequência horária mais reduzida que as carreiras intermunicipais”, é referido no mesmo comunicado.

Todas as carreiras cujas paragens passam para o terminal 2 são operadas pela Rodoviária do Oeste/Tejo e têm como destino as Caldas da Rainha (Rápida Verde), Peniche (Rápida Azul) e Santarém e Rio Maior (Rápida Laranja/Vermelha). “O futuro terminal 2 localizar-se-á junto à estação de metro do Campo Grande, frente à Rua Ator Fernando Curado Ribeiro, ocupando temporariamente o espaço antes utilizado pelo parque de estacionamento da Empark na intersecção com a Alameda das Linhas de Torres”, informa a empresa.

Linha Verde com percurso circular

O Metropolitano de Lisboa lamenta os transtornos que as alterações possam vir a causar, esclarecendo que vão estar sinalizadas no interior da estação de metro do Campo Grande através de sinalética infor-

mativa e de encaminhamento e nos referidos terminais rodoviários e espaços de circulação exteriores adjacentes. “A localização deste novo espaço de terminal rodoviário provisório foi articulada com a Câmara Municipal de Lisboa e a Transportes Metropolitanos de Lisboa, tendo em consideração as características que um terminal rodoviário requer, bem como as condicionantes existentes na zona. Foi considerado que o local selecionado é o que melhor se adequa para garantir a proximidade à estação do Campo Grande do Metropolitano de Lisboa e com os restantes transportes públicos existentes nessa zona”, explica o Metro de Lisboa.

“A construção da nova linha circular irá implicar a construção no Campo Grande de dois novos viadutos: um viaduto de cerca de 158 metros, que permitirá fechar o anel no Campo Grande, e outro novo viaduto, de cerca de 428 metros, implantado a norte dos viadutos já existentes, que fará a ligação do troço Odivelas/Campo Grande da atual Linha Amarela à estação de Telheiras (atual Linha Verde)”, adianta o Metropolitano de Lisboa.

A empresa de transportes diz

ainda que no “âmbito desta empreitada, no final do mês de junho foi alcançado mais um marco importante na execução dos trabalhos com a betonagem do primeiro tramo de tabuleiro, localizado entre dois pilares do viaduto que fará a ligação entre Campo Grande e Telheiras”.

O plano do governo para o Metro de Lisboa prevê um percurso circular na Linha Verde que passará a integrar o percurso entre a estação do Campo Grande, atualmente na Linha Amarela, e o Cais do Sodré (na Linha Verde).

Para isso serão construídas na Estrela, junto à Basílica, e em Santos duas novas estações, que ligarão o Rato (fim da atual Linha Amarela) ao Cais do Sodré.

No final de maio, o Metro de Lisboa anunciou a ligação entre o Largo do Rato e a Estrela com a abertura de um novo túnel. A cerimónia, que contou com a presença do ministro do Ambiente, Duarte Cordeiro, ficou ainda marcada pela assinatura do auto de consignação do segundo de quatro lotes, que marcou o início da empreitada que vai unir a zona de Santos ao Cais do Sodré. **Com LUSA**

BREVES

Museu da Cerâmica passa a monumento

A Secretaria de Estado da Cultura classificou como monumento de interesse público o Museu da Cerâmica das Caldas da Rainha, segundo uma portaria publicada ontem em *Diário da República*. “São classificados como monumento de interesse público o Museu da Cerâmica, antigo Palacete Visconde de Sacavém, e o jardim envolvente.” O governo justifica a classificação pelo “seu interesse como testemunho notável de vivências ou factos históricos, valor estético, técnico e material intrínseco, conceção arquitetónica, urbanística e paisagística, a sua extensão e o que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva”. Em 2021, o museu foi alvo de uma reparação, orçada em mais de 37 mil euros, para reparar e substituir as caixilharias de madeira, assim como reconstruir o alpendre nascente.

Médio Tejo combate a vespa asiática

A Comunidade Intermunicipal (CIM) do Médio Tejo está a reforçar o combate à vespa velutina (asiática), prevendo a destruição de dois mil ninhos e a instalação de mais de 15 mil armadilhas nos 13 municípios da região, foi ontem anunciado. Em declarações à Lusa, o secretário executivo da CIM Médio Tejo, Miguel Pombeiro, deu conta de um aumento exponencial previsto para setembro de ninhos de vespa asiática na região, dando nota da contratualização de um investimento na ordem dos 400 mil euros para, até 2023, destruir dois mil ninhos e instalar 15.065 armadilhas. A presença desta espécie de vespa foi confirmada em Portugal em 2011, sendo que o principal impacto conhecido desta espécie é a predação das abelhas. Os especialistas estimam que cada ninho de vespas possa comer meio quilo de abelhas por dia.



O país onde juízes e políticos se confundem

JUSTIÇA Lula e Temer foram presos, Bolsonaro teme sê-lo e todos os governadores vivos do Rio estão ou estiveram detidos numa realidade onde um magistrado, Sergio Moro, influenciou uma eleição.

TEXTO **JOÃO ALMEIDA MOREIRA**, EM SÃO PAULO

“Eu atiro para matar, mas ninguém me leva preso. Prefiro morrer”, disse, agitado, Jair Bolsonaro a aliados nas últimas semanas, segundo relatos publicados em mais de um órgão de comunicação social brasileiro. O presidente da República, acusado de cerca de 20 crimes e alvo de 160 pedidos de *impeachment*, mas protegido pela imunidade parlamentar do cargo e por uma aliança com o presidente da Câmara dos Deputados, receia que a sua sorte jurídica mude após o sufrágio em que o rival Lula da Silva, de acordo com as sondagens, é o favorito.

O país onde até ao início do século todos os processos jurídicos com poderosos, da política ou dos negócios, “terminavam em *pizza*”, a expressão local para “em águas de bacalhau”, o que resultava numa sensação histórica de impunidade, tornou-se o seu oposto: agora, todos os poderosos, da política ou dos negócios, temem uma visita matinal da polícia federal que os leve, nem sempre com provas sólidas, para a prisão mais próxima.

Michel Temer, o antecessor de Bolsonaro, acabou detido em março de 2019, meses depois de exercer o cargo, por ordem de Marcelo Bretas, um dos juízes-celebridade do Brasil. A prisão acabou revogada uma semana depois por decisão de um desembargador, para quem os motivos da prisão “simplesmente não existiam”.

Bretas é amigo e admirador confesso de Sergio Moro, o juiz que prendeu Lula da Silva a meses da eleição de 2018, que acabaria por eleger Bolsonaro, que, por sua vez, convidaria o magistrado para a superpasta da Justiça e da Segurança Pública. Lula acabou ilibado dos processos e Moro, hoje a meio de uma sinuosa carreira política, assim como Deltan Dallagnol, o pro-

curador do Ministério Público que liderou a Operação Lava Jato, foram acusados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de parcialidade.

No Rio de Janeiro todos os governadores vivos do Estado estão na prisão ou passaram por uma cela: Moreira Franco, no mesmo processo de Temer, o casal Rosinha e Anthony Garotinho, Sérgio Cabral e o seu braço direito e sucessor Luiz Fernando Pezão, e Wilson Witzel, não por acaso um juiz que em 2018 passou das profundezas das sondagens à surpreendente eleição, clamando não ser um político e sim um magistrado determinado a acabar com a corrupção – foi detido, menos de dois anos depois, por corrupção.

Uma vez eleito, Bolsonaro dedicou boa parte do seu tempo a guerras com o poder judicial, ao ponto de escolher a dedo o novo procurador-geral da República, Augusto Aras, acusado pelos observadores nacionais e internacionais de servir de escudo ao presidente. Mas em recente entrevista do próprio à imprensa estrangeira, incluindo o DN, Aras negou favo-

recimentos e garantiu, a propósito da especulação sobre eventual não aceitação dos resultados das eleições de 2 de outubro pelo campo do presidente, que tudo decorrerá com normalidade democrática: “Nem quero crer que, se o presidente não lograr êxito na reeleição, ele permaneça no Palácio do Planalto ou da Alvorada, porque isso seria uma afronta à democracia.”

Além disso, Bolsonaro, que foi acusado por Moro, na hora da demissão deste da citada superpasta, de aparelhar polícias, vem atacando os juízes do STF, acima de todos eles Alexandre de Moraes, um magistrado, com carreira anterior na política, que o presidente e os seus apoiantes acusam de perseguição – um pouco à imagem do que sucedia com o Partido dos Trabalhadores em relação a Moro e à Lava Jato.

“Qualquer decisão do Sr. Alexandre de Moraes este presidente não mais cumprirá. A paciência do nosso povo já se esgotou. Ele tem tempo ainda de pedir o seu boné e ir cuidar da sua vida”, disse o presidente nas comemorações da independência do Brasil, em 2021.

Acumulando o cargo no STF com a presidência do Tribunal Eleitoral, Moraes mandou, no mês passado, cumprir mandados de busca e apreensão em moradas de oito empresários, fãs de Bolsonaro, além de bloquear os perfis nas redes sociais e quebrar o sigilo bancário de todos eles, por terem trocado mensagens antidemocráticas num grupo de WhatsApp. Em editorial, o jornal *Folha de S. Paulo* criticou os excessos do juiz. “A atuação severa do STF – e particularmente de Moraes – na defesa do Estado de direito e na dissuasão de investidas de tom golpista é valiosa e merece elogios. Entretanto, é preciso, em quaisquer circunstân-



cias, evitar que se borrem os limites entre a resistência intransigente contra atos antidemocráticos e o cerceamento à liberdade de expressão.”

Em artigo no jornal *Fórum*, conotado com a esquerda, o colunista Rodrigo Perez Oliveira “iliba” o termo “judicialização da políti-

ca” e distingue-o de “corrupção do sistema de justiça”, ao mesmo tempo em que critica Moro e aplaude Moraes. “A Lava Jato abalou as garantias jurídicas fundamentais, como os direitos de presunção de inocência, de ampla defesa, de sigilo processual, de ser julgado pelo juiz natural da causa



Uma manifestação, em março de 2018, durante a sessão do Supremo Tribunal do Brasil que decidia sobre um *habeas corpus* referente à prisão do antigo presidente Lula da Silva.



e imparcial. Isso não é 'judicialização da política'. É corrupção do sistema de justiça."

"Pensar na política sem judicialização seria o mesmo que pensar numa partida de futebol profissional que não seja regulada por árbitro. Imaginem só: os jogadores em campo sozinhos, sem árbitro, marcando penáltis, foras de jogo e faltas na consciência", afirma.

"Moro era juiz vaidoso, gozava com os holofotes, vazava informações para a imprensa, antecipava despachos em entrevistas, associava-se à acusação para impedir que o réu tivesse direito à plena defesa [...]. Moraes é discreto, fala apenas nos autos e nos pronunciamentos oficiais. Não é caça-microfone", completa Perez Oliveira.

Os juristas Cristiano Zanin e Valeska Martins, advogados de Lula, e Rafael Valim publicaram, entretanto, o livro *Lawfare*, sobre a guerra política por meios jurídicos. Ao DN, Valeska Martins contou que o conceito ultrapassa a divisão entre esquerda e direita.

"O conceito de *lawfare* que propusemos no livro consiste no uso estratégico do direito para fins de deslegitimar, prejudicar ou aniquilar um inimigo. O *lawfare* envolve, como detalhamos na obra, a utilização ilegítima do direito nas mesmas dimensões da guerra tradicional que pode resultar

na destruição de pessoas e também de empresas. Políticos de todos os espectros ideológicos estão sujeitos ao *lawfare*, assim como empresas."

O DN está a publicar desde 1 de setembro um conjunto de reportagens sobre os 200 anos da independência do Brasil, que se celebram amanhã, dia 7.



Sergio Moro, na altura da foto ministro da Justiça, e Jair Bolsonaro durante a apresentação do Projeto Frente Brasil. Moro acabaria por deixar o governo em rutura com o presidente.

Michael Mohallem "Juizes deviam fazer quarentena antes de mudar para a política"

Dois dos três últimos presidentes acabaram presos e o atual teme sê-lo. O país está demasiado judicializado ou é a política que está muito próxima, de facto, do crime?

Um pouco das duas coisas. Muitos assuntos que noutros países seriam tipicamente da política aqui podem ser judicializados: por exemplo, qualquer partido no Congresso, e eles são muitos, pode interpelar os tribunais questionando um ato do presidente numa dada votação parlamentar, ou seja, as instâncias superiores são demasiadas vezes chamadas a intervir. Mas o outro ponto da pergunta também é verdadeiro, há muitos crimes cometidos por políticos e empresários próximos deles, não apenas por uma questão de caráter, mas pela corrupção sistémica do país.

Sergio Moro, juiz da Lava Jato, e Deltan Dallagnol, chefe da task force do Ministério Público na

mesma operação, pularam da magistratura para a política. Isso é nocivo ou é natural?

Não é ilegal – mas é um problema. Sem uma quarentena entre a atividade na magistratura e a atividade na política, um instrumento que evitaria a possível contaminação, é um problema porque é natural que a sociedade se pergunte se a atuação desses juizes ou promotores foi condicionada pelo interesse da disputa eleitoral, foi estratégica para garantir projeção mediática visando a entrada na política.

E o juiz do Supremo Alexandre de Moraes tem intervindo demais, como o acusam bolsonaristas, ou cumprido o seu papel exemplarmente, conforme defendem os apoiantes de Lula?

Ele assumiu a linha da frente na justiça eleitoral por ser o relator de casos sobre *fake news* e ataques à democracia do campo de Bolsonaro e pareceu uma das poucas autoridades interessadas em defender a

Constituição – nesse aspeto a sua atuação foi muito positiva. Noutros momentos pode ter havido exageros. Pesa a favor dele, entretanto, um amplo apoio dos seus pares no Supremo em todas as decisões, e esse é um indicador muito mais importante do que o naturalmente enviesado repúdio de bolsonaristas ou apoio de lulistas.

Bolsonaro ter escolhido um PGR fora da lista indicada pelo Ministério Público, ao contrário de antecessores, foi um retrocesso?

Sem dúvida. Essa tradição, mantida por Lula e Dilma Rousseff, de deixar a escolha ao critério dos próprios procuradores era positiva por, por um lado, manter a independência e por, por outro, fazer com que o escolhido fosse alguém respeitado pelos pares. Mas não é uma tradição obrigatória no Brasil, pelo menos no plano federal. No caso do atual PGR, Augusto

Aras, o problema não é só ele ter vindo de fora da lista, é ele se omitir e ser subserviente. Há um elemento adicional: Bolsonaro chegou a prometer publicamente a Aras uma vaga no STF, ou seja, há aí uma falha do sistema quando se permite que um PGR possa ser indicado pelo presidente para um cargo prestigiado.

Quais os maiores problemas da justiça no Brasil?

A lentidão e consequente prescrição, às vezes por envolvimento do sistema judicial, demasiado elitista, é um dos maiores. Por outro lado, o Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo. Há racismo institucional, negros têm tendência, segundo estudos, a ser mais presos e por mais tempo, mesmo cometendo os mesmos crimes que brancos. Há a excessiva politização das cúpulas judiciais. E, para completar, a falta de transparência, o sistema judicial não se investiga e ainda se atribui indemnizações muito generosas num país com tantas carências.



MICHAEL MOHALLEM
Professor do Instituto de Direito da PUC, do Rio de Janeiro

YASUYOSHI CHIBA / AFP

EVARISTO SA / AFP



Liz Truss ao chegar à sede do Partido Conservador, no centro de Londres.

DANIEL LEAL / AFP

Nova líder britânica sem tempo para lua-de-mel com o eleitorado

REINO UNIDO Liz Truss promete resolver o problema energético enquanto mantém compromisso de corte fiscal para as empresas e os mais ricos.

TEXTO **CÉSAR AVÓ**

Com os votos de 81326 militantes conservadores (57,4% dos votantes), Mary Elizabeth Truss foi eleita sucessora de Boris Johnson na chefia do Partido Conservador e, por inerência, do governo britânico. Ao dar o passo para o topo da escadaria do poder – é indigitada hoje nas funções de primeira-ministra durante a audiência com a rainha Isabel II –, Liz, como é conhecida, prometeu cortes nos impostos das empresas numa plataforma mais radical do que a do seu adversário, o ex-ministro das Finanças Rishi Sunak, e na qual disse “que é justo” que os mais ricos sejam os beneficiados com o corte fiscal. Com o Reino Unido mergulhado numa crise económica, a terceira mulher a dirigir o governo britânico, depois de Margaret Thatcher e de Theresa May, não vai ter tempo para a costumeira lua-de-mel com o eleitorado. Longe vão os tempos universitários

“Vou concretizar um plano ousado para reduzir os impostos e fazer crescer a nossa economia. Vou resolver a crise energética, lidando com as contas de energia das pessoas, mas também com os problemas de longo prazo no fornecimento de energia.”

Liz Truss
Líder do Partido Conservador

“Durante o verão ouvimos muito mais da nova primeira-ministra sobre o corte de impostos às empresas do que sobre a crise do custo de vida, o que mostra não só estar desligada da realidade, como não está ao lado dos trabalhadores.”

Keir Starmer
Líder do Partido Trabalhista

rios em que a liberal-democrata Truss defendia um referendo para abolir a monarquia ou em que fez campanha pela legalização da cannabis. Excessos da juventude, poderá alegar aos 47 anos (ainda em 1996 trocou os liberais-democratas pelos tories), mas que dizer da sua mudança de posição sobre o brexit? Em 2016 fez campanha pela permanência na União Europeia, justificando de forma pragmática que a continuidade seria o melhor em termos económicos.

Enquanto secretária de Estado do Comércio Internacional do gabinete de Boris Johnson assinou acordos de comércio com a Austrália, Japão e outros países – não conseguiu o mais importante, com os Estados Unidos – e passou a dizer que estava errada quanto ao brexit. Já como ministra dos Negócios Estrangeiros manteve uma linha dura para com a Rússia, o que a ajudou a pintar o retrato de nova “dama de ferro”. Uma comparação que resul-

tou junto do eleitorado conservador, para lá do apelo do corte fiscal. Mas muitos outros britânicos recordam de Thatcher as cicatrizes dos anos de lutas sociais. E a preferência de Truss por um corte nos impostos das empresas e dos mais ricos quando milhões de pessoas não sabem como vão poder pagar as contas da energia nos próximos meses fazem soar os alarmes. A campanha contra o aumento do custo de vida Enough is Enough já marcou uma manifestação nacional para dia 1 contra os planos da nova primeira-ministra. Além das contas de energia, os britânicos enfrentam possível escassez de combustível, inflação de dois dígitos, greves sem paralelo em décadas e recessão iminente.

Num discurso de vitória monocórdico em comparação com o do antecessor, Truss prometeu reduzir os impostos e “resolver a crise energética”. Especulou-se de imediato que iria seguir os apelos do Partido Trabalhista e das empresas fornecedoras de energia e congelar os aumentos das faturas de gás e eletricidade. Segundo a Reuters, o plano da equipa de Truss passará por um empréstimo público para financiar a diferença nas faturas a partir de outubro, com um aumento de 80%. O empréstimo será diluído nas faturas dos consumidores numa taxa a pagar durante 10 a 15 anos.

Tensão com a Europa

Se em relação à Ucrânia não é de esperar qualquer mudança de fundo, já com Bruxelas nada de positivo se prevê para os próximos tempos. Para irritação dos funcionários europeus, em maio, o governo britânico introduziu legislação com o objetivo de anular o protocolo da Irlanda/Irlanda do Norte. A nova primeira-ministra reafirmou em campanha a vontade de acabar com as disposições que possibilitam a inexistência de uma fronteira física na ilha. A medida, caso passe na Câmara dos Comuns, terá resistência na Câmara dos Lordes, onde muitos membros o veem como uma violação do direito internacional. A disputa pode também afetar as relações com Washington. Não é segredo que a administração Biden tem uma posição alinhada com Bruxelas no tema, uma vez que o objetivo de Downing Street em acabar com o protocolo assinado com Bruxelas pode reacender um conflito selado há 25 anos de paz com a assinatura do acordo da Sexta-feira Santa.

Enquanto a presidente da Comissão Europeia Ursula von der Leyen aspirou a uma “relação construtiva, no pleno respeito pelos acordos”, o presidente francês Emmanuel Macron – visado por palavras pouco diplomáticas por Truss na campanha – disse estar “pronto para trabalhar em conjunto como amigos e aliados”.

cesar.avo@dn.pt



Putin segura um falcão na região de Kamchatka, no extremo oriente.

Sem avanços no terreno ucraniano, Moscovo larga bomba energética

GUERRA Kremlin diz que o gás só volta a correr no Nord Stream quando as sanções forem levantadas.

Horas depois de ter dado sinais de que pretende voltar à mesa das negociações, Moscovo manteve a torneira do gás fechada para o ocidente, o que levou a que o preço disparasse cerca de 20%, além de o euro ter caído para o valor mínimo em 20 anos face ao dólar, e de as bolsas de valores europeias terem reagido negativamente. Sem ganhos no terreno – pelo contrário, a ofensiva ucraniana no sul está a provocar baixas e destruição de bases a nível inédito –, a Rússia aposta na arma da energia para pressionar os países da União Europeia. Depois de uma manifestação em Praga contra o governo checo, no domingo, foi a vez de Leipzig, na Alemanha, ser palco do descontentamento, num país que, face à dependência dos combustíveis russos, decidiu deixar duas centrais nucleares a postos.

Menos de um mês depois de ter afirmado que não havia base para uma negociação entre os líderes dos países em conflito, o porta-voz do Kremlin voltou a sinalizar o interesse de Moscovo em voltar à mesa. Dmitri Peskov respondeu a uma pergunta de um programa de TV russo sobre a indisponibilidade de Volodymyr Zelensky em negociar com Vladimir Putin. “Claro, sobre como as nossas condições serão cumpridas” para se alcançar a paz, embora tenha reafirmado que “a operação está a desenrolar-se como planeado”. Em entrevista à estação norte-americana ABC, o presidente ucraniano reiterou não haver condições para conversações. “É uma questão de dialogar com os terroristas. Não podemos, não se pode discutir nada com terroristas. A maioria dos países compreende que estamos a lidar com

um Estado terrorista depois do que fizeram ao nosso povo, aos civis”, afirmou. Também Zelensky mudou de ideias sobre o assunto: em meados de março, enquanto o exército russo bombardeava Mariupol, o líder ucraniano apelava para “negociações sérias e diretas” com o homem forte da Rússia.

Kiev não está isolado nesta demonstração de força. “O Kremlin insinua sobre negociações: significa que a pólvora se esgotou e que querem bloquear os territórios ocupados. De modo algum devem ser autorizados a respirar”, escreveu no Twitter o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros da Lituânia, Linas Linkevičius.

Mas confrontados com a subida dos preços dos combustíveis, inflação crescente, e medidas de poupança energética (ou mesmo cortes de energia) no inverno, os europeus podem mudar de ideias quanto ao apoio à Ucrânia – ou pelo menos exigir concessões a Kiev. Um dia depois de falar em conversações de paz com a Ucrânia, Peskov disse que as sanções impedem a manutenção correta do gasoduto Nord Stream, pelo que o fluxo de gás só será retomado com o levantamento das mesmas. “Se os europeus tomam esta decisão totalmente absurda e se recusam a manter os seus sistemas, ou melhor, os sistemas que pertencem à Gazprom, não é culpa da Gazprom, mas sim dos políticos que decidem as sanções.”

Em Kherson, o ataque continuado a infraestruturas, bases militares e paíóis, bem como os avanços no terreno das tropas ucranianas, levaram a que um oficial pró-russo anunciasse a suspensão dos planos para um “referendo” sobre a anexação do território. **C.A.**

BREVES

Boric promete novo processo constituinte

Numa mensagem ao país, o presidente do Chile Gabriel Boric disse “aceitar com humildade” o resultado do plebiscito de domingo, no qual 61,8% dos eleitores votaram contra a proposta da nova Constituição, e 38,1% a favor. Enquanto a direita festejou na rua a pedir a demissão do chefe de Estado cujo mandato começou há seis meses, este comprometeu-se a envidar esforços para que os deputados trabalhem num novo processo constituinte. Segundo Boric, os problemas estruturais do país, que desembocaram na revolta de 2019, fazem com que “o mal-estar continue latente”. Escrito por uma assembleia constituinte criada para o efeito após um plebiscito ter aprovado com 80% a necessidade de uma lei magna com mais justiça social, o texto de 178 páginas previa algumas medidas que suscitaram receios, como a criação de uma justiça paralela para os indígenas.

Israel admite ter morto jornalista da Al Jazeera

O exército israelita admitiu a “forte possibilidade” de que um dos seus soldados tenha matado a jornalista do canal Al Jazeera, Shireen Abu Akleh. A veterana repórter foi baleada em 11 de maio enquanto cobria uma operação militar israelita no acampamento palestino de Jenin, na Cisjordânia. Após a morte de Shireen Abu Akleh, que estava com um colete à prova de balas e com um capacete, a Autoridade Palestina e a Al Jazeera acusaram as forças israelitas de matá-la. Investigações jornalísticas e um relatório da ONU corroboraram a acusação. Por fim, o exército de Israel admitiu a “forte possibilidade de que a senhora Abu Akleh tenha sido atingida acidentalmente por um disparo do exército israelita, que mirava suspeitos identificados como homens armados palestinos”.

*Dê a Volta
ao Mundo connosco*



Rep. Dominicana
O paraíso que não vem nos postais



Brasil
Bahia, berço da nação



Mediterrâneo
Num cruzeiro, de porto em porto



Alemanha
Bona, natureza e história

JÁ NAS BANCAS!



SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

ASSINE AQUI:





EPA/PAULO NOVAIS

Adalberto da Costa Júnior rejeita os resultados oficiais das eleições.

UNITA diz que discrepância de mais de 500 mil votos vira resultados a seu favor

ANGOLA Segundo os números apresentados 347 436 votos foram subtraídos à UNITA em 15 círculos provinciais e 185 825 foram acrescentados ao MPLA.

A UNITA apontou ontem discrepâncias de mais de 500 mil votos nas eleições angolanas e afirmou que 347 mil foram subtraídos ao maior partido da oposição, alterando, a seu favor, os resultados anunciados pela Comissão Nacional Eleitoral.

Segundo o líder da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Adalberto da Costa Júnior, que apresentou os dados em Luanda, a contagem dos votos realizada com base nas atas síntese em posse da UNITA pode introduzir alterações nos resultados.

“Os dados apurados pelo centro de contagem e apuramento da UNITA revelam diferenças enormes e inaceitáveis daqueles publicados pela CNE”, destacou.

Segundo os números apresentados 347 436 votos foram subtraídos à UNITA em 15 círculos provinciais e 185 825 foram acrescentados ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA, no poder) em 16 círculos provinciais, uma soma de 533 261 votos.

“Um número capaz de produzir alterações nos resultados definitivos divulgados pela CNE com reflexo bastante visível no número de mandatos nos círculos provinciais e no círculo nacional e naturalmente nos resultados finais”, disse o presidente da UNITA em Luanda numa declaração aos jornalistas.

Os resultados definitivos anunciados na semana passada pela CNE deram vitória, com maioria absoluta, ao MPLA, com 51,17% dos votos, um resultado contestado pela UNITA, que obteve 43,95%.

Com estes resultados o MPLA elegeu 124 deputados e a UNITA elegeu 90 deputados, quase o dobro das eleições de 2017.

Mas de acordo com Adalberto da

Costa Júnior, se forem adotados os resultados definitivos publicados pela CNE, e acrescer ao resultado da UNITA os votos subtraídos (347 436 votos), o partido passaria de 2 756 786 votos (anunciados pela CNE), para 3 104 222 votos correspondentes a 49,5% e; se subtrair ao resultado do MPLA, os votos a mais que lhe foram atribuídos (185 825 votos), esta força política desceria de 3 209 409 atribuídos pela CNE para 3 023 584 votos, correspondentes a 48,2%, o que significa que perderia as eleições.

Só em Luanda, a contagem da UNITA aponta para uma diferença de 214 679 votos subtraídos, estando neste momento a ser divulgadas publicamente as atas em posse do partido, exemplificou.

“As atas que sustentam a contagem do escrutínio paralelo da UNITA podem ser consultadas. O sistema que as processou pode também ser auditado”, sublinhou o dirigente, que apontou também ilegalidades relacionadas com o excesso do número de votantes, existência de duas atas síntese para uma mesma assembleia de voto e não publicação dos cadernos eleitorais conforme a lei. “As discrepâncias acima evidenciadas, indiciam a existência de manipulação dolosa dos resultados, o que só se pode esclarecer mediante comparação com as atas em posse dos concorrentes e da CNE”, declarou Adalberto da Costa Júnior.

Olíder da UNITA considerou que as violações à lei apontadas “promoveram a obstrução do direito ao voto, com impacto nos resultados eleitorais”, e defendeu que estes atos devem ser alvo de responsabilização criminal dos seus autores, titulares de funções públicas.

DN/LUSA



Opinião
João Melo

Angola: amadurecimento democrático (2)

No presente texto aprofundarei a ilação avançada na coluna da semana passada, ou seja, a maneira como as últimas eleições decorreram, bem como os respetivos resultados, que confirmam, para quem tiver dúvidas, que o amadurecimento democrático da sociedade angolana é um facto indesmentível. Como acontece, inclusive, nas democracias mais antigas, há, claro, muita coisa a fazer, mas a dinâmica democrática do país é crescente e imparável. Mal farão, portanto, aqueles que consideram suficiente analisar os resultados da disputa de 24 de agosto de 2022 apenas em si mesmos, e não em perspetiva.

Na semana anterior mencionei dois factos que confirmam o amadurecimento democrático da sociedade angolana: o fim do voto “tribal” e o crescimento do voto “não orgânico”, isto é, a decisão de muitos eleitores votarem de acordo com o seu sentimento e os seus desejos relativamente ao momento concreto, e não em função da sua eventual ligação orgânica ou sentimental a qualquer partido, como se este fosse uma igreja ou uma seita. No texto de hoje avançarei outros dois: o fim do voto “racial” e o significado da elevada taxa de abstenção registada.

O seguinte dado confirma o fim do voto “racial”: tendo concorrido às últimas eleições com um líder mestiço, a UNITA obteve a sua maior votação em todas as disputas realizadas no país desde 1992. Obviamente, não há (repito: não há) uma relação de causa e efeito entre uma coisa e outra. O que deve ser dito é apenas o seguinte: o facto de muitos eleitores terem decidido votar sem levar em conta quaisquer considerações de ordem rática, além de uma demonstração de maturidade democrática, confirma, para os que insistem em divisões artificiais, que a velha palavra de ordem do MPLA – “um só povo, uma só nação” – está enraizada na cons-

ciência social dos angolanos. Abdicar dessa bandeira por questões taticistas ou por convicção será um erro trágico.

Quanto à abstenção, a leitura “natural” é considerá-la um índice de desinteresse pela política. A verdade, porém, é que em África a abstenção é quase sempre um voto de protesto, em especial contra quem governa. Entretanto, esse voto de protesto nem sempre é transformado num voto em qualquer partido da oposição, sobretudo em países onde os partidos governantes têm um grande peso histórico, o que, por conseguinte, acaba por “salvar” estes últimos. Essa é, por exemplo, a situação atual na África do Sul.

Angola parece encaminhar-se para uma situação idêntica. Uma leitura da evolução da taxa de abstenção desde 1992 dá-nos uma fotografia interessante do “estado da nação” nos respetivos períodos. Nesse ano, por exemplo, a taxa foi de apenas 10,5%, o que o facto de terem sido as primeiras eleições na história do país explica naturalmente. Em 2008, seis anos depois do fim da guerra pós-eleitoral, a abstenção foi de 12,6%, o que corresponde ao clima vivido no país na altura: o país estava em paz, o petróleo estava em alta e os primeiros financiamentos chineses começavam a chegar, permitindo o início de várias obras em todo o território, ou seja, a nação estava entusiasmada.

Em 2012, a abstenção subiu para 37,23%, evidenciando o desgaste da governação e, em particular, o cansaço com a permanência no poder do então presidente. Em 2017 diminuiu para 23,43%, o que atesta a expectativa positiva criada pela sucessão presidencial e pela promessa de uma “primavera angolana”. Este ano atingiu a impressionante cifra de 55,18%.

Escritor e jornalista angolano.
Diretor da revista África 21.

“
A velha palavra de ordem do MPLA – “um só povo, uma só nação” – está enraizada na consciência social dos angolanos. Abdicar dessa bandeira por questões taticistas ou por convicção será um erro trágico.

ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM POR TEMPO INDETERMINADO

Publicado em Diário da República n.º 17178/2022 de 01/09/2022

POSTOS DE TRABALHO 4

- » Ref.ª A – 3 Postos de trabalho na Carreira e Categoria de Assistente Operacional
- » Ref.ª B – 1 Posto de trabalho na Carreira e Categoria de Assistente Técnico

Presidente da Freguesia de Ameixial
José Fernando Florinda Carrusca

Aviso (Extrato)

Torna-se público que, por deliberação do Conselho de Administração de 02.06.2022, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente extrato, o processo de seleção conducente à constituição de Bolsa de Reservas de Técnicos Superiores para a Unidade de Investigação Clínica. Os requisitos gerais e o perfil de competências exigido, os métodos e critérios de seleção e outras informações de interesse para apresentação das candidaturas e para o desenvolvimento do procedimento concursal constam da publicação integral do aviso de abertura, inserto na página eletrónica do IPO-Porto, EPE, in www.ipoport.pt.
Porto, 06.09.2022

classificados.dn.pt

EM PAPEL E NO DIGITAL.
QUEM PROCURA ENCONTRA.

Procure
bons negócios
no sítio certo.



Diário de Notícias

O ESSENCIAL DA INFORMAÇÃO, TODOS OS DIAS EM BANC

NOVA NOVA SCHOOL OF BUSINESS & ECONOMICS

Publicita-se a abertura de procedimento de recrutamento de pessoal para a NOVA School of Business and Economics, ao qual podem candidatar-se indivíduos que reúnam as condições fixadas nos avisos disponíveis no seguinte endereço:

<https://www2.novasbe.unl.pt/pt/sobre-nos/junte-se-a-nova-sbe>

» Referência NOVASBE.CT.336.2022 – 1 Assistente Técnico para exercer funções na área da Transformação Digital na NOVA SBE, em regime de contrato individual de trabalho a tempo indeterminado.

O prazo-limite para submissão das candidaturas é de 6 dias úteis a contar da data da publicação do presente anúncio.

necrologia



JOSÉ JOÃO DA SILVEIRA MACHADO

Os camaradas da 3.ª Companhia de Comandos de Moçambique participam o seu falecimento e apresentam à família os mais sentidos pêsames.



MUNICÍPIO DE RIO MAIOR
CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL N.º 40/2022

VENDA DE VIATURAS, MÁQUINAS USADAS E OUTROS MATERIAIS EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO POR ARREMATACÃO EM HASTA PÚBLICA

LUÍS FILIPE SANTANA DIAS, Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior

Torna público que, em cumprimento do Despacho n.º 58/2022 por mim exarado em 23 de agosto de 2022, se realizará a venda, em hasta pública, de viaturas, máquinas usadas e outros materiais em mau estado de conservação, nos termos e condições que se passam a enunciar:

1. Os concorrentes poderão verificar o tipo de viaturas, máquinas usadas e outros materiais a alienar, que se encontram no estaleiro municipal em Rio Maior, na Rua Mina do Giz, devendo para o efeito contactar o trabalhador Mário João Cardoso Fróis de Figueiredo.

2. ALIENAÇÃO

2.1 A adjudicação será efetuada à proposta que apresente o maior valor proposto para cada um dos seguintes lotes:
Lote número um: Máquina de lavar louça industrial FAGOR (em inox), Fogão industrial a gás de marca ZANUSSI (em inox), tacho basculante (em inox), Máquina de Lavar Louça (em inox), Pano de chaminé (em inox). Base de licitação 0,85€/quilo;

Lote número dois: Espalhadora Vogel de 5 metros. Base de licitação 3000 €;

Lote número três: Cilindro Case Vibromax. Base de licitação 2500 €;

Lote número quatro: Mitsubishi Canter, 89-67-VE. Base de licitação 200 €;

Lote número cinco: Toyota Dina, QP-65-61. Base de licitação 2000 €;

Lote número seis: Peugeot 205 XAD, 69-57-BP. Base de licitação 200 €;

Lote número sete: Trator Massey Fergusson, 04-48-BP. Base de licitação 5500 €;

Lote número oito: Mitsubishi L 200 4x4, 51-16-EZ. Base de licitação 200 €;

Lote número nove: Pá Carregadora LIEBHERR. Base de licitação 5000 €;

Lote número dez: Trator Hurlimann, 18-29-RT. Base de licitação 6500 €;

Lote número onze: Renault Kangoo, 12-MH-61. Base de licitação 750 €;

Lote número doze: Motociclo Suzuki, DR 125 SE, de 125 cm³, 14-35-OA. Base de licitação 200 €;

Lote número treze: Motociclo Suzuki, DR 125 SE, de 125 cm³, 14-36-OA. Base de licitação 200 €;

Lote número catorze: Ciclomotor de passageiros, MACAL M 70 TURISMO, com a matrícula 65-CJ-36, com 49 cm³, com a lotação de 2 pessoas. Base de licitação 100 €;

Lote número quinze: Ciclomotor SYM MIO 50, de 49 cm³, 41-FL-03. Base de licitação 150 €;

Lote número dezasseis: Ciclomotor SYM MIO 50, de 49 cm³, 41-FL-05. Base de licitação 150 €;

Lote número dezassete: Ciclomotor SYM MIO 50, de 49 cm³, 41-FL-06. Base de licitação 150 €;

Lote número dezoito: Cisterna JOPER 84000, (água potável), L-171072. Base de licitação 500 €;

Lote número dezanove: Luminárias retiradas da Cidade. Base de licitação 0,40 €/quilo;

Lote número vinte: Cabo elétrico (Cobre). Base de licitação 1,60 €/quilo;

Lote número vinte e um: Cabo elétrico (alumínio c/aço). Base de licitação 0,25 €/quilo;

Lote número vinte e dois: Cabo elétrico (alumínio s/aço). Base de licitação 0,35 €/quilo;

Lote número vinte e três: Aros redondos e quadrados em ferro fundido. Base de licitação 0,22 €/quilo;

Lote número vinte e quatro: Tubos galvanizados retirados de furos de água. Base de licitação 0,22 €/quilo;

Lote número vinte e cinco: Motores elétricos. Base de licitação 0,60 €/quilo;

Lote número vinte e seis: Ferro misto. Base de licitação 0,21 €/quilo;

Lote número vinte e sete: Alumínio velho. Base de licitação 1 €/quilo;

3. ENTREGA DE PROPOSTAS

3.1 As propostas e os documentos que as acompanham deverão ser entregues, encerrados em invólucro opaco e fechado, dirigido ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, devidamente identificados no invólucro exterior, com o nome do proponente e com a seguinte indicação: "Proposta para a aquisição de viaturas, máquinas usadas e outros materiais em mau estado de conservação".

3.2 As propostas podem ser entregues até às 16 horas do dia 26 de setembro de 2022, pelos proponentes ou seus representantes, no Serviço de Património da Câmara Municipal de Rio Maior, Paços do Concelho, Praça da República, 2040-320 Rio Maior, ou remetidas pelo correio, desde que a receção ocorra dentro do prazo acima fixado.

3.3 Na proposta deve constar o nome, o número fiscal de contribuinte, o número do Bilhete de Identidade ou de pessoa coletiva, estado civil e domicílio ou, no caso de pessoa coletiva, a denominação social, número de pessoa coletiva, sede ou filiais que interessem à execução da hasta pública, objeto social, nome dos titulares dos corpos sociais e de outras pessoas com poderes para a obrigarem, conservatória do registo comercial onde se encontra matriculada e o seu número de matrícula nessa conservatória.

3.4 Os esclarecimentos julgados necessários, no que respeita à venda, serão prestados pelo Serviço de Património, durante o horário normal de funcionamento dos serviços.

4. ELEMENTOS DA PROPOSTA A APRESENTAR

4.1 Na proposta, o concorrente manifesta a sua vontade de comprar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo, individualizando o preço por lote.

4.2 O preço total da proposta não incluirá o IVA, será expresso em euros, em algarismos e por extenso, sendo a este último que se atende em caso de divergência.

4.3 A proposta deve ser assinada pelo concorrente e seus representantes.

5. ABERTURA DE PROPOSTAS ATO PÚBLICO

5.1 A abertura de propostas terá lugar no auditório municipal dos Paços do Concelho de Rio Maior, no dia 27 de setembro de 2022, pelas 10 horas, perante uma comissão de análise de propostas, composta pelos seguintes elementos:

Presidente: Eng. João António Lopes Candoso, Vereador; 1.º Vogal: Eng. Ricardo Nuno Bento Rosário, Chefe da Unidade Obras Públicas, Equipamentos e Infraestruturas; 2.º Vogal: Dr. Henrique Manuel Morais Granada, Chefe da Unidade Jurídica e Contratação Pública; Suplentes: Dr. Jorge Fróis Colaço, Chefe da Unidade de Planeamento e Gestão Financeira e Dr.ª Ana Margarida Braz Caramelo, Técnica Superior. No caso de falta ou impedimento, o presidente da comissão de análise de propostas será substituído pelo vogal efetivo.

CRITÉRIOS DA ADJUDICAÇÃO, PAGAMENTOS E LEVANTAMENTO DOS BENS

5.1 O critério de venda será o preço mais elevado por lote.

5.2 O preço-base de licitação é o indicado relativamente a cada lote no ponto 21, e o lance mínimo é de 100 € para os lotes 2, 3, 5, 7, 9 e 10, de 20 € para o lote 11, de 10 € para os lotes 4, 6, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 e de 0,01 € para os lotes 1, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27.

5.3 A licitação verbal inicia-se para cada lote individualmente com base no melhor preço proposto.

5.4 A adjudicação será feita ao concorrente que, no ato da praça, tiver oferecido, relativamente a cada lote, o lance de valor mais elevado ou no caso de não haver licitação, a adjudicação será feita ao concorrente que tiver apresentado o valor mais elevado por carta fechada. Não pode ser adjudicado a propostas inferior ao valor-base.

5.5 A licitação verbal inicia-se com base no melhor preço proposto, ou, no caso de não existir, a partir do valor-base de licitação.

5.6 A venda será titulada por documento legalmente adequado e o levantamento das viaturas, máquinas usadas e outros materiais em mau estado de conservação só poderá ser efetuado após o seu pagamento integral, sendo o mesmo em cheque ou numerário que deverá ser efetuado até 30 dias após a adjudicação definitiva dos lotes.

5.7 O arrematante satisfará, no ato público de venda 50% do valor da compra, efetuando o pagamento do restante valor após a adjudicação definitiva dos lotes.

5.8 As viaturas, máquinas usadas e outros materiais em mau estado de conservação terão de ser retirados do local de parqueamento nos prazos a seguir referidos, após o pagamento total, perdendo direito aos mesmos quem não o fizer.

a) Os lotes números 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 18 pelas oito horas do terceiro dia após a adjudicação definitiva;
b) Os lotes números 12, 13, 14, 15, 16 e 17 pelas nove horas do quarto dia após a adjudicação definitiva;
c) Os lotes números 1, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27, pelas nove horas do quinto dia após a adjudicação definitiva;

5.9 Por valor de compra entende-se o montante de arrematação, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, que deverá ser pago pelo arrematante, sendo, para o efeito, facultadas as respetivas faturas/recibos.

5.10 O adjudicatário provisório deverá apresentar os documentos comprovativos de que se encontra em situação regularizada perante o Estado Português em sede de contribuições e impostos, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da adjudicação provisória.

5.11 A não apresentação dos documentos referidos na alínea anterior, por motivo imputável ao adjudicatário provisório, implica a não adjudicação definitiva do lote, ou anulação da mesma se esta já tiver tido lugar. Poderão os interessados apresentar antecipadamente esses documentos, já que, só após a sua apresentação poderá ser confirmada a adjudicação definitiva do lote ou lotes.

5.12 A decisão de adjudicação definitiva ou não adjudicação será efetuada por despacho do Sr. Presidente da Câmara e comunicada ao arrematante por carta registada com aviso de receção num prazo máximo de 30 dias.

5.13 O não cumprimento integral destas condições pelo comprador ou o não levantamento dos lotes dentro dos prazos estipulados produzirão perda integral dos direitos adquiridos sobre os mesmos, bem como das importâncias entregues.

5.14 O Município de Rio Maior reserva-se o direito de não proceder à adjudicação se verificar a existência de conluio entre os arrematantes e/ou prejuízo para o Município.

Rio Maior, 31 de agosto de 2022

O Presidente da Câmara Municipal
Luís Filipe Santana Dias



Portugal no
século XX
1900 - 1999

CÉSAR SANTOS SILVA

AOS
DOMINGOS

1.º volume
NAS BANCAS
por apenas
6,50€
+jornal



Descubra nesta obra inédita, constituída por 15 volumes, as mais importantes figuras e momentos da nossa história e cultura.
Viaje no tempo com esta coleção imperdível.

Vencer o Maccabi é “crucial” para o Benfica “alcançar a fase a eliminar”

LIGA DOS CAMPEÕES Roger Schmidt admite utilizar Draxler no jogo com os israelitas (20h00, Eleven Sports). Central António Silva renovou e vai manter-se no onze ao lado de Otamendi.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

Com três clubes portugueses na fase de grupos pela segunda época consecutiva e sem Cristiano Ronaldo pela primeira vez em 20 anos, a Liga dos Campeões 2022-2023 arranca hoje, com 31 equipas à procura do ceptro do campeão e recordista de títulos (14), o Real Madrid. A final está marcada para o dia 10 de junho de 2023, no Estádio Olímpico Atatürk, em Istambul. Entre os portugueses, o Benfica é o primeiro a entrar em campo, já hoje (20h00, Eleven Sports), na receção ao Maccabi Haifa (ver história do clube na página ao lado). O Sporting (com o E. Frankfurt) e o FC Porto (com o At. Madrid) só jogam amanhã.

Apesar de ter sido o menos afortunado dos portugueses no sorteio, o Benfica quer passar a fase de grupos. Ou seja, os oitavos de final e um lugar entre os 16 melhores da Europa. Para o treinador do Benfica, Roger Schmidt, ainda é cedo para falar de objetivos na Champions, mas, tendo em conta a “grande performance” do ano pas-

sado (chegou aos quartos de final), é normal que os encarnados tenham em mente “alcançar a fase a eliminar”, mesmo estando no mesmo grupo do PSG e da Juventus, que se defrontam hoje em França.

Para isso é “crucial” vencer os dois encontros frente ao Maccabi Haifa, que “foi campeão de Israel” na época passada e venceu os campeões da Grécia (Olympiacos), Chipre (Apollon Limassol) e Sérvia (Estrela Vermelha) nas pré-eliminatórias. “Mostraram que têm muita qualidade, sobretudo na frente. Têm jogadores que são muito perigosos, bons finalizadores, muito físicos, por isso merecem jogar a Liga dos Campeões”, analisou Schmidt.

E claro que “o Benfica tem a tradição de jogar na Champions, mas nestes 90 minutos tem de jogar um futebol tático e sair com os três pontos. O historial não é decisivo, importante é o que se faz em campo. Essa é a abordagem para a estreia na Champions, depois de lá chegar com quatro triunfos em quatro jogos.

Novela Ricardo Horta continua

Segundo o administrador judicial do Málaga, o Benfica fez “duas propostas por Ricardo Horta”, que foram recusadas pelo Sp. Braga – clube que detém os direitos desportivos do avançado –, e por isso admite agir judicialmente para ser compensado. O clube espanhol que é detentor da maior parte do passe de Horta equaciona ainda fazer queixa dos minhotos à FIFA. António Salvador reagiu dizendo que nunca houve uma novela Ricardo Horta e que o atleta nunca lhe disse que queria sair para o Benfica. “É um símbolo do clube e estamos muito satisfeitos em tê-lo connosco. É um grande profissional, capitão e muito querido na nossa massa adepta”, disse o líder bracarense à margem do Football Talks.

O treinador do Benfica revelou ainda que André Almeida está a negociar a saída e por isso não foi inscrito na Liga dos Campeões, ao contrário de Draxler, médio emprestado pelo PSG no último dia do mercado de transferências, que poderá ter “alguns minutos” de jogo, apesar de saber que “não está no melhor nível”. E, tal como Brooks, Draxler pode-se estrear com a camisola das águias frente aos israelitas: “Não estará no onze titular, mas é possível que jogue alguns minutos. Isso significa que está preparado. A nossa tarefa é a mesma com o John Brooks, trabalhar para lhes dar treinos fortes e minutos com a equipa. É uma situação que temos de gerir da melhor forma.”

O alemão foi também questionado sobre João Victor, que, segundo as previsões iniciais, já devia estar de volta. “O departamento médico do Benfica é excelente. Ele está a fazer fisioterapia e estamos a tentar trazer o jogador o mais rapidamente possível. Não tenho dúvidas sobre a qualidade

Liga dos campeões Jogos de hoje

GRUPO E

RB Salzburgo-AC Milan (20.00)
D. Zagreb-Chelsea (17.45)

GRUPO F

Celtic-Real Madrid (20.00)
RB Leipzig-Shakhtar (20.00)

GRUPO G

Sevilha-Man. City (20.00)
B. Dortmund-FC Copenhagen (17.45)

GRUPO H

BENFICA-Maccabi Haifa (20.00)
PSG-Juventus (20.00)

Todos os jogos com transmissão no Eleven Sports.

do departamento médico, que está a tentar recuperar os três defesas brasileiros [João Victor, Morato e Lucas Veríssimo].” O jovem António Silva, que ontem renovou até 2027 (ver fotolegenda), vai assim manter-se ao lado do capitão Otamendi no centro da defesa.

Gonçalo Ramos focado

Já Gonçalo Ramos assumiu, ao lado do treinador alemão, que “esta época está a correr muito bem” e que atravessa “uma boa fase” da carreira. “Estive sempre focado 100% no Benfica, mas agora acabaram as expectativas e rumores. Podemos focar-nos a 100% só no futebol e em jogar”, comentou o avançado, de 21 anos.

Na época passada, o jovem avançado participou em 46 jogos e marcou oito golos. Esta época já tem seis em nove jogos: “Não acho que tenha mudado assim tanto. Na época passada, apesar de ter participado nesse número de jogos, em muitos entrei poucos minutos. Agora está a correr-me bem e vou continuar a trabalhar no máximo.”

E já dá para ter esperanças de ser chamado à seleção nacional e até numa ida ao Mundial 2022? “Para ser sincero, não estou com a cabeça fora do Benfica. Se continuar o bom trabalho aqui, é uma possibilidade, mas não é algo que me compete decidir, por isso vou apenas continuar a trabalhar”, respondeu Gonçalo Ramos, que tem a concorrência de André Silva, Rafael Leão, Diogo Jota, João Félix, Pedro Neto, Paulinho... para além de Cristiano Ronaldo.

Já sobre a expulsão no jogo com o Vizela (que o Benfica venceu por 2-1) acrescentou: “Não há muito a falar, é unânime. Não vou jogar no próximo jogo do campeonato, mas agora o foco está na Liga dos Campeões.”

isaura.almeida@dn.pt

António Silva e Henrique Araújo renovaram

O Benfica renovou os contratos de António Silva e Henrique Araújo até 2027. Os vínculos do defesa central e do avançado, ambos formados no clube da Luz, foram assim prolongados por cinco épocas. Henrique Araújo chegou ao Benfica em 2018, vai na quinta temporada de águia ao peito. “Fico muito satisfeito por esta demonstração que o clube faz do meu valor. Claro que há sempre responsabilidade, mas já havia antes e vai continuar a haver. Tenho de continuar a trabalhar para aparecerem oportunidades e ajudar o Benfica a ganhar títulos”, revelou o avançado, de 20 anos, à BTV. Já o defesa central, de 18 anos, vai na sétima temporada no clube. “Estou a passar um bom momento. Não esperava tão cedo ter já dois jogos pela equipa principal, e a renovação era algo que ambicionava muito. Espero estar à altura da confiança”, confessou António Silva.



“Maccabi é o clube de Israel que mais cresceu em qualidade”

ANÁLISE Orlando Sá, que jogou no país, traça o retrato do adversário de hoje do Benfica na Champions, que tem como treinador Barak Bakhar, o “Mourinho israelita”.

TEXTO **NUNO COELHO**

Pela sexta vez na história da Liga dos Campeões uma equipa israelita vai participar na fase de grupos. Caberá ao Maccabi Haifa, que já lá esteve duas vezes (2/03 e 9/10), representar o país asiático que faz parte da UEFA desde 1991.

Num grupo complicado (além do Benfica, defrontam PSG e Juventus), dificilmente os israelitas vão conseguir um feito inédito – nunca uma equipa conseguiu chegar aos 16 avos de final nas cinco participações anteriores –, isto apesar do conjunto de Haifa contar no seu palmarés com um triunfo histórico, e logo por 3-0, sobre o Manchester United na época de estreia (na qual também bateram os gregos do Olympiacos).

Para a partida de hoje o favoritismo recai sobre o Benfica. Ideia que Orlando Sá, antigo internacional português que jogou em Israel no Maccabi Telavive, subscreve por completo ao DN. “O Benfica é claramente favorito, sobretudo agora, depois do fecho do mercado. Se já partia à frente, com os reforços é ainda mais favorito, até porque o objetivo é ficar nas duas primeiras posições e passar à fase seguinte. O Maccabi é o *outsider*, mesmo sendo o clube em Israel que nos últimos anos mais cresceu em termos de organização e qualidade”, refere o antigo avançado.

Para isso muito contribuiu o trabalho de Gal Alberman, o atual diretor desportivo. “Foi meu colega no Maccabi Telavive, onde era um dos capitães. É um líder e sabe as exigências para uma equipa andar neste tipo de competições. Precisa de ser organizada, ir ao detalhe, ter jogadores de qualidade... Mas neste momento os dois plantéis são incomparáveis – isto já para não falar dos outros clubes do grupo –, mesmo sabendo que hoje em dia não há jogos fáceis”, refere Orlando Sá, que depois de terminar a carreira enveredou pelo agenciamento de atletas, além de ainda fazer uma “perninha” como comentador da Eleven Sports.

O “Mourinho israelita”

Se hoje o jogo da primeira volta em Lisboa é, em teoria, um desafio que os encarnados vão superar sem grandes problemas, Orlando Sá alerta para as dificuldades que o Benfica poderá encontrar na viagem a Haifa (e o clube lisboeta até já teve uma experiência desagradá-

vel em Telavive, quando perdeu por 0-3 com o Hapoel local), “pelo ambiente no estádio de um clube que não vai à fase de grupos há largos anos”: “O entusiasmo, por ser a primeira vez na última década que o clube tem esta oportunidade, terá de ser contrariado por um bom Benfica.”

Outro dos artífices do ressurgimento do Maccabi Haifa é o seu técnico, Barak Bakhar. “É um treinador que joga um futebol moderno, sabe adaptar as equipas ao adversário. Na altura em que lá estive, jogava em 4x3x3, se bem que a defender a equipa passava a 4x4x2. Conduziu o Hapoel Beer Sheva aos anos de ouro do clube e foi duas vezes campeão. É bastante requisitado e com muito nome em Israel, podemos compará-lo ao José Mourinho na altura em que aparece no FC Porto, é o ‘Mourinho israelita’, assinala o ex-jogador, acrescentando: “Em termos de resultados desportivos, está muito à frente dos outros, pois o que ele conseguiu nos dois últimos clubes fala por si e não é para toda a gente. Lembro-me que ele preparava as suas equipas muito bem.”

Para Orlando Sá, “o principal ponto fraco do Maccabi Haifa é a falta de experiência dos jogadores nas competições deste nível”, sendo que a favor têm o facto de “o Benfica não conhecer tão bem a realidade israelita”.

Sobre a qualidade do futebol de Israel, o antigo goleador considera estar a evoluir nos últimos anos, mas com um problema: “Há melhor organização e jogadores, mas o seu crescimento está limitado pelo número reduzido de estrangeiros que os clubes podem contratar [atualmente são seis, sendo que só podem jogar cinco ao mesmo tempo]. Sem eles, que acrescentam qualidade, nome à Liga e visibilidade, vai ter sempre uma limitação. Apesar de a Liga não ter a visibilidade de outros campeonatos periféricos, é uma prova com bastante competitividade e o jogador israelita tem qualidade, mesmo não sendo o mais regrado, disciplinado ou dedicado profissionalmente. Por isso fazem falta jogadores com uma mentalidade diferente. Mas há muita competitividade entre clubes. E se não houvesse essa qualidade, os clubes não iam conseguir passar as eliminatórias e chegar à fase de grupos nas provas europeias.”

dn@dn.pt



Presidente da UEFA revelou apoio a Portugal e Espanha durante o evento da FPF.

Ceferin e a certeza de um mundial ibérico em 2030

FOOTBALL TALKS Presidente da UEFA prometeu ajudar Portugal e Espanha na candidatura à organização do Campeonato do Mundo.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

O presidente da UEFA, Aleksander Ceferin, vê a candidatura conjunta de Portugal e Espanha à organização do Mundial 2030 de futebol como “uma licitação vencedora” e prometeu que o organismo fará tudo o que puder para a ajudar. “Vejo isto como uma licitação vencedora. Faremos o que pudermos para ajudar nessa candidatura. Está na hora de a Europa ser anfitriã do Mundial. Os dois países cheiram a futebol. Temos alguns planos para ajudar e já falámos com o Fernando Gomes e com o Luís Rubiales. Tenho a certeza de que teremos o Mundial em Espanha e Portugal em 2030”, disse o esloveno, através de videoconferência, no fórum Football Talks.

As palavras do líder da UEFA caíram bem ao anfitrião Fernando Gomes e ao secretário de Estado da Juventude e do Desporto, também presente no fórum organizado pela Federação Portuguesa de Futebol (FPF), que decorre até hoje na Cidade do Futebol. Segundo João Paulo Correia, a candidatura ibérica ao Mundial 2030 terá “um impacto absoluto e transformador e é um grande objetivo do país”, para além da enorme “projeção da marca Portugal no mundo”.

Portugal e Espanha enfrentam a concorrência de uma candidatura conjunta sul-americana de Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. Marrocos, que a princípio se iria unir aos países ibéricos, pretende candidatar-se sozinho, mas ainda não o fez, e o Reino Unido e Irlanda desistiram. O

Orgulho na ligação do PSG a Portugal

O presidente do Paris Saint-Germain (PSG) tem “orgulho” na ligação do clube francês a Portugal e acredita que esta ainda será fortalecida. “O PSG sempre incluiu Portugal e os portugueses – uma das nossas lendas está aí na conferência convosco, Pauleta, um dos grandes pontas-de-lança da história do nosso clube. Temos o Danilo e vários outros jogadores portugueses [Vitinha, Renato Sanches e Nuno Mendes], há uma ligação forte com Portugal e sentimos orgulho nisso”, disse Nasser Al-Khelaifi durante o evento da FPF. O PSG faz parte do grupo do Benfica na Liga dos Campeões (ver pág. 22).

Mundial 2026 será organizado por EUA, México e Canadá – será a primeira vez que a prova irá acontecer em três países.

Varandas defende vendas

O presidente do Sporting está “bastante preocupado” com o presente e futuro dos clubes portugueses responsáveis por manter Portugal no *ranking* da UEFA. “Muito se falou sobre a venda de jogadores e eu convido todas as pessoas que analisem com cuidado [...] e vão constatar que, se não fossem as receitas extraordinárias com a venda dos jogadores, jamais as três equipas [Sporting, Benfica e FC Porto] teriam condições para ter orçamento para competir numa competição como a Liga dos Campeões”, disse Frederico Varandas, que no mercado fez vendas no valor recorde de 119,8 milhões de euros.

Elamentou que os orçamentos estejam “limitados” pelas condições económicas de um país “com pouco poder de compra” e “um regime fiscal altíssimo”. Quanto ao Sporting, “é um clube muito mais estruturado, preparado, sustentável e competitivo, digno a lutar por todos os títulos das competições domésticas”, segundo o líder leonino.

isaura.almeida@dn.pt

João Monteiro e Pedro Souto

De Dario Argento ao terror no feminino (e em português): está aí o MOTELX

CINEMA DE GÉNERO Arranca hoje a 16.^a edição do MOTELX – Festival Internacional de Cinema de Terror de Lisboa, um dos eventos mais concorridos da capital, que, ano após ano, enche as salas do Cinema São Jorge. Até dia 12, é por lá que passa o mestre italiano Dario Argento, entre outros convidados e mais de uma centena de filmes, com *masterclasses* e até o lançamento do livro *O Quarto Perdido do MOTELX*. O DN sondou a programação com os diretores do festival.

ENTREVISTA INÊS N. LOURENÇO

Este ano o grande convidado do MOTELX é o artesão do giallo Dario Argento [dia 8], que já cá tinha estado na 6.^a edição. Como é que acontece este regresso?

João Monteiro: A vinda do Argento não era algo que estivesse planeado. O que calhou foi estarmos interessados no último filme dele, *Dark Glasses* [Óculos Escuros], que é bastante diferente do que tem feito em tempos recentes, como o *Dracula 3D*, aqueles “cozinhados” internacionais com atores de todo o lado... Este, por sua vez, é um filme mais contido, que tem sequências muito interessantes do ponto de vista técnico, produzido pela filha [Asia Argento] – há esse lado familiar –, e ele parece mais entusiasmado com o objeto em si. Basicamente, decidimos arriscar a fazer o convite e ele aceitou logo! Acabou por ser uma espécie de brinde de última hora, que se tornou também o centro do festival por ser quem é. Note-se que ao longo dos anos temos tido vários convidados deste tipo, as lendas do terror, e é curioso perceber como as receções variam entre aqueles que são famosos e os que são quase dignos de um culto. Nesta segunda categoria testemunhámos os casos do Zé do Caixão, George Romero, Alejandro Jodorowsky e... Dario Argento. Parecia

quase a vinda do Papa.

E o que é que se pode dizer mais sobre *Dark Glasses*?

Pedro Souto: O filme tem a particularidade de assumir o género do giallo [terror e suspense italiano], como nós achávamos que já não era possível. E a sua existência acaba por ser uma boa surpresa – até um certo risco para o próprio realizador, dada a idade que tem [faz amanhã 82 anos] –, na medida em que nem sempre é fácil para os realizadores mais velhos continuarem a filmar, conseguirem financiamento... Depois temos a aparição da Asia Argento, o que é sempre divertido, e também uma nova atriz italiana, Ilenia Pastorelli, que até está a viver em Lisboa e que interpreta uma pessoa cega, conduzindo-nos por uma série de peripécias e cenas espetaculares...

JM: Dá um bocadinho a impressão de ser um filme-testamento, com uma série de elementos que ele recicla da sua marca autoral. Sendo que o próprio tem sido copiado *ad nauseam* nos últimos anos (*Suspria...*), e parece aqui querer dizer “fui eu que inventei isto e ainda o sei fazer”.

Outro destaque nos convidados é a dupla americana Aaron Moorhead e Justin Benson, realizadores já relativamente conhecidos do

público português, com *O Interminável* [2017] e *Sincronico* [2019], que traz também novo filme. Uma dupla independente mas já com um pezinho na indústria [assinaram episódios da série *Moon Knight*, da Marvel]...

PS: São realizadores que acompanhamos desde o primeiro filme – passámos *O Interminável*, por exemplo, e tentámos que eles viessem cá nessa altura – e com este novo, *Something in the Dirt*, que é um filme de pandemia meio alternativo, cheio de ideias, é interessante perceber como é que a dupla ainda está empenhada numa abordagem independente e autoral, apesar desse pezinho na indústria. E, como diz, já há muitas pessoas que os seguem e que estão curiosas para os conhecer. Sentimos isso no festival.

A sessão de abertura faz-se com *Bodies Bodies Bodies*, da holandesa Halina Reijn. Não me recordo de nenhuma edição que tenha arrancado com assinatura feminina. Se não foi propositado, não deixa de ter algum simbolismo.

JM: Inicialmente fomos mais pelo facto de ser da produtora A24. Mas depois reparámos que não só era uma realizadora como era uma realizadora europeia a fazer um filme americano. E também tentá-

mos que o filme de encerramento fosse realizado por uma mulher; infelizmente não conseguimos. É sem dúvida algo que temos em conta quando fazemos a seleção, e às vezes isso pesa no critério que adotamos. Aliás, este ano a representação do cinema realizado por mulheres é das maiores. E há ainda coisas que se juntam: vamos ter uma apresentação da MUTIM, que é uma associação de mulheres pro-

fissionais do cinema, com uma conversa que vai partir do *Três Dias Sem Deus* [1946], o único filme da Bárbara Virgínia... Às tantas, com o que vai surgindo todos os anos, passou a ser uma coisa normal. Mas sim, quando chegarmos aos 50/50 em cada secção, aí fazemos uma festa!

PS: Nós temos sentido, sobretudo nos últimos anos, uma procura mais constante da parte dos festivais (onde nos incluímos) de filmes realizados por mulheres, em particular filmes de género, no geral. E isso tem feito a diferença também na aposta e no financiamento desses filmes, com abordagens muito diversas. No fundo, está tudo interligado. Incluindo a ponte com o passado, que não deixa de ser o papel de um festival.

Um dos pontos menos óbvios do programa é uma conversa sobre composição para filmes mudos, após o cineconcerto d' *Os Crimes de Diogo Alves* [dia 7, Teatro São Luiz]. Como é que surgiu esta ideia?

JM: Soubemos que havia interesse da parte do Teatro São Luiz em exibir este filme por ocasião dos 10 anos do desaparecimento do Bernardo Sasseti – era um filme de que ele gostava muito e para o qual fez uma partitura –, começámos a trabalhar com eles e... a questão



Cartaz da 16.^a edição do MOTELX, que começa hoje.



Óculos Escuros é o regresso de Dario Argento ao giallo, e o filme que o traz ao festival.

que se colocou é que o filme tem 20 e poucos minutos. Faltava ali qualquer coisa. Então surgiu esta ideia, primeiro de ouvir o compositor Desidério Lázaro, que foi a pessoa que esteve a ensaiar a partitura, e depois de convidar outras pessoas que têm feito composições para filmes mudos, desde logo o Filipe Raposo, que já deve ter feito isto para todos os filmes mudos portugueses, e o Tó Trips. Lá está, isto traduz-se também num esforço de recuperar a memória. *Os Crimes de Diogo Alves* [1911] é a primeira obra de ficção do cinema português e é logo um filme sobre um *serial killer*!

Vai haver o lançamento de um livro sobre a vossa famosa secção Quarto Perdido, e Paulo Branco surge no contexto como O Produtor do Terror Português. De onde vem este título tão categórico?

JM: Toda a programação de cinema português este ano tem um bocado a ver com o livro; exibimos quase tudo o que lá está. E pegando nos filmes que estão no livro, analisando-os no conjunto, chegámos à conclusão que o Paulo Branco tem seis títulos produzidos por ele! Uma curiosidade que depois se liga com o facto de ter trabalhado com o Cronenberg e ter uma relação, que se conhece pouco, com outros

nomes do cinema internacional, seja o Roger Corman sejam os produtores israelitas [Menahem Golan e Yoram Globus] da Cannon Group. Ou seja, achámos interessante, para finalizar este primeiro ciclo da secção Quarto Perdido, ter não só o lançamento do livro como um produtor a falar da sua experiência.

Só para esclarecer melhor: em que é que consiste esta publicação?

JM: O livro é uma lista de cinema de terror português, desde 1911 (ano d' *Os Crimes de Diogo Alves*) até 2006. Portanto, contruímos uma lista de filmes que fomos vendo e exibindo no Quarto Perdido e convidámos pessoas para escreverem sobre eles a partir do ângulo do terror.

PS: Lá está, o livro é um projeto que começou enquanto secção do festival, um espaço para a pesquisa e aventura que também estão na raiz do MOTELX. Sem esquecer o encontro com o realizador António de Macedo, que partilhou connosco uma listagem de filmes feita pelo historiador José de Matos-Cruz... Em suma, era importante tornar a experiência desta secção um objeto físico, por ser algo pouco conhecido e que pode ser tão útil para estudantes e académicos como para realizadores. Isto permite uma nova leitura do cinema

português.

Esta edição do MOTELX já apanha o fim das restrições da pandemia. Acham que vai fazer uma grande diferença para o público do festival ou não é um fator que tenha afetado significativamente o espírito das edições anteriores?

PS: Bem, nós estivemos estes dois anos a 50%, por isso esperamos que vá ser melhor. Mas também tivemos a sorte de setembro ter calhado sempre num período mais "amigável" no contexto da pandemia. Inclusive 2021, apesar das restrições, foi melhor que o ano anterior por causa da vacinação. Agora, uma coisa que nos preocupava muito era se se iria perder aquele ambiente de festival, e a verdade é que não se perdeu. Por isso acho que esta edição vai ser um regresso a 2019: mais gente, mais convívio.

JM: Poder falar com pessoas sem máscara faz toda a diferença. Quer dizer, com as máscaras, quando estás a falar para o público, só vês microexpressões nos olhos, o que torna a relação mais fria. Mas, para além disso, significa que podemos programar mais coisas... Resta saber se vamos voltar ao que era antes ou se estamos num novo normal.

dnot@dn.pt

AS SUGESTÕES DOS DIRETORES



João Monteiro

NIGHTSIREN e O CORPO ABERTO – Dois filmes da competição europeia escritos e realizados por mulheres, que tentam desmontar os papéis de género nas tradições populares, tanto da Eslováquia (*Nightsiren*) como da Galiza (*O Corpo Aberto*).

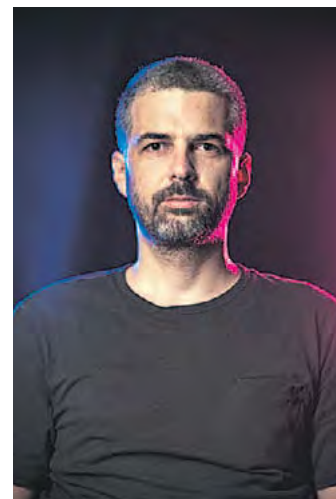
HOLYSPIDER – Confirmação do talento e versatilidade de Ali Abbasi, que filma Teerão como se fosse um Scorsese ou Abel Ferrara. Retrato de uma sociedade patriarcal no seu limite grotesco, que é o de uma hipotética "justiça" das atrocidades.

ASHKAL e SALOUM – Dois representantes africanos (Tunísia e Senegal) que cruzam elementos locais com o terror *mainstream*. Em *Ashkal* temos uma narrativa fantástica construída com elementos do quotidiano tunisino, já *Saloum* coloca no centro da ação um grupo de mercenários/guerrilheiros e folclore africano.

FALL – O filme mais festivo desta edição. Duas mulheres no topo de uma antena com o tamanho de uma montanha e isolada no deserto. Bom para curar vertigens.

PARSLEY – Estreia da República Dominicana na programação do MOTELX. Retrata uma noite de terror que ficou conhecida na História do país como "The Parsley Genocide" entre dominicanos e haitianos.

HOTEL DA NOIVA – Talvez o primeiro filme de ficção inteiramente rodado nos Açores (São Miguel). Com fama de "filme maldito", nunca mais foi exibido desde a estreia, no Coliseu Micaelense, em 2007; antecede aquilo que se apelidou de "Azoexploitation". Sessão de culto.



Pedro Souto

CANDYLAND – Uma road trip infernal que destila *gore*, sexo e fanatismo religioso. Tem como cenário o submundo dos trabalhadores do sexo numa estação de camiões perdida algures na América profunda. Deprimente e perturbador. Digno da *exploitation* dos anos 70.

SATAN'S SLAVES 2: COMMUNION – Joko Anwar, o maior nome do terror contemporâneo indonésio, regressa com um imponente pesadelo sobrenatural num prédio nos arredores de Jacarta. O *folk horror* visita a cidade.

DEADSTREAM – Do casal Joseph e Vanessa Winter, que nos dá o prazer de fechar um idiota num cenário de puro terror. Um *vlogger* cancelado que se lança num derradeiro desafio para tentar recuperar seguidores. Filme da mítica Sessão Dupla, que está de volta ao MOTELX e que junta o divertido *The Seed*, sobre adolescentes em perigo, em modo *body horror from outer space*.

POLARIS – Mais uma realizadora, Kirsten Carthew (Canadá), que nos traz a história de uma criança humana criada por uma ursa polar num *survival* 100% feminino, num mundo pós-apocalítico com preocupações ambientais. O verdadeiro "Mad Max do Ártico".

THE MEDIUM – Um surpreendente *mockumentary* que explora a demonologia tailandesa, onde deuses e demónios convivem neste regresso de Banjong Pisanthanakun ao terror, depois de correalizar *Alone* (2008). Simples mas cativante, sempre em crescendo até ao grande final.

Em Veneza há (muitos) atores em estado de graça

FESTIVAL É nas interpretações, masculinas e femininas, que Veneza 2022 parece marcar mais pontos. Penélope Cruz, Cate Blanchett, Hong Chau, Brendan Fraser e Virginie Efira são do melhor que se viu. Mas o mais mediático filme foi ontem *Não te Preocupes, Querida*, de Olivia Wilde, com Harry Styles, o músico que é mesmo ator de respeito...

TEXTO **RUI PEDRO TENDINHA**, EM VENEZA

Quase todos os festivais elevam a figura do cineasta ao patamar de deus supremo. Tudo é em função do realizador. É o habitual massajar do ego do autor. Aqui, na Sala Grande do Casino, recinto com cadeiras de luxo e arquitetura muito bem conservada, sai pelo microfone sempre uma voz feminina a anunciar o nome do filme e do realizador num inglês macarrônico. Podem estar atores como Brad Pitt, Meryl Streep ou... Harry Styles que os seus nomes ficam sempre para o fim. Em Cannes, por exemplo, nem para o fim – atores? Servem apenas para alegrar o tapete vermelho. Pois bem, este ano no Lido os grandes talentos não têm sido os criadores, mas sim os atores. São eles que abocanharam grande parte dos filmes, seja feita honra a quem dá a cara, a quem, na verdade, provoca todo este reboiço em Veneza.

Têm sido muitas as interpretações soberbas na seleção oficial. São variados os atores que aparecem em filmes, muitos deles longe da glória, e que os salvam. Mesmo num filme banal como *Espíritos de Inesherin*, de Martin McDonagh, Colin Farrell e Brendan Gleeson são um caso à parte. Atores irlandeses a falar com o sotaque certo e a imolar uma melancolia muito insular. Não salvam a coisa, mas são um par de imensa qualidade, tal como Adam Driver e Greta Gerwig, o melhor de um filme falhadíssimo como *White Noise*.

Mas por estes dias ainda todos estão a recuperar do caso Penélope Cruz em *L'Immensità*, dramalhão de Emanuele Crialese que puxa pela atriz espanhola, aqui uma mãe de família a querer fugir de um casamento horrível e com uma relação especial com uma das filhas, neste caso um rapaz preso a um corpo de menina. É de novo Cruz a tornar-se a Sophia Loren dos grandes tempos, uma carga de mulher sensual e de mãe total. Um papel maior do que a vida, mas para figurar no palmarés como melhor atriz o júri liderado por Julianne Moore tem ainda que ter em conta a belga Virginie Efira, neste momento um dos talentos fundamentais no ci-



Penélope Cruz dança, chora e faz playback em *L'Immensità*, filme italiano sem distribuição em Portugal – está tudo a dormir...

Pode um thriller de entretenimento ter um discurso feminista sobre o patriarcado? Pode se a realizadora se chamar Olivia Wilde. Em *Não te Preocupes, Querida*, Harry Styles prova que também é ator.

nema francês. O que ela atinge em *Les Enfants des Autres*, de Rebecca Zlotovski, é da ordem do nunca visto: uma interpretação toda ela luminosa, para dar vida a uma mulher a entrar nos 40 que sonha ainda ser mãe e se afeiçoa pela filha de cinco anos do namorado. Uma composição que é o fogo total de um dos melhores filmes vistos este ano no festival.

Para além de tudo isso, dois favoritos aos prémios de interpretação também marcaram o Lido: Brendan Fraser em *The Whale*, de Darren Aronovsky, e Cate Blanchett, em *Tár*. O ator, que deixou de ter um corpo atraente para a indústria de Hollywood, é um portento de humanismo na pele de um professor a querer morrer de obesidade. Fraser é melhor do que o próprio filme, às vezes preso aos processos do drama de “inspiração”. Elogio também para os secundários, em especial Hong Chau, que pode voltar a ser nomeada como atriz de elenco na temporada dos prémios, e para Samantha Morton, alguém que estava algo esquecida e que aqui, em apenas uma cena, tem uma explosão dramática do outro

Este ano no Lido os grandes talentos não têm sido os criadores, mas sim os atores. São eles que abocanharam grande parte dos filmes, seja feita honra a quem dá a cara, a quem, na verdade, provoca todo este reboiço em Veneza.

mundo. Quanto a Cate Blanchett, dá sempre a ideia de que também “rouba” o filme, não obstante o grau de controlo e hermetismo de Todd Field. Esta sua maestrina é toda verdade. E verdade para a atriz australiana significa dar tudo, desaparecer.

Harry Styles, ator, pois sim...

Ontem, fora de competição, também tivemos um filme de uma *major* americana que aposta tudo nos atores: *Não te Preocupes, Querida*, de Olivia Wilde. Pode ser também outro dos filmes que sai daqui de Veneza com impulso para os Óscares e Florence Pugh tem legitimidade para sonhar com nomeação. A atriz britânica interpreta uma espécie de *Stepford Wife* num bairro isolado e de luxo num deserto americano nos anos 50. Uma mulher-troféu para um engenheiro que está num projeto secreto. Pugh é notável numa personagem cuja vibração emana uma sexualidade inaudita para filme de grande estúdio. Um trabalho de atriz de um rigor de detalhe quase inovador. Esta não é a mesma atriz de *Black Widow*, está muito mais próxima daquilo que fez em *Midsommar*.

Não te Preocupes, Querida, a nível de interpretações, tem ainda dois casos: o da própria Olivia Wilde, dirige-se com uma força quase épica, autêntico prodígio, e, claro, Harry Styles, o músico que afinal é ator. Tem cinescopia, garra e boa química com Florence Pugh, apenas era de evitar um enjoativo momento musical em que a sua personagem, o marido perfeito, dança. Talvez tenha sido “sugestão” da Warner. Não é por ele que o filme não voa mais alto. Apesar de eficaz, *Don't Worry Darling* nunca será um *The Truman Show*, apenas “mais um” *The Stepford Wives*, filme de Frank Oz, de 2004, de que ninguém se vai lembrar...

Olivia Wilde, atrás da câmara, sabe dirigir e tem um sentido estético com uma volumetria forte e um cuidado cromático evidente, vacilando somente nas imposições das tão já cansativas reviravoltas. Aliás, todo o filme é um *twist*.

dnot@dn.pt



Opinião Guilherme d'Oliveira Martins

A importância da civilização

Numa série inesquecível produzida pela BBC no final dos anos 60 do século passado, Sir Kenneth Clark apresentou uma perspectiva pessoal sobre a arte e a cultura na história humana sob a designação de *Civilização*. Quem hoje vê ou revê o testemunho filmado ou lê a obra que publicou compreende como a criação cultural constitui a espinha dorsal da história humana. No primeiro programa da série, o lugar onde parte é a Ponte das Artes, em Paris, vendo-se numa das margens do rio Sena a fachada do Instituto de França, datada de 1670, e na outra margem o Louvre, referência de uma continuidade arquitetónica clássica construída desde a Idade Média até ao século XIX. Em fundo, a Catedral de Notre-Dame constitui um exemplo dos mais equilibrados e rigorosos na representação do estilo gótico. O lugar não foi escolhido por acaso, já que pretendia ilustrar a vitalidade da cultura humana e recordar todos quantos, artistas, escritores ou pensadores, ao longo dos séculos procuraram sentir na travessia dessa ponte a exigência da vida, do saber e do gosto.

Assim, quando falamos de valores humanos, de dignidade, de memória e de respeito pelas diferenças, chegamos à importância da *Civilização*. É difícil uma definição, mas somos levados a reconhecê-la como realidade. E Ruskin afirmou: “As grandes nações escrevem as suas autobiografias em três manuscritos, o livro dos seus factos, o livro das suas palavras e o livro da sua arte. Nenhum destes três livros pode ser compreendido se não lermos os outros dois, mas dos três o único digno de confiança é o último.” E Kenneth Clark procurou demonstrar, ao longo de 13 capítulos da sua reflexão, como a ideia de *Civilização* corresponde à complexi-

dade humana, a partir da aprendizagem, da criatividade e do que designamos como desenvolvimento. Contudo, a história da civilização não é apenas a história da arte, há diversos fatores que devem ser considerados e que se influenciam mutuamente. Quando hoje nos deparamos com a consciência ecológica, com a transição climática, com os novos desafios energéticos ou com a evolução científica, designadamente no campo da saúde e da vida, e com o progresso no campo digital, tomamos consciência de que a humanidade está confrontada com a necessidade de preservar a liberdade e a justiça. Considerando os efeitos da crise financeira, da pandemia e da guerra, somos levados a pensar numa cultura de paz, de modo a construir uma sociedade centrada na dignidade humana. Como reafirmou Francis Fukuyama, há pouco entre nós, a democracia liberal acredita que a dignidade tem de ser protegida pelo estado de direito, de modo a limitar o poder dos governos de modo a não violarem e a protegerem os direitos das pessoas. Eis por que a *Civilização* pressupõe um caminho de confiança, um equilíbrio nos poderes públicos e privados e a defesa do bem comum, já que a ilusão do mercado livre sem limites gera desconfiança, descontentamento e desigualdade.

Voltamos a Kenneth Clark, a propósito da confiança, e ao poema, que cita, de Kavafis, *A Espera dos Bárbaros*, sobre a cidade antiga de Alexandria, que esperava o dia em que ocorreria uma invasão dos bárbaros, solução para o cansaço e o desalento. Mas nada aconteceu e as pessoas ficaram dececionadas, pois teriam preferido ter um motivo para renovar a confiança e contrariar a indiferença. Oíçamos a bela versão de Jorge de Sena: “E porque se esvaziavam tão depressa as ruas e as praças/e todos voltam para casa tão apreensivos?/Porque a noite caiu e os Bárbaros não vieram./E as pessoas que chegaram da fronteira/dizem que não há lá sinal de Bárbaros./E agora que vai ser de nós sem os Bárbaros./Essa gente era uma espécie de solução.” De facto, a *Civilização* obriga à permanência nos valores, na coesão e nos objetivos – para contrariar o cansaço, a decadência e o colapso de tantas sociedades...

Administrador executivo
da Fundação Calouste Gulbenkian.



Opinião Luís Castro Mendes

Defesa da Festa do Avante!

Não deixa de ser irónico que, tendo eu participado (na medida da minha juventude) no 25 de Novembro de 1975, seja hoje censurado por não referir essa data com o fervor religioso que agora se exige, levando mesmo a apagar o próprio 25 de Abril.

A resposta é muito simples: quando vemos o Iniciativa Liberal mencionar positivamente o desgosto expresso na altura por Jaime Neves de “não ter sido levado até ao fim o 25 de Novembro”, lembramo-nos bem da luta que Melo Antunes e Ramalho Eanes travaram nessa noite contra a tentativa de golpe de extrema-direita, que a proposta de Jaime Neves e seus companheiros no sentido de ilegalizar o PCP e as forças políticas de extrema-esquerda trazia consigo.

Havia que conter um desvio antidemocrático, e esse foi o mérito dos Nove, de Ramalho Eanes, dos verdadeiros democratas. Não se podia aceitar em democracia a proibição de partidos, como a proposta de Jaime Neves fazia. Melo Antunes veio no dia seguinte declarar que “o Partido Comunista era essencial para a nossa democracia”, o que conteve os extremismos, mas vitimou politicamente este homem fundamental do 25 de Abril e do 25 de Novembro. A extrema-direita não lhe perdoou...

Houve um 25 de Novembro dos democratas e um 25 de Novembro da direita antidemocrática, e felizmente venceram os primeiros! Não faço a injustiça de pressupor que o Iniciativa Liberal esteja na área antidemocrática: sugeria-lhe só que se informasse melhor historicamente...

É a detestável vaga anticomunista em curso, que faz o amálgama entre o PCP e a política de Putin, que me leva a evocar estes momentos fundadores da nossa democracia.

Expor ao repúdio e à condenação geral a Festa do Avante! e os artistas que nela participam, identificando-os com a política atual da Rússia, é um ato condenável e um momento triste para a nossa convivência democrática.

A verdade é que o PCP não se identifica naturalmente com o regime autoritário nacionalista conservador e profundamente anticomunista que domina presentemente a Rússia. Mas é verdade também que persiste no PCP

(e em alguma esquerda) um antiamericanismo básico e míope, que pode levar a apostar em potências radicalmente antidemocráticas, como a China e a Rússia, para combater o risco (visto como o perigo principal) de um mundo unipolar comandado pelos Estados Unidos. Do mesmo modo que Churchill se aliava “com o diabo” (leia-se Estaline) para eliminar Hitler, do mesmo modo o PCP prefere todos os diabos e diabinhos que possam contrariar o poder norte-americano...

Os Estados Unidos defendem naturalmente os seus interesses como potência e, mesmo que a democracia inspire o presente governo de Washington, arriscamo-nos a que uma reeleição eventual de Trump possa voltar a pôr em questão todos os nossos pressupostos e parâmetros! Mas os Estados Unidos são uma grande democracia, não são o Império do Mal, como não são também o Império do Bem...

Falando da ilusão de Impérios do Bem, a verdade é que o PCP continua a considerar uma perda para o socialismo e para a causa dos trabalhadores a erosão, diria mesmo putrefação, do regime soviético ocorrida sob Gorbachov. É uma pura visão da História enquanto mito e volta os comunistas para o passado...

Mesmo quem considera a agressão russa como bárbara e ilegítima e a defesa da Ucrânia como justa e necessária, será considerado aliado de Putin caso exprima a menor reserva ao regime de Zelensky ou à estratégia ocidental. Neste contexto polarizado e redutor, é claro que estas posições do PCP teriam que levantar, não apenas as críticas que eu aqui lhes faço, mas sobretudo uma intensa campanha de ódio, que usa o amálgama mais primário para expor uma força política democrática ao ostracismo.

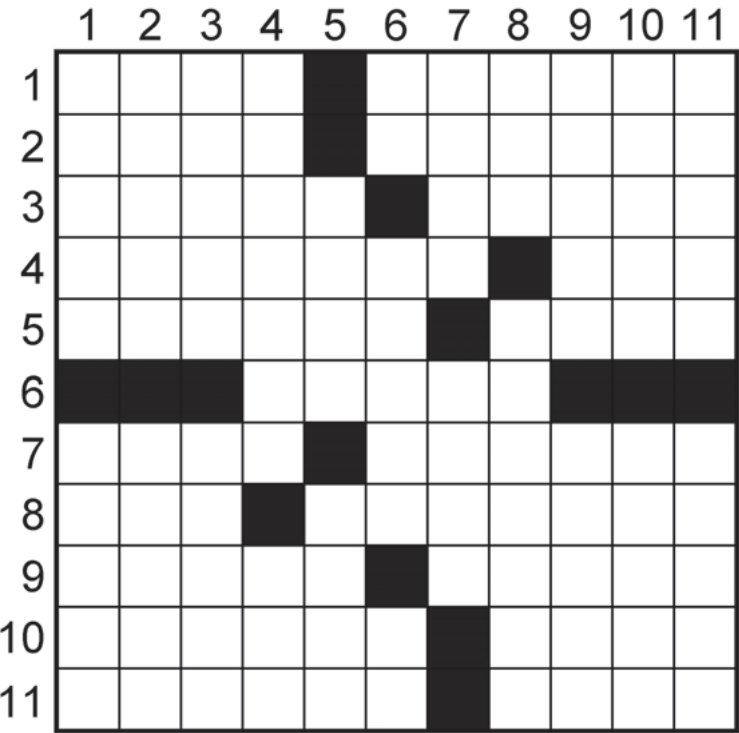
Quando pôr em dúvida a bondade democrática da Ucrânia ou o altruísmo internacionalista dos Estados Unidos é identificado como um apoio a Putin, isso significa que passámos da justiça ao fanatismo. Tal como em 25 de Novembro de 1975, não é o fanatismo que eu quero para o meu país.

Diplomata e escritor.



A Civilização obriga à permanência nos valores, na coesão e nos objetivos – para contrariar o cansaço, a decadência e o colapso de tantas sociedades...

● PALAVRAS CRUZADAS



Horizontais:
1. Guardar com abas. Somente. 2. O ponto mais elevado de um monte. Residência. 3. Cheio de ira. Dar à luz filhos. 4. O que as crianças levam para comer no recreio. Oferecer. 5. Aparato. Pequeno orifício da derme. 6. Estrábico. 7. Idónea. Meditar. 8. Botequim. Carro. 9. Incólume. Campesino. 10. Fruto do tomateiro. Recurso (figurado). 11. Pedir socorro. Ratar.

Verticais:
1. Em grau mais elevado. Peça da proa do navio para fixar a amarra da âncora (Náutica). 2. Tecido grosseiro de lã. Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. 3. Fruto silvestre. Vibra. 4. Salvaguarda. Cloreto de sódio. 5. No qual lugar. Aprova ou elege por meio de voto. 6. Antes do meio-dia. Tirei o vestuário. Érbio (símbolo químico). 7. Parte posterior do navio. Formar-se geada. 8. Época. Dispor os sinais de pontuação. 9. Planta da família das valerianáceas, cuja flor é muito aromática. Sujidade proveniente da transpiração, do uso, etc. 10. Protelar. Fio metálico. 11. Fezes que o vinho e outros líquidos deixam aderentes ao fundo das vasilhas. Triturar.

● SUDOKU

2		1			7		4	
8			5	3		2		6
	9	3		2	4	7		
	8		1	4		6	2	
		6	9		2			4
				6		9	8	
7						5		2
9				7	8		1	3
	2				6		7	

SOLUÇÕES


Palavras Cruzadas

Horizontais:
1. Abar. Apenas. 2. Cume. Morada. 3. Iroso. Parir. 4. Merenda. Dar. 5. Alarde. Poro. 6. Vesgo. 7. Apta. Pensar. 8. Bar. Viatura. 9. Ileso. Rural. 10. Tomate. Arma. 11. Apelar. Roer.

Verticais:
1. Acima. Abita. 2. Burel. PALOP. 3. Amora. Trem. 4. Reserva. Sal. 5. Onde. Vota. 6. AM. Despi. Er. 7. Popa. Gear. 8. Era. Pontuar. 9. Nardo. Surro. 10. Adiar. Arame. 11. Sarro. Ralar.

Procure bons negócios no sítio certo.

●




EM PAPEL E NO DIGITAL.
QUEM PROCURA ENCONTRA.

Diário de Notícias

O ESSENCIAL DA INFORMAÇÃO, TODOS OS DIAS EM BANCA

classificados.dn.pt

Diário de Notícias





O Jogger é mais uma proposta única da Dacia e o preço está ao nível daquilo que é costume na Dacia: simplesmente imbatível.

Dacia Jogger Eco-G ou como poupar 50% a GPL

MOTORES. A Dacia continua a sua aposta nos motores *bi-fuel* gasolina/GPL, uma aposta que se mostra particularmente atrativa com os atuais preços dos combustíveis. Com o Jogger Eco-G, a marca do Grupo Renault consegue ainda oferecer algo que nenhuma outra marca tem.

TEXTO FRANCISCO MOTA/BLOGUE TARGA 67 | FOTOS JOÃO APOLINÁRIO

O GPL ainda faz sentido? É a pergunta que muitos fazem sobre os *bi-fuel* que queimam gasolina ou gás de petróleo liquefeito. Uma tecnologia que tem vantagens, sobretudo para quem tenha acesso a um dos 340 pontos de abastecimento de GPL que existem no país. O Jogger foi o mais recente Dacia a receber este sistema, um modelo que fica entre uma carrinha e um *crossover*.

O Jogger é feito com base no Sandero, que partilha a plataforma do Renault Clio. Mas a distância entre-

-eixos aumentou 293 mm. O comprimento cresceu ainda mais, para aumentar o volume da mala e para poder ter uma versão de sete lugares. No total, temos um carro com 4547 mm de comprimento. O estilo é uma variante do Sandero Stepway na frente, com uma traseira cortada na vertical. Simples, mas atrativo.

A posição do banco é mais alta que uma carrinha normal e o *tablier* tem o mesmo desenho do Sandero. O volante está bem colocado, com ajustes suficientes, e apenas falta um pouco mais de apoio lateral nos ban-



cos. A qualidade dos materiais é mais do que razoável para o preço. Claro que há plásticos "simples" e alguns acabamentos imperfeitos, mas também há aplicações têxteis que fazem subir a perceção de qualidade. O ecrã tátil central é simples e muito fácil de usar. Os comandos da climatização são botões físicos e não obrigam a desviar os olhos da estrada. O espaço nos lugares da frente é semelhante ao do Sandero, ou seja, ao nível do Clio. Na segunda fila há muito mais espaço em comprimento e altura, permitindo levar três

adultos sem grandes problemas. O que é raro, mesmo em segmentos acima. A mala tem 708 litros e o banco de trás rebate costas e assentos, abrindo um volume de 1819 litros.

O motor arranca sempre em modo a gasolina, não passando muito ruído nem vibração ao habitáculo. A resposta abaixo das 2000 rpm não é fantástica e a caixa manual de seis velocidades não é muito rápida. Mas a condução é fácil, até porque o diâmetro de viragem de 11,7 metros não é exagerado. A primeira e segunda velocidades são

Dacia Jogger 1.0 TCE Eco-G Confort

Motor: três cilindros em linha, 1.0 turbo, a gasolina ou GPL
Potência: 100 cv/4600 rpm
Binário: 170 Nm/2000 rpm
Tração: dianteira
Caixa: manual de 6 velocidades
Aceleração: 0-100 km/h: 12,3 s
Velocidade máxima: 175 km/h
Consumo médio WLTP: 7,8 l/100 km
Emissões em ciclo misto WLTP: 121 g/km CO₂
Bagageira: 708 litros
Preço: 18.900 euros

curtas, a direção tem o peso certo e a embraiagem é progressiva, tal como o pedal dos travões.

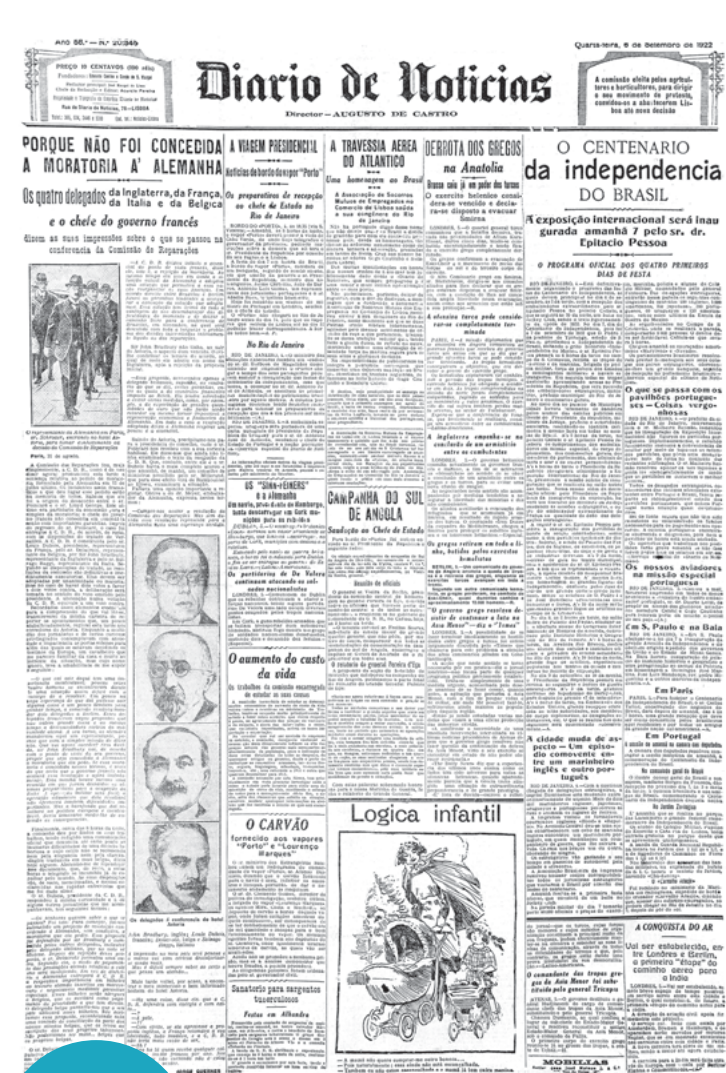
Na cidade, claro que se nota o comprimento do Jogger, sobretudo na marcha-atrás: a tampa da mala fica lá bem longe... Mas os sensores e a câmara incluídos nesta versão Confort ajudam. A suspensão é mais alta do que o normal e os pneus de medida 205/60 R16 fazem um bom trabalho em favor do conforto. Só em pisos muito degradados a suspensão traseira de barra de torção mostrou algum desconforto.

Há um botão para comutar entre consumo de gasolina ou GPL e a suavidade do motor é idêntica quando se muda para GPL. A resposta a baixos regimes até é ligeiramente melhor. O ruído também não mostra alteração. Na consola, existe um botão Eco, que torna a resposta do acelerador mais lenta, a diferença é clara e foi este modo que usei para aferir os consumos reais. No habitual teste de consumos em cidade, que desta vez teve que ser duplo, registei um consumo de 7,8 l/100 km a andar a gasolina e de 10,3 l/100 km a andar a GPL. Considerando os preços da gasolina 95 simples (1,689 euros) e do GPL (0,829 euros) no dia em que estou a escrever este teste, estes consumos traduzem-se em 13,17 euros por cada 100 km a gasolina e 8,54 euros por cada 100 km a GPL.

Passando para autoestrada, a estabilidade é razoável e a caixa tem a quinta e a sexta longas, para reduzir consumos. Mantendo o botão Eco, os consumos que obtive a 120 km/h estabilizados e com A/C desligado foram de 5,2 litros a gasolina e 9,2 litros/100 km a GPL. Fazendo novamente as contas, isto equivale a um custo por cada 100 km percorridos de 8,78 euros a gasolina e de 7,62 euros a GPL. Aqui a diferença fica-se pelos 15% a favor do GPL.

O Jogger é mais uma proposta única da Dacia. Não só é um modelo com fortes atributos racionais, como se posiciona no mercado sem rivais diretos. A motorização *bi-fuel* permite poupar mais de 50% em cidade. O preço está ao nível daquilo que é costume na Dacia: simplesmente imbatível.

dnot@dn.pt



O DN
DE HÁ CEM
ANOS

AS NOTÍCIAS
DE 6 DE SETEMBRO
DE 1922
PARA LER HOJE

SELEÇÃO DO ARQUIVO DN
POR CRISTINA CAVACO, LUÍS MATIAS E SARA GUERRA

COM O APOIO
INSTITUCIONAL:



GRUPO BEL



— A mamã não quer comprar-me outra boneca...
— Pois naturalmente; essa ainda não está escangalhada.
— Também eu não estou escangalhada e a mamã já tem outra menina.

O CENTENARIO da independencia DO BRASIL

A exposição internacional será inaugurada amanhã 7 pelo sr. dr. Epitacio Pessoa

O PROGRAMA OFFICIAL DOS QUATRO PRIMEIROS DIAS DE FESTA

INTERESSES REGIONAIS

A GUERRA NA ANATOLIA

PAISES VIZINHOS

RIO DE JANEIRO, 4.—Está definitivamente organizado o programa das festas do Centenario da Independencia, as quais devem principiar no dia 6 de setembro, ás 2 da tarde, com a recepção dos embaixadores extraordinarios pelo sr. Epitacio Pessoa no palacio Cattete, a que se seguirá ás 10 da noite, um baile no Jockey Club, sendo o traje rigorosamente da época de 1822. No dia 7, dia do Centenario da Independencia, pois foi a 7 de setembro de 1822 que D. Pedro I na planície de Ypiranga, estado de S. Paulo, proclamou a Independencia do Brasil, soltando o grito historico «Independencia ou Morte», o sr. Epitacio Pessoa passará ás 6 horas da tarde no campo de S. Cristovão, revista ás tropas do exercito e da marinha, brigada de policia militar, força de policia dos Estados e contingentes militares e navais estrangeiros. Em seguida todas as tropas destilarão apresentando armas ao Presidente da Republica, que será rodeado dos embaixadores estrangeiros, ministros, prefeito municipal do Rio de Janeiro e commissarios gerais.

À noite, no palacio da Municipalidade haverá juramento de bandeira pelos alunos das escolas publicas em frente do Presidente da Republica, ministro da Justiça, prefeito e autoridades escolares, realizando-se identica cerimonia á mesma hora em todas as escolas do Brasil. Às 2 horas da tarde, no palacio Cattete o sr. Epitacio Pessoa receberá os cumprimentos dos embaixadores em missão especial, do corpo diplomatico, dos commissarios gerais, dos membros do parlamento, dos officiaes de terra e mar e de outras personalidades. Às 4 horas da tarde o Presidente da Republica inaugurará oficialmente a Exposição Internacional do Rio de Janeiro, presidiendo á sessão solene da inauguração que se realizará no salão nobre das festas. Nessa sessão além da declaração official pelo Presidente da Republica da inauguração da exposição, haverá um discurso do ministro da Justiça saudando as missões estrangeiras, e outro do embaixador extraordinario da França na qualidade de deão das delegações estrangeiras.

A seguir o sr. dr. Epitacio Pessoa presiderá a inauguração dos pavilhões de honra da secção internacional, assim como á dos pavilhões nacionais do distrito federal, e ainda do Palácio das Festas, dos de hygiene, de estatística, de pequenas industrias, de caça e de pesca e de industrias diversas. Às 9 da noite, «soirée» de gala no teatro Municipal, com a assistência do sr. dr. Epitacio Pessoa e em que se representará o «Guaraní», a opera celebre do compositor brasileiro Carlos Gomes. À mesma hora, em homenagem ás grandes figuras da Independencia, desfilará pelas ruas da cidade um grande cortejo civico luminoso, sendo as estatuas de D. Pedro I e de José Bonifacio ornamentadas com bandeiras e flores. Às 10 da noite serão queimados grandes fogos de artificio no Campo de S. Cristovão.

No dia 8, ás 2 horas da tarde, no salão nobre do Palácio das Festas, effectuar-se-á a abertura solene do Congresso Internacional de Historia da America, convocado pelo Instituto Historico e Geografico do Rio de Janeiro. Às 4 horas da tarde, na Avenida Rio Branco, desfile dos alunos das escolas e institutos officiaes e privados de ensino secundario no Rio de Janeiro. Às 10 horas da noite, grande fogo de artificio, espectaculos populares nos theatros da cidade e concertos no recinto da exposição.

No dia 9 de setembro, ás 10 da manhã, o Presidente da Republica passará em revista ás esquadras e barcos de guerra estrangeiros. Às 3 da tarde, grandes corridas no hipodromo do Derby-Club, para disputa do premio «7 de Setembro». Às 4 horas da tarde, na Embaixada dos Estados Unidos, grande recepção oferecida ás altas autoridades, aos membros do corpo diplomatico, ás delegações estrangeiras, etc. O que se realiza nos dias seguintes será comunicado successivamente.—A.

A cidade muda de aspecto — Um episodio comovente entre um marinheiro inglês e outro português

RIO DE JANEIRO, 4.—Com a continua chegada de delegações estrangeiras, a capital fluminense está mudando extraordinariamente de aspecto. Mais de dois mil marinheiros ingleses, japoneses, uruguayos e portugueses percorrem as ruas e animam os lugares de recreio.

A imprensa visitou os formidaveis couraçados ingleses «Hood» e «Repulse». Na Avenida Central deu-se uma scena enternecedora: um cabo de marinha inglesa encontrou um marinheiro português, em quem reconheceu um companheiro de guerra, que lhe salvara a vida. Caíram nos braços um do outro, chorando de alegria.

Os estrangeiros vão gastando o seu tempo em passeios de automovel pela cidade e arredores.

A Associação Brasileira da Imprensa resolveu nomear socios correspondentes todos os jornalistas estrangeiros que visitarem o Brasil por ocasião das festas do centenario.

Amanhã realiza-se a primeira festa official, que constará de um baile no Jockey Club.

Na parada militar do dia 7 tomarão parte 40.000 officiaes e praças do exercito.

io, marinha, policia e alunos do Colégio Militar, comandados pelo general Fontoura. Das delegações estrangeiras, entrarão nessa parada os seguintes contingentes de marinha: 400 ingleses, 1.500 americanos, 200 japoneses, 200 portugueses, 60 uruguayos e 153 americanos, sendo estes ultimos da Escola de Guerra do Mexico.

As arquibancadas no Campo de S. Cristovão, onde se realizará a parada, comportarão 8.000 pessoas. O desfile deve ser formidavel. Calcula-se que levará 5 horas.

Chegam amanhã os couraçados americanos «Maryland» e «Nevada».

Os parlamentares brasileiros resolveram prestar homenagem aos seus colegas dos países estrangeiros, oferecendo-lhes um grande banquete, seguido de recepção no parlamento brasileiro.—(Serviço especial do «Diário de Notícias».)

O que se passa com os pavilhões portugueses — Coisas vergonhosas

RIO DE JANEIRO, 4.—O prefeito da cidade do Rio de Janeiro, conversando com o sr. Malheiro Reimão, lamentou que na inauguração da Exposição Internacional não figurem os pavilhões portugueses. Diplomáticamente, o referido funcionario instinou a conveniencia de occultar por meio de tapumes os referidos pavilhões, que põem uma desagradavel nota de ruina no conjunto das restantes edificações. O sr. Malheiro Reimão resolveu aplicar os tais tapumes e pintar los scenograficamente de modo que os pavilhões se distarcem o melhor possivel.

Todos os delegados estrangeiros, conhecedores das intimas afinidades existentes entre Portugal e Brasil, fazem reparos ao incompreensivel estado dos pavilhões portugueses, que coloca Portugal numa situação quasi desprimorosa.

Sei de fonte segura que não têm sido remetidos ao commissariado os fundos necessarios para os pagamentos aos operarios. A colonia portuguesa encontra-se aborrecida e desgostosa, pois nem o pavilhão de honra está ainda acabado.

Os operarios que trabalham nos pavilhões farão greve amanhã se não lhes forem pagos hoje os salarios em atraso.—(Serviço especial do «Diário de Notícias».)

Os nossos aviadores na missão especial portuguesa

RIO DE JANEIRO, 5.—Causou a mais favoravel impressão em todos os meios brasileiros a iniciativa do illustre embaixador português, sr. dr. Duarte Leite, de propor os nomes dos gloriosos aviadores Sacadura Cabral e Gago Coutinho para fazerem parte da missão especial do seu país.—(A.)

Em S. Paulo e na Baía

RIO DE JANEIRO, 4.—Em S. Paulo effectuar-se-á no dia 7 a inauguração da grande Avenida da Independencia e do obelisco erigido a pedido dos governos da União e do Estado de Minas Gerais. Na Baía haverá inauguração do palacio do Instituto historico e geografico e uma peregrinação ao campo da Polvora em homenagem a Domingos José Martins, José Luis Mendonça, rev. padre Miguelino e a outros martyres da Independencia.—A.

Em Paris

PARIS, 5.—Para festejar o Centenario da Independencia do Brasil, o sr. Carlos Tailor, encarregado dos negocios do Brasil, dará depois de amanhã, das 4 ás 7 horas, uma grande recepção que deve ser muito concorrida pelos brasileiros aqui residentes e por todos os amigos da grande nação sul-americana.—A.

Em Portugal

A sessão de amanhã na camara dos deputados. A camara dos deputados resolveu consagrar a sessão matutina de amanhã, á comemoração do Centenario da Independencia do Brasil.

No consulado geral do Brasil

O illustre consul geral do Brasil e sua esposa, madame Borges da Fonseca, dão recepção no proximo dia 7, ás 3 e meia da tarde, á colonia brasileira e aos amigos do Brasil, comemorando o Centenario da Independencia daquela nação.

No Jardim Zoologico

E' amanhã que se realiza no parque das Laranjeiras o grande festival comemorativo da Independencia do Brasil.

Os alunos do Colegio Militar, Pupilos do Exercito e Casa Pia de Lisboa, têm entrada gratuita no parque desde que se apresentem uniformizados.

A banda da Guarda Nacional Republicana tocará no Jardim das 2 h ás 4 h, e a de Sapadores de Caminhos de Ferro das 4 h ás 6 h.

Nos intervalos dos concertos das bandas militares, na explanada do bufeta da S. I. C. tocará o sexteto do Jardim, havendo «Chá-daning».

O «Carvalho Araújo»

Foi recebido no ministerio da Marinha um radiograma, expedido de bordo do cruzador «Carvalho Araújo», dizendo que, apesar dos esforços empregados, só podera chegar ao Rio de Janeiro no dia 7, depois de pôr do sol.

Macron não quer novo gasoduto na Europa

O presidente francês, Emmanuel Macron, disse ontem, após uma reunião com o chanceler alemão, Olaf Scholz, que não vê provas evidentes da necessidade de um novo gasoduto entre a França e Espanha. “Precisamos de mais interligação elétrica. Mas não estou convencido de que necessitemos de mais interligação de gás, cujas consequências, em particular no ambiente e no ecossistema, são mais importantes. [...] Não há prova da sua necessidade”.



LUDOVIC MARIN / POOL / AFP

Portugal pode receber base aérea de combate a incêndios

INCÊNDIOS José Luís Carneiro manifestou “disponibilidade” de Portugal para “pré-posicionamento” de aeronaves e pede reforço de meios europeus.

TEXTO **JOÃO FRANCISCO GUERREIRO**, BRUXELAS

O ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, considera que as metas propostas por Bruxelas para o reforço de meios aéreos na União Europeia até ao final da década devem ser antecipadas. “2029 e 2030 para o reforço desses meios já é muito tarde, em função das novas circunstâncias e dos incêndios extremos aos quais teremos de fazer face”, afirmou, com o sublinhado de que “ontem já seria tarde”. O ministro falava, ontem à tarde, em Bruxelas, à margem de um encontro dos ministros dos 27 responsáveis pela proteção civil com o comissário para a Gestão de Crises, Janez Lenarcic, que reconheceu a necessidade de haver “um

reforço dos meios” na União Europeia. O ministro deu conta de que os 27 aceitaram a proposta para que seja realizado “um reposicionamento de meios aéreos em função dos riscos considerados. Esta experiência de pré-posicionamento de meios tinha sido feita na Grécia, [onde] teve resultados eficazes do ponto de vista da celeridade da resposta. E por isso foi decidido, pela maioria daqueles que se pronunciaram, apoiar a proposta da Comissão para criar quatro centros de pré-posicionamento desses mesmos meios”, afirmou José Luís Carneiro, dando conta da “disponibilidade de Portugal” expressada à Comissão. “Portugal manifestou disponibilidade para acolher um desses centros de

pré-posicionamento de meios, se necessário for, em articulação com Espanha, como não podia deixar de ser, em tudo o que tem que ver com a proximidade da fronteira, criando uma resposta de maior celeridade no quadro da Península Ibérica”, referiu o governante. Carneiro quer que, ainda este ano, “em novembro”, se realize “um seminário para tirarmos a lições que a experiência nos demonstrou durante este ano e para extrairmos conhecimento dos grandes incêndios que lavraram em toda a Europa e também em Portugal”. A finalidade da iniciativa é “contribuir para um plano de ação imediato, na preparação do ano de 2023, por parte da Comissão Europeia”.

BREVES

Marcelo no Brasil até sexta para o bicentenário da independência

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, vai participar nas comemorações do bicentenário da independência do Brasil, onde estará entre hoje, terça, e sexta, com programa em Brasília e no Rio de Janeiro. Augusto Santos Silva, a segunda figura do Estado português, estará igualmente em Brasília, para as comemorações do bicentenário da independência do Brasil, a convite do presidente do Senado Federal brasileiro, Rodrigo Pacheco. Segundo uma nota divulgada ontem sobre a deslocação, o Presidente da República irá assistir em Brasília ao desfile cívico-militar do 7 de setembro – dia em que se assinala a proclamação da independência de Portugal, que ocorreu em 1822 – e estará numa sessão solene comemorativa desta data histórica no Congresso Nacional, em que irá discursar, na quinta-feira. De acordo com a mesma nota, no Brasil, além do programa institucional, Marcelo Rebelo de Sousa “manterá encontros com a comunidade portuguesa de Brasília e do Rio de Janeiro, nesta última cidade com uma receção no navio-escola *Sagres*”.

Justiça dos EUA aceita que perito analise documentos de Trump

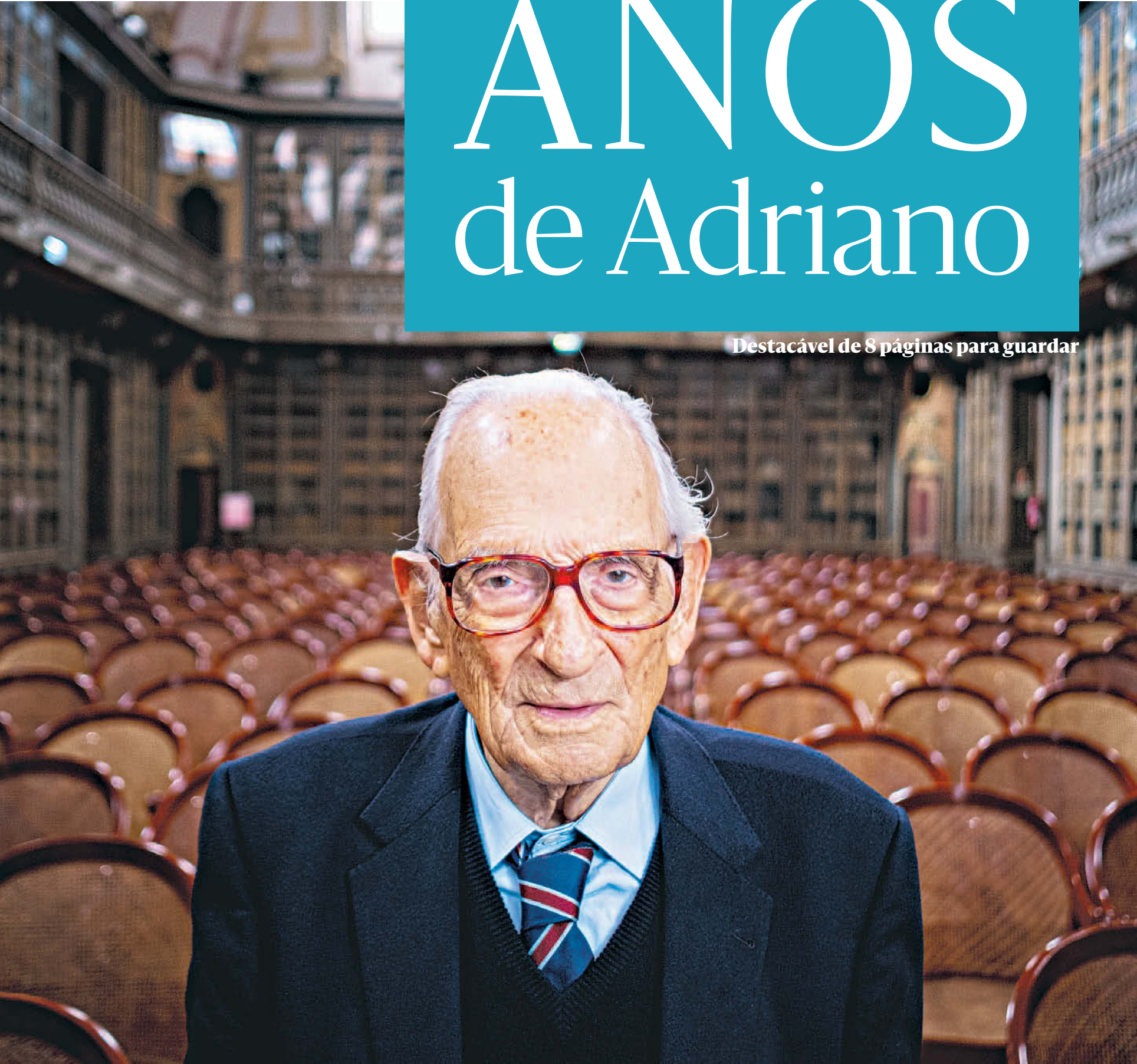
A justiça norte-americana aceitou ontem que um especialista independente supervisione os documentos oficiais recuperados na residência de Donald Trump, no Estado da Florida. A juíza Aileen Cannon ordenou que esse perito seja responsável por analisar os bens apreendidos, gerir as alegações de privilégio executivo invocadas a esse respeito, fazer recomendações e avaliar os pedidos de devolução de bens. O pedido de um especialista independente foi feito pela defesa de Trump, que argumentou que a sua nomeação daria “confiança” à investigação dos documentos oficiais que o ex-presidente mantinha na sua mansão. A decisão da magistrada surgiu apesar das fortes objeções do Departamento de Justiça, que advogou não haver a necessidade de um especialista jurídico externo, até porque as autoridades já haviam concluído a revisão de documentos potencialmente privilegiados. A juíza suspendeu ainda o uso dos documentos apreendidos para fins investigativos. “O Tribunal está ciente de que as restrições a processos criminais são desfavoráveis, mas considera que essas circunstâncias sem precedentes exigem uma breve pausa para permitir uma revisão neutra de terceiros, para garantir um processo justo com salvaguardas adequadas”, decidiu a juíza.





100 ANOS de Adriano

Destacável de 8 páginas para guardar



REINALDO RODRIGUES/GLOBAL IMAGENS

UM SÉCULO PORTUGUÊS NA VERTIGEM DO MUNDO

Poucas personalidades têm a fortuna de projetar a sua idade biográfica na escala dos séculos, que é o tempo próprio apenas de povos e civilizações. Ainda menos são aquelas que pelo seu pensamento e intervenção na realidade se transformam numa fonte incontornável para o debate, onde se consolida a memória comum e se forma a movente consciência coletiva. No caso português, essa personalidade parece-me coincidir com a figura complexa e multifacetada de Adriano Moreira, que hoje completa um século de existência.

ENSAIO DE VIRIATO SOROMENHO-MARQUES



SEIS PERÍODOS DE UM PERCURSO

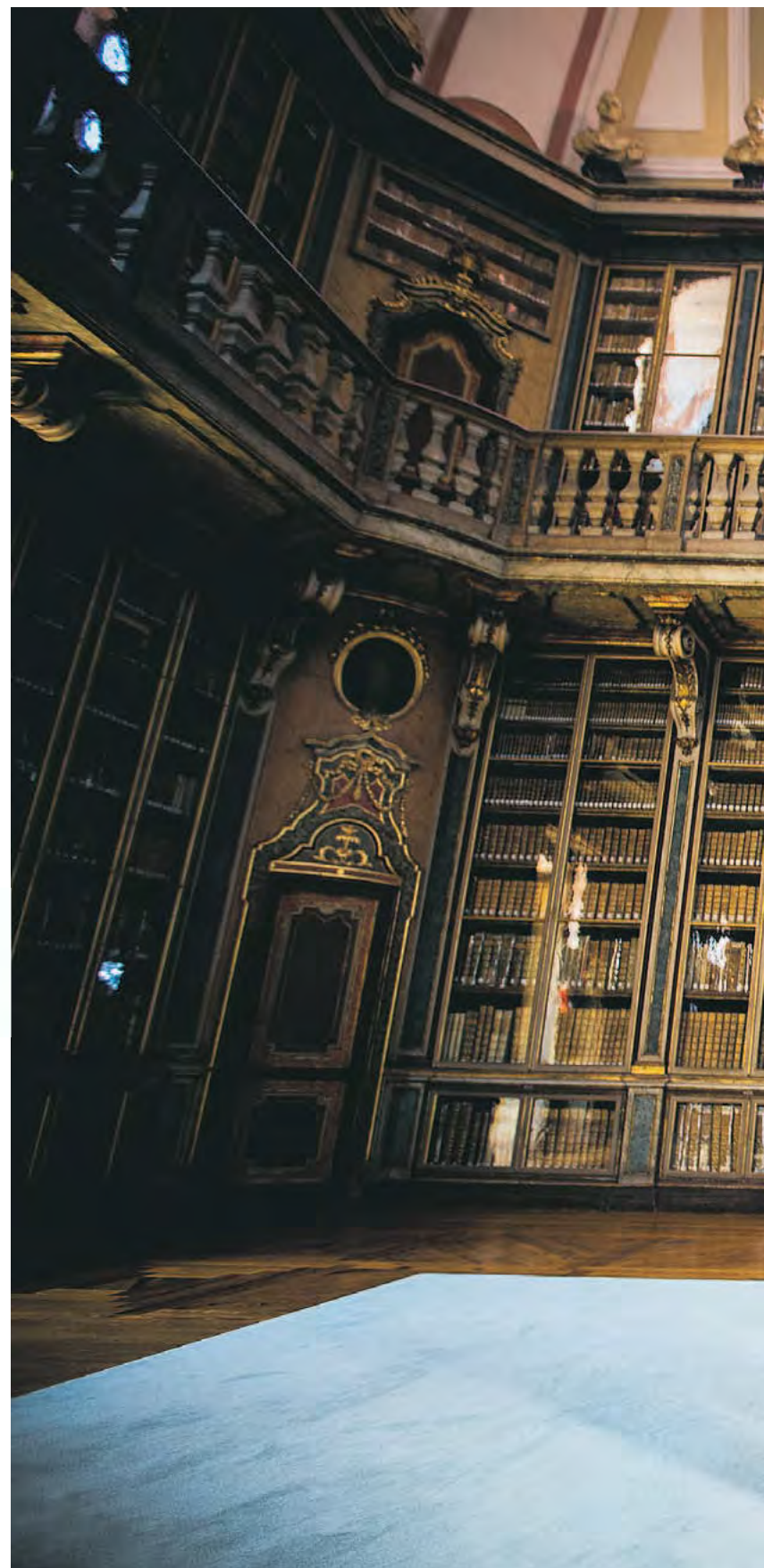
Uma vida tão longa pode ser dividida em diferentes períodos. Contudo, desde a conclusão da sua licenciatura em Direito, no distante ano de 1944, até aos dias de hoje, temos na sua vastíssima obra – concretizada, entre outros modos de expressão, em ensaios, tratados e artigos académicos, pareceres e diplomas jurídicos, conferências, intervenções parlamentares, crónicas de imprensa, entrevistas – um testemunho continuado da sua meditação sobre o mais vertiginoso século da história humana, tendo como fulcro essencial, mas sempre em diálogo com todos os outros nexos de interesse global, o destino de Portugal como povo e cultura. Uma preocupação com o país, que integra e articula uma necessidade de compreender a (des) ordem do mundo, as suas contradições, as suas tendências e ciclos. É nessa avaliação do todo englobante que Adriano Moreira tenta situar o que ameaça Portugal e o que o país pode esperar. Isso constitui uma espécie de método, que com modulações mas sem rutura poderemos encontrar em todas as fases do seu percurso. Primeiro, no período de formação académica e início da carreira profissional, até final da década de 40. Segundo, numa etapa fun-

damental de amadurecimento e consolidação de uma vocação universitária atenta aos problemas mais agudos do país, onde a teoria e o trabalho de campo se completam, até final da década de 50. Terceiro, no mais breve, intenso e marcante entrosamento da sua vida pessoal com a do país, entre 1960 e 1962, como responsável da política ultramarina, quando as placas tectónicas da história mundial retiravam a base de sustentação do Euro-mundo, essa mistura de sonho e pesadelo dos impérios europeus. Quarto, na longa travessia do deserto, nessa espécie de exílio interno nos últimos 12 anos do Estado Novo, a que se junta o exílio propriamente dito, no Brasil, após a revolução de 25 de Abril de 1974. Quinto, no seu regresso a um país que o acolheu e redescobriu, como professor, líder político e deputado na Assembleia da República, entre 1980 e 1995. Sexto, na transformação do que poderia ser um tempo de merecido repouso numa contínua e generosa disponibilidade para aceder a múltiplas solicitações e convites das mais diversas instituições para partilhar o seu saber.

A PROVA DE FOGO DO ULTRAMAR

Em 1962, no segundo e derradeiro ano de desempenho das funções de minis-

tro do Ultramar, AM faz publicar uma obra sob o título *Batalha da Esperança* (Moreira, 1962), onde não só justifica os motivos das suas profundas reformas na política ultramarina, como transcreve em anexo alguns dos principais diplomas que a serviram. Significativamente, o autor apresenta-se na capa, não como ministro do Ultramar, mas como professor do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (ISEU). Este facto é fundamental para perceber os limites da aceitação, por parte de AM, do convite que lhe foi dirigido por Salazar, ainda em 1960, para integrar o governo na condição de subsecretário do então ministro da pasta do Ultramar, almirante Lopes Alves, já na altura com graves problemas de saúde. A ligação de AM ao ultramar foi realizada por via universitária e não por pertença aos círculos do regime. Pelo contrário, em 1947, AM, na condição de jovem advogado, havia sido encarcerado abusivamente por dois meses na prisão do Aljube, por ordem do ministro da Guerra Santos Costa, no caso de *habeas corpus* do malogrado general Mendes Godinho. Foi aí, aliás, que conheceria Mário Soares (Moreira, 2014: 48-58). Desde que em 1950, por convite do professor Mendes Correia, entrara para a Escola Superior Colonial (que passaria a ISEU em 1954), tinha-se dedicado profundamente ao estudo das questões coloniais, numa perspetiva ampla,



É nessa avaliação do todo englobante, que Adriano Moreira tenta situar o que ameaça Portugal e o que o país pode esperar.

jurídica e histórica, mas também cada vez mais voltada para outras ciências sociais. Por encomenda do almirante Sarmiento Rodrigues, então ministro do Ultramar, AM percorre Angola e Moçambique em 1953, investigando o sistema prisional em busca de vias para a sua reforma. Nesse âmbito publica, em 1954, uma dissertação que seria premiada pela Academia das Ciências de Lisboa: *O Problema Prisional do Ultramar*. Em 1956, AM preside ao Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigação Científica do Ultramar Português. Em 1958, com a saí-



Adriano Moreira fotografado em 2016 na Academia das Ciências de Lisboa para entrevista a propósito do seu livro “Futuro com memória - Lições da vida e da História”

da de Mendes Correia, acumulará esse cargo com a presidência do ISEU. Como Manuel Lucena refere no seu notável estudo sobre a biografia de AM neste período, na sua numerosa bibliografia produzida na década de 50 as críticas à realidade colonial portuguesa abundam, assim como a sugestão de

caminhos de mudança (Lucena, 2015, 284-299). Na condição de perito, AM passará, entre 1956 e 1959, a participar em reuniões internacionais, nomeadamente integrando a delegação de Portugal nas Assembleias Gerais da ONU em Nova Iorque. Conhece muita gente, percebe outros pontos de vista. Compreende que num mundo tão vasto e em mudança a intransigência não pode substituir a urgência da compreensão. Apercebe-se da sonolência do governo português perante a transformação de antigas colónias em novos Estados e o modo como os anseios

de autodeterminação vão afetar a geopolítica mundial, deixando Portugal cada vez mais isolado, mesmo perante alguns dos aliados da OTAN, em particular os EUA.

REFORMAS EM TEMPO DE GUERRA

Entre 13 de abril de 1961 e 4 de dezembro de 1962, AM assumiu a pasta do Ultramar. O início das ações militares do MPLA, em 4 de fevereiro, mas sobretudo a enorme violência dos massacres

organizados pela UPA (futura FNLA) contra colonos e seus trabalhadores, de 15 a 17 de março, ceifando mais de cinco mil vidas no Norte de Angola (principalmente em Uíge, Zaire, Cuanza Norte e Bengo), veio criar uma atmosfera febril de alarme nacional. Foi nesse clima que a intempestiva tentativa palaciana do general Botelho Moniz para afastar Salazar, suportada de modo indiscreto pelos EUA, fracassou sem um tiro, produzindo o efeito contrário (Meneses, 2010: 499-521; Soro-menho-Marques, 2009: 616-621). O início da guerra em Angola revelava a

Datas

1922

Nasceu em Grijó de Vale Benfeito a 6 de setembro de 1922. Ainda não tinha dois anos quando rumou a Lisboa com os pais, voltando à terra natal nas férias grandes, mas afirmaria sempre a orgulhosa condição de transmontano.

1961

Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina desde 1959, subiu a ministro do Ultramar em abril de 1961, a convite de Oliveira Salazar. Ficou dois anos no cargo, até 1963.

1980

Saneado de funções oficiais após o 25 de Abril, esteve exilado no Brasil. Após o regresso a Portugal voltou à vida política em 1980, como candidato a deputado nas listas da Aliança Democrática. Ficaria no Parlamento até 1995.

1986

Democrata-cristão, defensor da doutrina social da Igreja, filiou-se no CDS, vindo a presidir ao partido entre 1986 e 1988. Anos difíceis para os centristas, com a primeira maioria absoluta de Cavaco.

2015

Indicado pelo CDS, foi conselheiro de Estado de Marcelo Rebelo de Sousa entre 2015 e 2019.

fragilidade administrativa e militar do Estado português. Só em outubro desse ano a UPA seria desalojada das últimas povoações conquistadas a Norte.

Nesses quase dois anos, ligado ao exercício das funções ministeriais apenas pela promessa de suporte que lhe havia sido dada por Salazar, AM desempenhará um trabalho frenético e incansável, tornando-se, nesse período, talvez no ministro mais conhecido do público português e com mais ressonância internacional (Meneses,

continua na página seguinte »

» continuação da página anterior

2010: 622-3). Embora as viagens ao ultramar fossem fundamentais para compensar com ânimo a falta de meios, AM lançou um ambicioso conjunto de reformas centradas no combate pela promoção social das populações nativas africanas, contrariando os interesses económicos instalados, sobretudo aqueles ligados à agricultura e à mineração. Em grande medida, os diplomas publicados em 1961 e 1962 visavam abolir o exacerbado colonialismo extrativista europeu, nascido da Conferência de Berlim (1884-1885), e que tinha sido adotado, num triste consenso nacional, tanto no final da monarquia constitucional como depois pela I República e pelo Estado Novo. Muitas das ideias postas em letra de lei já tinham sido escutadas por AM na voz e na escrita de D. Sebastião de Resende, bispo da Beira, em Moçambique, que desde 1946 pugnava contra o pressuposto racista patente no Estatuto dos Indígenas, contra o trabalho forçado e as culturas obrigatórias (Moreira, 2019: 402-408; Lucena, 2015: 284-5). As medidas legislativas publicadas por iniciativa de AM procuram acabar com a discriminação entre indígenas e cidadãos, respeitar a propriedade tradicional, os usos e costumes locais, legalizar as milícias nativas como “corpo militar de 2.ª linha”, conferir a liberdade de circulação a todos os cidadãos em território nacional. Em 27 de abril de 1962 é publicado, depois de uma conferência de imprensa televisuada no dia anterior, o Código de Trabalho Rural, que, ao corresponder aos requisitos da Organização Mundial do Trabalho e ao tentar evitar que a “economia de mercado” esmagasse a “economia de subsistência”, deixaria a África do Sul preocupada e revoltada com muitas das “forças vivas” internas, lesadas pelos novos direitos laborais dos africanos (Moreira, 2014: 77).

Não surpreende que no final de 1962, aproveitando um conflito entre AM e o governador-geral de Angola, general Venâncio Deslandes, Salazar tenha exigido a mudança de rumo (Pereira, 2022: 28-9). AM recusou e saiu do governo, voltando à vida académica. Ele sabia que as suas reformas já tinham chegado tarde, não podendo por isso ser adiadas. Salazar, depois da tempestade de 1961, concluiu da com a invasão de Goa pela União Indiana, sentia que a situação militar em África estava sob controlo. Como tantas vezes acontece com líderes autoritários, Salazar esqueceu a lição de Clausewitz, de que a guerra, para não se transformar num sangrento absurdo, deverá ser um meio temporário ao serviço de objetivos políticos. Embarcando, com os seus mais fiéis correligionários, na tese de que nada de substancial haveria a mudar, Salazar colocou a política ultramarina ao serviço de uma guerra tendencialmente interminável, deitando a perder 13 anos de sacrifício de centenas de milhares de militares portugueses (Nogueira, 1971: 539-541). Ao longo dos anos, para vagas sucessivas de jovens oficiais milicianos essa guerra de



REINALDO RODRIGUES/GLOBAL IMAGENS

objetivo irrealista e duração indefinida confundia-se cada vez mais com a obstinada vontade de sobreviver de um regime político esgotado e crispado, incapaz de estabelecer sintonia com os clamores por maior liberdade que cresciam no país e no mundo. As tragédias humanas que acompanharam a descolonização depois do 25 de Abril de 1974, incluindo muito das sangrentas guerras civis que se seguiram nas antigas colónias, tiveram raiz na bizarra utopia, abraçada por Salazar e pelo seu regime, de que uma vontade absolutamente intransigente pode deter o curso da história.

NAVEGAR NA CRESCENTE ANARQUIA MUNDIAL

Ser capaz de aceitar uma derrota concreta para se manter fiel a um princípio estratégico de longo alcance parece-me ser um sinal de rara grandeza. O projeto de reforma ultramarina baseava-se no mesmo pressuposto que tem animado o pensamento de AM ao longo de toda a sua vida, a crença na unidade do género humano, por oposição ao darwinismo social que, com ou sem disfarce, tem hegemonizado globalmente a vida económica e política desde o final do século XIX. A recusa do imobilismo era acompanhada em AM pela recusa de um modelo de dominação branca, como na Rodésia e na África do Sul. A unidade da humanidade implica, na linha do ensinamento do Padre António Vieira, o abraço da justiça e da paz, mas tem de ser a justiça, contudo, a tomar a iniciativa desse abraço. Por esse motivo, AM saudaria os recentes estudos que nos ajudaram a reconstituir o perfil de uma autêntica Escola Ibérica da Paz. De Francisco de Vitoria a Vieira, entre 1511 e o final do século XVII. Com efeito, a recente tradução do latim de lições e cursos lecionados em universidades peninsulares, onde se incluem também Coimbra e

Évora, tem-nos oferecido uma verdadeira teoria dos direitos humanos e das relações internacionais, a ideia de um direito para uma comunidade universal (*societas gentium*), desenvolvida sobretudo por mestres e teólogos franciscanos e jesuítas. Esse esforço foi produzido também como resistência e condenação dos abusos dos conquistadores e colonizadores peninsulares, sobretudo em terras americanas (Moreira, 2019: 235-249; Calafate e Mandado, 2014).

Nessa permanente procura de uma estratégia de longo prazo, onde se combinam o realismo da análise concreta dos meios com o idealismo dos fins que os justificam, AM tem procurado um novo conceito estratégico para Portugal, depois do crepúsculo do Euromundo. O seu interesse pelos assuntos europeus é outra vertente permanente do seu pensamento. Ainda como ministro do Ultramar, inspirou a criação de um Centro Português de Estudos Europeus. Acompanhou com entusiasmo e admiração os primeiros passos da reconstrução europeia, sob o impulso de Jean Monnet e outros líderes que procuravam vencer os “demónios” que insistem em devastar periodicamente a Europa. A UE foi a mais recente satisfação do “apoio externo de que sempre Portugal necessitou”. Con-

tudo, tal não basta. O país necessita de procurar outras “janelas de liberdade”: a) educação e cultura da população; b) CPLP e língua portuguesa; c) o mar; d) as redes de segurança pela centralidade de Portugal na conjugação do Atlântico Norte, do Mediterrâneo e do Atlântico Sul. Portugal, nessa medida, é um “Estado de fronteira” com uma posição central na tripla segurança desses dois oceanos e do Mediterrâneo. O Atlântico Sul é mesmo definido como um “Oceano Moreno”. Mas o futuro do país passa também pela esfera do espírito e da cultura, nomeadamente pela língua: “A língua portuguesa não é nossa, também é nossa.” Outra fronteira onde se joga o futuro de Portugal é a deslocação para norte da fronteira da pobreza. AM adverte para o papel do Estado na salvaguarda da “autonomia estratégica alimentar”, no quadro de uma crise ambiental e climática em intensificação. Alerta para a fragilidade de um sistema constitucional que se revelou, nas maiorias absolutas, como um “presidencialismo de primeiro-ministro”. Há tarefas que só nós podemos realizar a favor da nossa vida coletiva. Não podemos consentir que o despoamento e o abandono do magro interior de Portugal se continue a afirmar como uma política pública, talvez a confirmar a tendência que Unamuno encontrava nos portugueses para o suicídio. Para enfrentar os desafios e as incertezas existenciais falta também um verdadeiro conceito estratégico europeu. Os anos da crise do euro manifestaram o regresso da secular tentação europeia dos diretórios, esmagando uma solidariedade fundada na lei e nos objetivos comuns. O ameaçador regresso da guerra à Europa confirma também o diagnóstico de AM de que “vivemos perigosamente” numa Europa sem talento para transformar o fim da Guerra Fria numa paz consolidada e duradoura (Moreira, 2011: 81-93 e 121-126; Moreira, 2016: 81-89).

Revisitar o pensamento, a ação e o método de AM neste tempo de profunda deterioração anárquica do que sobra do “sistema internacional” é

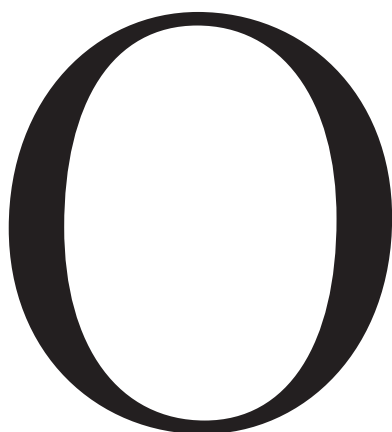
muito mais do que uma merecida homenagem. Constitui também uma inspiração para a necessidade de manter a lucidez, se quisermos preservar alguma capacidade de improvisar uma bússola capaz de nos conduzir a um futuro comum. Esse horizonte de esperança, que tantos insistem, por atos e omissões, em tornar inabitável.

BIBLIOGRAFIA REFERIDA

Calafate, Pedro e Ramón E. Mandado Gutiérrez, *Escola Ibérica da Paz 1511-1694. A Consciência Crítica da Conquista e Colonização da América*, edição bilingue: português e castelhano, Santander, Ediciones Universidad Cantabria, 2014.
Lucena, Manuel de, *Os Lugares-Tenentes de Salazar*. Biografias. Armindo Monteiro. Pedro Theotónio Pereira. Alberto Franco Nogueira. José Gonçalo Correia de Oliveira. Adriano Moreira, Lisboa, Alêtheia Editores, 2015, pp. 265-371.
Moreira, Adriano, *Batalha da Esperança*, Edições Panorama, 1962.
Moreira, Adriano, *Da Utopia à Fronteira da Pobreza*, Lisboa, INCM, 2011.
Moreira, Adriano (com Vitor Gonçalves), *Este é o Tempo. Portugal, o Amor, a Política e Salazar*, Lisboa, Clube do Autor, 2014.
Moreira, Adriano, *Portugal e a Crise Global. Só a Águia voa sozinha*, Coimbra, Almedina, 2016.
Moreira, Adriano, *A Nossa Época. Salvar a Esperança*, Lisboa, Silabo, 2019.
Nogueira, Franco, *As Crises e os Homens*, Lisboa, Ática, 1971.
Meneses, Filipe Ribeiro de, *Salazar. Uma Biografia Política*, tradução do inglês de Teresa Casal, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2010.
Pereira, Bernardo Futscher, “Adriano Moreira e general Deslandes demitidos por Salazar”, *Jornal de Letras*, 24 de agosto de 2022, pp. 28-29.
Soromenho-Marques, Viriato. “Antiamericanismo. A Hostilidade Improvável”, in *Dança dos Demónios. Intolerância em Portugal*, coordenação de António Marujo e José Eduardo Franco, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2009, pp. 580-624.

► Veja o vídeo em dn.pt/dntv

Unidade da humanidade implica, na linha do ensinamento do Padre António Vieira, o abraço da justiça e da paz, mas tem de ser a justiça, contudo, a tomar a iniciativa desse abraço.



verdadeiramente fascinante em Adriano Moreira é que, há muito, entrou na História, apesar de toda a sua vida ter sido feita de desencontros históricos. Chegou sempre cedo demais ou tarde demais a esses encontros.

Cedo demais. Quando, vindo de Trás-os-Montes profundo, ostensivamente orgulhoso das suas raízes, subiu os degraus da vida, se fez estudioso e académico, e a Academia que primeiro o acolhera o desperdiçava e à sua criatividade escrita e oral e à sua ilimitada doação ao trabalho. Por razões que, ela própria, viria a abandonar tempos volvidos.

Cedo demais. Quando sonhou converter uma escola de quadros coloniais, depois ultramarinos, em academia tão nobre quanto outras de outros tempos. E teve de encontrar atalhos e esperar pacientemente para que o óbvio acontecesse.

Cedo demais, quando se lançou, pioneiro, em domínios da ciência política, das relações internacionais, da geoestratégia prospetiva. E foram precisas décadas até se entender como antecipara o futuro.

Cedo demais quando intuiu, na sua militância rebelde de juventude, que os regimes ou se adian-

tam na mudança ou morrem; e morrem comatosamente, sem glória nem esperança. E assistiu, impotente, à consumação do que marcou a sua e a nossa vida coletiva.

Cedo demais quando viu, e viu com clareza, como os impérios depressa passam da nostalgia de eras transcorridas para destinos não vislumbrados nem assumidos como inevitáveis. E debalde sonhou abrir avenidas para o pós-império antes de ele chegar à margem dessas avenidas.

Cedo e, ironicamente, também tarde demais quando, jovem governante, quis reformar política e direito coloniais e ultramarinos, e, para muitos, o que trazia era rutura em excesso, e, para muitos outros, aportava com, pelo menos, uma década de atraso.

Cedo e tarde demais quando irrompeu, nos seus 40 anos de idade – contrastantes com a anciania do poder instalado. Cedo demais porque não tinha os pergaminhos do *cursus honorum* do regime, nem a rede de lealdades no seu seio, nem a aquiescência de um líder, que encontrara na guerra o argumento moral e vocal para continuar, como se o tempo fosse eterno e tudo à sua volta acompanhasse esse seu tempo fora do tempo.

Tarde demais porque outros – ideias, projetos, factos, pessoas – existiam ou se faziam para o dia seguinte, não esperando por uma charneira já improvável, por uma transição já inviável.

Chegara cedo demais para um *statu quo* parado na sua solidão. E tarde demais para a mudança que decifrava, mas cada vez mais intuía já não contar com o seu papel determinante.

Ainda assim, refez-se na Academia, no Brasil e em Portugal. Ainda assim, viu reparadas miopias, injustiças, esquecimentos. Ainda assim, pôde – caso único – liderar formação política em regime bem diverso daquele a que se opusera jovem e no qual fora, em posição cimeira, do mais inteligente, do mais brilhante, do mais sedutor, em lances essenciais. Mas já era tarde. Tinham passado 25 anos. Mundo, mundo de fala portuguesa, Europa, Portugal eram irreversivelmente outros.

E foi assim que alguém, como poucos, fadado para a chefia do Estado ou do governo, ou missões internacionais de tomo, se desencontrou com esses destinos.

E foi assim que, mesmo desencontrado com a História, nela entrou há meio século, ou talvez mais. Nela entrou, nela ficou, nela ficará para sempre. A própria História se faz desses sortilégios.

Há quem se encontre com ela e nela não entre, não deixe traço, a não ser o de uma cronologia, de um apontamento sumário, de um aceno breve, ainda quando reconhecido.

Com Adriano Moreira a Histó-



LUSA/MIGUEL A. LOPES

Opinião Marcelo Rebelo de Sousa

Um homem já na História, mas que ainda faz História

A História acolheu-o bem antes de a providência ou o fado lhe terem proporcionado o mais raro do raro – viver e tão intensamente que se pôde permitir o por todos invejável – ser o último a contar o que viu e viveu, sem a possível contradita dos contemporâneos.

ria acolheu-o bem antes de a providência ou o fado lhe terem proporcionado o mais raro do raro – viver e tão intensamente que se pôde permitir o por todos invejável – ser o último a contar o que viu e viveu, sem a possível contradita dos contemporâneos.

Mas Adriano Moreira, além desse privilégio comparativo, foi sempre ímpar no pensamento, na oratória, na conquista das almas, na natural adesão dos alunos, discípulos, seguidores, na intuição do essencial, na conjugação de valores com realidade, no equilíbrio entre o enigma que reforça o mito e a empatia que suscita a emoção, na confirmação da certeza que tinha e tem do seu ascendente com uma sábia humil-

dade, misto de uma sincera modestia do seu ser com uma subtil e fina capacidade de enlevar pessoas e chamá-las à identificação afetiva.

Em suma, traços de génio, tantas vezes recoberto pela antiga presciência acerca da inveja portuguesa, de que falava o embaixador Rodrigo Sousa Coutinho na sua carta ao rei Luís XV.

Não é, porém, apenas por ter há muito entrado na História, na nossa História Portuguesa, que hoje aqui estamos. Aqui estamos para lhe dizermos, de viva voz, como lhe agradecemos tudo o que fez, tudo o que faz, pelas nossas Forças Armadas, pela nossa língua, pela nossa cultura, pela nossa portugalidade.

Neste momento não há nem direita, nem esquerda, nem civis, nem militares, nem apóstolos das suas lutas, nem críticos de algumas das suas atitudes, nem antigos, nem novos, nem novíssimos, nem conhecedores de há tempos sem fim – nos quais me conto, colega de carteira que foi de meu pai, há quase um século –, nem recém-vindos ao seu convívio.

Há, tão-somente, Portugueses! E são esses Portugueses que lhe agradecem em nome de Portugal!

Artigo do Presidente da República para o DN com base no discurso proferido na recente ocasião do doutoramento honoris causa do Professor Doutor Adriano Moreira, no Instituto Universitário Militar.

100 anos ao passo do país

Adriano Moreira completa hoje 100 anos. Um percurso fotográfico pela vida centenária do advogado, que foi ministro do Ultramar do Estado Novo, presidente do CDS, membro do Conselho de Estado. Mas, sobretudo, um académico, ensaísta, pedagogo, que diz que o “poder da palavra pode vencer a palavra do poder”.

TEXTO DE **SUSETE FRANCISCO** FOTOS **ARQUIVO DN**

1944

Estudante Depois de ter estudado no Liceu Passos Manuel, em Lisboa, Adriano Moreira licenciou-se em Ciências Histórico-Jurídicas, em 1944. Ainda jovem advogado, iniciou-se também no que elegeria sempre como a sua grande paixão profissional: dar aulas. Na foto, um momento em que falava em nome dos finalistas da Faculdade de Direito de Lisboa.

1961

Ministro Em 1959 Adriano Moreira é chamado para subsecretário de Estado da Administração Ultramarina e dois anos depois sobe a ministro do Ultramar (na foto, na cerimónia de tomada de posse, em abril de 1961, com António de Oliveira Salazar). Ficaria dois anos no cargo, até 1963. Conta o próprio Adriano Moreira nas suas memórias que Salazar o chamou então para o informar que tinha de mudar de políticas, ao que terá retornado: “Acabou de mudar de ministro.”



1961

Visita Em 1961, no decorrer de uma visita a Angola, onde eclodira já a contestação armada contra a colonização portuguesa. Ainda nesse ano o então ministro do Ultramar decreta a abolição do Estatuto do Indigenato, que impedia os naturais das colónias de obter a nacionalidade portuguesa, no que ficaria como uma das marcas do seu mandato.



1962

ULTRAMAR Adriano Moreira, então ministro do Ultramar, em visita a Cabo Verde.

1968

Casamento Em 1968 Adriano Moreira casa com Isabel Mónica de Lima Mayer, uma união que leva 54 anos. O casal teve seis filhos, uma das quais a atual deputada Isabel Moreira, eleita pelo PS.

1985

CDS Após o 25 de Abril, aderiu ao CDS, partido ao qual viria a presidir entre 1986 e 1988. Na foto, ao lado do então líder centrista Francisco Lucas Pires, num balanço do governo do bloco central.

1987

Família Com a mulher, Mónica Moreira, e cinco dos seus seis filhos, numa foto de 1987. Da esquerda para direita: António, Nuno, Mónica, Isabel (então com 11 anos) e o mais novo, João, ao colo do pai. Teresa, a filha mais nova, ainda não era nascida à data.



EDUARDO TOME/ARQUIVO DN

1992

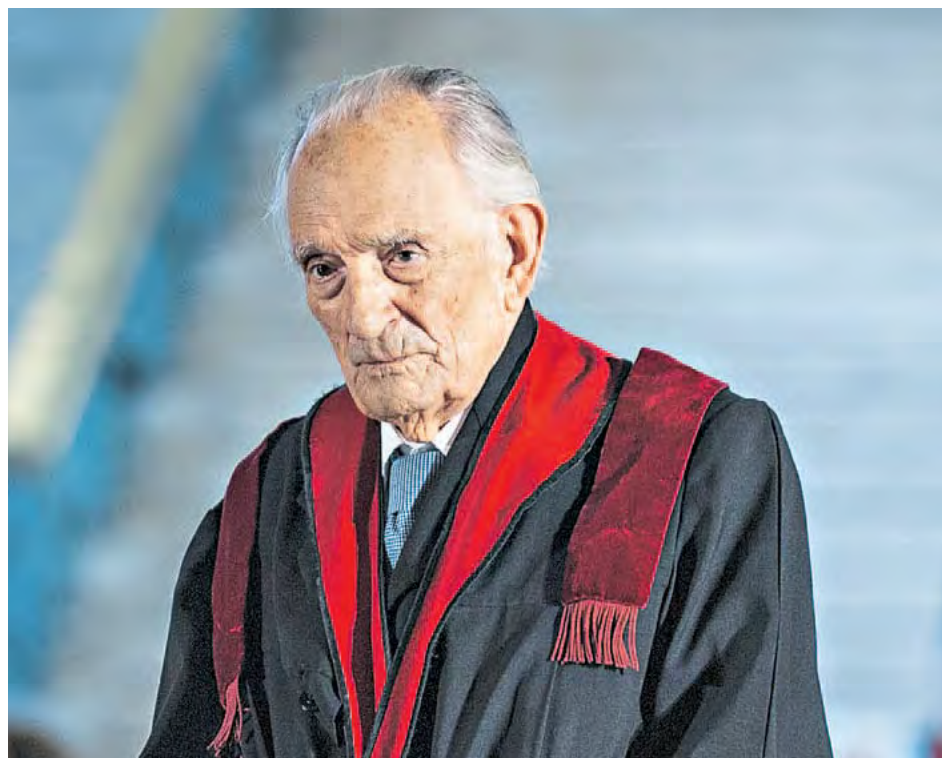
Deputado Estreou-se na Assembleia da República em 1980 e permaneceu como deputado até 1995. Aqui com o também parlamentar e amigo Narana Coissoró, que, a par de Freitas do Amaral, foram os responsáveis pelo regresso de Adriano Moreira à política – nas fileiras do CDS – no pós-25 de Abril, como o próprio revela na sua autobiografia.



GONCALO VILLAVEDE/ARQUIVO DN

2008

Autobiografia Em 2008, na apresentação de *A Espuma do Tempo, Memórias do Tempo de Vésperas*.



JULIO LOBO PIMENTEL / GLOBAL IMAGENS

1989

Amizade Num jantar com o então Presidente da República, Mário Soares, em 1989. Adriano Moreira e Soares conheceram-se no final dos anos 40, na cadeia do Aljube, onde o futuro líder socialista estava preso por motivos políticos e o então jovem advogado Adriano Moreira também esteve detido durante dois meses, depois de ter invocado sigilo profissional num caso em que dava assistência jurídica à família do general Marques Godinho, que participara numa tentativa de golpe contra o regime. A amizade entre Soares e Moreira estender-se-ia por toda a vida. Na foto, a partir da direita, Adriano Moreira, Mário Soares, Teresa Patrício Gouveia, António Alçada Baptista, Carlos Cáceres Monteiro, Vasco Vieira de Almeida, Jorge Sampaio, Carlos Monjardino e Nuno Kruz Abecassis.



2022

Honoris causa Em julho último, rodeado pela família, quando recebeu o primeiro doutoramento *honoris causa* atribuído pelo Instituto Universitário Militar (IUM), numa cerimónia presidida por Marcelo Rebelo de Sousa. Uma distinção em reconhecimento do contributo de Adriano Moreira para a afirmação das ciências militares no mundo académico e no surgimento do ensino superior militar, sublinhou então o comandante do IUM, tenente-general António Martins Pereira.

2014

Universidade Na cerimónia em que recebeu o Prémio Universidade de Lisboa (ULisboa), que distingue personalidades que tenham contribuído de forma notável para o progresso e desenvolvimento da ciência e/ou cultura. Tendo passado por várias instituições de ensino superior, Adriano Moreira fez grande parte do seu percurso no que é hoje o ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da ULisboa.